UNIVERSIDADE DE SOROCABA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANÁLISE DO PROCESSO DE COLOCAÇÃO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NA CIDADE DE SOROCABA/SP NO ANO DE 1998

Mágda Celeste Fernandes Silva

Sorocaba/SP

Fevereiro/2000

UNIVERSIDADE DE SOROCABA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANÁLISE DO PROCESSO DE COLOCAÇÃO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NA CIDADE DE SOROCABA/SP NO ANO DE 1998

Mágda Celeste Fernandes Silva

Orientadora: Profª Dra. Gilberta Sampaio De Martino Jannuzzi

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Sorocaba/SP

Fevereiro/2000

ANÁLISE DO PROCESSO DE COLOCAÇÃO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NA CIDADE DE SOROCABA/SP NO ANO DE 1998

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, pela Banca Examinadora formada pelos seguintes Professores:

Profa. Dra. Gilberta Jannuzzi (presidente) – UNICAMP

Prof. Dr. José Luís Sanfelice – UNISO

Prof. Dr. Wilson Sandano - UNISO

Sorocaba, Fevereiro de 2000.

Ao meu esposo, Mário Luiz e a minha filha, Andressa, pelos ricos momentos que passamos juntos, que tanto me inspiraram!

Agradecimentos

Muitos foram aqueles que auxiliaram na realização deste trabalho. Esperamos não cometer nenhuma injustiça, se por ventura a memória nos trair e deixarmos de citar algum colaborador.

De maneira especial, agradecemos à Universidade de Sorocaba, na pessoa do Professor Dr. Wilson Sandano, por todo crédito que nos concedeu, possibilitando e incentivando nossa carreira universitária.

Aos professores de nosso Curso de Mestrado Angel Pino Sirgado, Cleiton de Oliveira, João Vanderlei Geraldi, Newton Aquiles von Zuben, Rosália Maria Ribeiro de Aragão e Roseli Pacheco Schenetzler, a quem foi destinada a árdua tarefa de nos orientar em nossos primeiros passos.

Lembramos também o apoio que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Sorocaba, representada pelo Sr. Tasso Fernando Vazquez, presidente, e pela Srta. Simoni Biancatto, assistente social, nos dispensou, facilitando a redução de nossa carga horária e preenchendo as lacunas de nossa ausência. Ainda da APAE, agradecemos aos amigos e diretores Srs. José Mauro Moreira e Alcindo Luiz Silveira Lara, que pela simples presença e constante atenção tanto nos incentivaram.

Destacamos também o auxílio, na obtenção das informações necessárias, da Prefeitura Municipal de Sorocaba, na pessoa da Professora Maria Regina Salmi de Andrade e sua equipe de trabalho, bem como todas as escolas, diretores e professores que gentilmente contribuíram para a realização de nossa pesquisa.

Teremos sempre na lembrança o Professor Dr. José Luís Sanfelice por ter nos apresentado, nossa orientadora, Professora Dra. Gilberta Jannuzzi.

Com extremo carinho e profundo respeito, agradecemos à Professora Gilberta, pelos meses de convívio, por todos os momentos de apoio e incentivo, imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

Finalmente, agradecemos a nossos pais, irmãos e sogros pelo apoio de todos os dias.

Sumário

Resumo 11
Abstract 12
Introdução 13
1 PERFIL DA CIDADE DE SOROCABA 17
1.1 Informações sobre a formação e desenvolvimento da cidade 18
1.2 Dados Populacionais 21
1.3 Aspectos de inserção no trabalho 24
1.4 Dados Financeiros do Município 25
1.5 Dados Educacionais 27
2 DEFICIÊNCIA, ESCOLA, LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SOROCABA, 1998 32
2.1 Reflexões sobre concepções de deficiência 32
2.2 A escola 41
2.3 Considerações sobre a legislação 50
2.4 Educação Especial em Sorocaba: 1998 61
3 PESQUISA DE CAMPO 69
3.1 Centro de Educação Infantil (CEI) 72
3.2 Ensino Fundamental 74
3.3 Alfa Vida 76
3.4 Análise de todas as unidades em conjunto: Outubro/1998 78
3.5 Análise dos dados dos Professores 82
CONCLUSÃO 93
REFERÊNCIA 96

Tabelas

Tabela 1 Crescimento da População.....21
Tabela 2 População da Cidade – 1.991.....21
Tabela 3 População da Cidade – 1.996.....22
Tabela 4 Divisão Área de Atividade.....25
Tabela 5 Receitas Municipais.....26
Tabela 6 Total de Alunos na Rede Municipal e Estadual (1994/1995).....28
Tabela 7 Total de Alunos na Rede Municipal, Estadual e Particular.....28
Tabela 8 Total de Alunos Atendidos em Educação Especial (1994, 1995 e 1998).29
Tabela 9 Classes Especiais e Salas de Recurso na Rede Mun. de Ensino.....29
Tabela 10 N°. de Alunos nas Classes Esp. e Salas de Recurso na Rede Municipal de Ensino.....30
Tabela 11 Quadro – Concepções de Deficiência Mental.....34
Tabela 12 Realização do PROEDEM.....67
Tabela 13 Alunos Portadores de Deficiência Atendidos na Rede Municipal de Ensino.....68
Tabela 14 População Atendida.....69
Tabela 15 Distribuição de Professores.....70
Tabela 16 Número de Portadores de Deficiências Colocados.....78
Tabela 17 Calendário de Eventos.....85
Tabela 18 Total de Alunos por Sala de Aula.....87

Gráficos

Gráfico 1 Distribuição de Habitantes por Região....22
Gráfico 2 População Ativa em Sorocaba (1995)....24
Gráfico 3 Índice de Alfabetização....27
Gráfico 4 C.E.I. – Sexo....72
Gráfico 5 C.E.I. – Idade....73
Gráfico 6 C.E.I. –Deficiência – Modalidades....73
Gráfico 7 Ensino Fundamental – Sexo....74
Gráfico 8 Ensino Fundamental – Idade....75
Gráfico 9 Ensino Fundamental – Deficiência – Modalidades....75
Gráfico 10 Alfa Vida – Sexo....76
Gráfico 11 Alfa Vida – Idade....77
Gráfico 12 Alfa Vida – Deficiência – Modalidades....78
Gráfico 13 Total – Sexo....79
Gráfico 14 Total – Deficiência....80
Gráfico 15 Professores – Anos de Graduado....82
Gráfico 16 Professores – Anos de Experiência....83
Gráfico 17 Professores – Conhecimento da Legislação.... 84
Gráfico 18 Professores - Formação....84

Anexos

LEI Nº 3.601 (14/06/1991)....105
DECRETO Nº 7.750 (09/10/1991)....106
DECRETO Nº 8.024 (28/04/1992)....108
DECRETO Nº 8.482 (04/05/1993)....109
LEI Nº 4.233 (24/05/1993)....111
LEI Nº 4.433 (16/11/1993)....116
DECRETO Nº 8.972 (21/07/1994)....118
LEI Nº 5.057 (26/02/1996)....120
LEI Nº 5.413 (02/07/1997)....127
LEI Nº 5.543 (01/12/1997)....130
Questionário utilizado na pesquisa....135

Resumo

Este trabalho pretende analisar a colocação de alunos portadores de deficiência nas escolas municipais na cidade de Sorocaba, no ano de 1998. Procura-se refletir sobre 3 aspectos que influenciam diretamente a forma sob a qual os portadores de deficiência são atendidos: a conceituação de deficiência, englobando diferentes classificações adotadas por entidades mundiais e nacionais; a escola considerada como parte integrante e influente do contexto social e, finalmente, os aspectos legislativos nos âmbitos federal, estadual e municipal que interferem diretamente neste tema.

Realiza-se uma pesquisa objetivando coletar dados, tais como: número de alunos colocados, sexo, idade, tipo de deficiência apresentada e também algumas características do corpo docente que trabalha com estes alunos em sala de aula. Na tentativa de aclarar a predominância de uma ou outra característica relativa aos dados coletados, realiza-se uma análise matemática através de gráficos de barras e de setores.

Finalmente, o trabalho apresenta a análise da autora e algumas sugestões que têm por principal objetivo melhorar o atendimento ao portador de deficiência nas escolas que fazem parte da rede regular de ensino.

Abstract

The present study aims at analysing the inclusion of impaired students in public schools in Sorocaba, in 1998. We reflect of 3 aspects wich directly affect the way imparied students are treated: the concept of impaireness according to different classifications adopted by different national and international organizations; school seen as integrating and influent factor in the social context and, finally, the federal, state and city legal aspects directly related to this issue.

We made a research aiming at collect some data as: number of included students, genre, age, impairing, specificity and some characteristics of the teachers who work with such students in classroom. Looking for highlighting the predominance of one or another feature related to the collected data, we made a mathematical analysis utilizing bars and sectors graphics.

Finally, this study presents the author's analysis and some suggestions whose main objective is to improve the treatment of the impaired students in school in wich they are regularly enrolled.

Introdução

Trabalhando há 10 anos com portadores de deficiência, primeiramente na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) da cidade de Santo André/SP e atualmente na APAE de Sorocaba, como Diretora Administrativa Escolar, convivo diariamente com estes indivíduos.

Encontramos, ao longo desses anos, muita dificuldade em colocar os portadores de deficiência da Instituição no ensino regular.

Do ponto de vista institucional, a missão da APAE se fundamenta em três vertentes: luta em defesa dos direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, apoio à família e atendimento especializado.

Por missão entendemos a razão da existência de uma dada organização e a delimitação de suas atividades dentro do espaço que deseja ocupar na sociedade.

A concepção filosófica e psicopedagógica acerca da Pessoa Portadora de Deficiência vai prover de significado determinadas ações e decisões, ainda que tal concepção não seja experimentada conscientemente ou disseminada de maneira clara. Mesmo que efetivamente isso não aconteça, essa visão subjacente modela a prática organizacional e norteia a conduta de seus membros de direção, equipe multidisciplinar, equipe docente, pais, funcionários e sociedade. Tais concepções têm importantes conseqüências sobre a Pessoa Portadora de Deficiência.

Refletindo sobre estas questões, sentimos a necessidade de rever nossas ações frente a essas pessoas, suas famílias e a sociedade.

Em 1993, começamos a observar os primeiros passos do município de Sorocaba, com relação a projetos de colocar os portadores de deficiência na rede regular municipal de ensino. A Prefeitura realizou um convênio com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)- Faculdade de Educação na pessoa da professora Dra. Maria Tereza Egler Mantoan, desta Universidade. Este convênio visava a efetivação do projeto do Programa de Educação do Deficiente Mental (PROEDEM) que por sua vez tinha por objetivo formar recursos humanos para educação de deficientes mentais, aperfeiçoando os professores em serviço. A justificativa do

projeto era de que a ação educativa empreendida junto a alunos deficientes mentais em instituições de caráter público e privado não correspondia às reais necessidades daqueles.

Representando a Instituição, participamos de algumas reuniões e palestras proferidas pela professora Dra. Maria Tereza. Sua fala nos parecia distante de nossa realidade! Como colocar os portadores de deficiência no ensino regular, sendo que na Instituição eles estavam abrigados, amparados e protegidos, recebendo atendimento e atenção de pessoas especializadas?

A pesquisa que desenvolvemos baseia-se nesses questionamentos. Como dirigente de uma Instituição que atende 250 portadores de deficiência, era necessário pesquisar o projeto de colocação dos portadores de deficiência do município.

Entramos em contato com a Diretora de Educação Especial da Secretaria de Educação e Cultura do Município, professora Maria Regina Salmi de Andrade, para estudarmos a possibilidade de realizar a pesquisa nas escolas municipais. A professora Maria Regina e sua equipe de trabalho imediatamente apoiaram a sugestão.

Salientamos que já existem pesquisas realizadas sobre o tema por nós abordado, entre as quais estão as dissertações de Silva (1994) e Castro (1997).

Com o tema: "A deficiência mental, os espaços educacionais e o processo de integração", Silva analisa a implantação e a viabilidade de um projeto de integração do portador de deficiência mental na rede regular de ensino, projeto este formulado pela Equipe de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, procurando traçar o percurso das definições da deficiência mental e o conjunto de propostas pedagógicas dele decorrentes, assim como os problemas de formação de profissionais que podem vir a ser obstáculos e/ou que possam facilitar o encaminhamento do projeto proposto.

Castro com a pesquisa sobre a "Inclusão escolar: das intensões à prática. Um estudo de implantação da Prosposta de Educação Especial da rede municipal de ensino na cidade de Natal (Rio Grande do Norte)", investigou o processo de implantação desta proposta, que a partir de 1994 visa a colocação de alunos portadores de deficiência na escola regular. Objetivou discutir o percurso e as dificuldades que existem entre as intenções e a prática escolar.

Assim como as pesquisas citadas, temos como objetivo verificar alguns aspectos da colocação dos portadores de deficiência na rede regular de ensino municipal na cidade de Sorocaba, tais como:

a) Verificar quantas escolas municipais possuem alunos portadores de deficiência em suas salas de aula do ensino regular, a forma como estes alunos foram encaminhados à escola, o número destes alunos e a predominância de sexo, idade e deficiência.
b) Conhecer o corpo docente que trabalha com os alunos portadores de deficiência quanto à formação, experiências anteriores com estes alunos e suas dificuldades; conhecimento da legislação municipal específica que garante a colocação do portador de deficiência nas escolas municipais, o apoio da Diretoria de Educação Especial da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

Realizamos a pesquisa em todas as escolas da rede municipal, em um total de 81 Centros de Educação Infantil (CEI) e 10 escolas de Ensino Fundamental enviando-lhes um questionário que se encontra anexado ao final deste trabalho. Um mês após o início do envio, obtivemos o retorno de 64 escolas, sendo: 57 CEIs e 07 de Ensino Fundamental. Admitimos que as unidades que não enviaram resposta não possuem portadores de deficiência em suas salas de aula. Com os dados coletados nos questionários foram elaborados gráficos que facilitam a visualização da influência das variáveis analisadas. Constatamos um total de 206 portadores de deficiência inseridos no sistema regular de ensino municipal.

De forma a embasar os resultados obtidos e também fornecer um suporte teórico à nossa reflexão sobre o tema da colocação, efetuamos uma pesquisa bibliográfica dos, por nós considerados, principais autores correlacionados ao assunto.

Organizamos nosso texto dividindo-o em 3 capítulos com o objetivo de manter uma sequência lógica do trabalho por nós realizado. Sendo assim, apresentamos no Capítulo 1 uma visão sucinta da cidade de Sorocaba, onde desenvolvemos nosso trabalho, para situar o leitor e fornecer uma idéia, ainda que ampla, do ambiente sócio-econômico de nossa cidade.

No Capítulo 2 refletimos sobre os aspectos implicados no conceito de deficiência, o papel da escola e a legislação referente à educação especial de uma forma ampla e posteriormente mais específica do município de Sorocaba, que garante acesso do aluno portador de deficiência às escolas municipais.

No Capítulo 3 abordamos a Diretoria de Educação Especial da Prefeitura de Sorocaba, a pesquisa de campo nas escolas, reflexão sobre os dados obtidos e no final, tentamos esboçar uma conclusão.

1 PERFIL DA CIDADE DE SOROCABA

Para facilitar o entendimento e ter-se uma idéia do contexto social e econômico onde vivem e estudam os indivíduos, objeto deste trabalho, reunimos algumas informações a respeito da cidade de Sorocaba. As informações apresentadas são as mais recentes disponibilizadas pelos órgãos oficiais e apontam para uma cidade considerada de porte médio no estado de São Paulo com forte tendência para o setor de serviços.

Ao final deste capítulo, encontraremos dados sobre o atendimento educacional disponível nos âmbitos municipal, estadual e particular, e iniciamos as primeiras informações sobre o atendimento aos indivíduos portadores de deficiência.

Vista Geral da Cidade

1.1 Informações sobre a formação e desenvolvimento da cidade

No decorrer de sua história Sorocaba passa por várias fases distintas, com características econômicas marcantes. Nascida oficialmente no século XVII, da fundação na propriedade de Baltazar Fernandes, em 1654, originou-se enquanto um povoado.

O seu período mais notório começou no século XVIII, com o papel exercido na denominada fase do tropeirismo iniciada em 1733 com a primeira tropa. Sorocaba por mais de 150 anos seria o eixo comercial entre o receptáculo de tropas vindas do sul e a comercialização destes animais, principalmente na época de ouro da mineração. O declínio das feiras de muares deve-se ao advento do transporte ferroviário, implantado na cidade a partir de 1875 com a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana e também devido ao fato de a cidade se desenvolver economicamente nos setores industriais e comerciais. As feiras já não exercem atração para a cidade, de tal forma que são transferidas para a cidade de Itapetininga, mas já sem a importância anterior.

Outra etapa marcante foi a fase industrial. Seu início efetivo ocorreu em 1880 com a abertura da primeira indústria têxtil. Há notícias de outras fábricas, como por exemplo a *Real Fábrica de Ferro S. João do Ipanema,* no início do século XIX e a *Fábrica Nossa Senhora da Ponte*, em 1883 (Menon, 1992). Esta fase encontrou sua prosperidade até os anos sessenta de nosso século quando começou a dar sinais de obsolência. A indústria metalúrgica e eletrônica teve um papel de suma importância na economia municipal desde meados da década de 70. Seus influxos se sentem até hoje.

O desenvolvimento urbano de Sorocaba, em dimensões mais significativas, está associado aos surtos de crescimento industrial ou a serviços ligados a ele. Até o último quartel do século passado, a cidade não era mais que a zona central que conhecemos hoje. É a partir deste período que se iniciarão as expansões territoriais, em geral ocasionadas por explosões demográficas.

Pode-se resumi-las em quatro momentos (Bonadio, 1995): o primeiro, a partir do aparecimento da indústria têxtil e seu crescimento até o início da década de 1940; o próximo, com o retorno para Sorocaba das oficinas mecânicas da Estrada de Ferro

Sorocabana em 1930, sediadas desde 1903 na Vila Mayrink; o terceiro, no final da década de 1950, com um grande surto de crescimento populacional; e o último, ocorrido com a implementação do parque industrial sorocabano nos anos setenta, principalmente com a implantação da indústria metalúrgica e eletrônica. A expansão atual é tributária desta última, ou pelo menos do mito que se criou em torno de Sorocaba como uma cidade próspera em trabalho, atraindo assim uma migração de outras cidades e mesmo de outros estados.

Nos anos 90 observa-se uma fadiga no setor industrial; números quanto ao desemprego fornecidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos podem dar uma idéia sobre este quadro. O sindicato indica um decréscimo no mercado de trabalho metalúrgico na região de Sorocaba. Em 1987, eram 25.245 trabalhadores na área; hoje são 18.500, ou seja, uma eliminação de 6.745 postos de trabalho. Sentindo esse hiato, o poder público municipal vem aplicando uma política de transformação de Sorocaba em um pólo prestador de serviços à sua região. Lazer, educação e comércio: são setores em que a cidade tentará suprir a demanda tanto da procura de bens quanto a de empregos.

Nota-se também que o desenvolvimento urbano na história do município obedeceu a quatro direcionamentos. Um segue pela região norte (também conhecido por *Além Linha*), iniciando com o retorno das oficinas da Sorocabana, fazendo surgir os bairros da Vila Carvalho e logo depois, Vila Santana. Já na década de 1950, a Cianê (Cia. Nacional de Estamparia) investe em casas na Vila St. Rosália; no final da década, o aparecimento de Vilas como Nova Sorocaba e Mineirão estendem ainda mais a região. Por fim, a partir de 1980, Vilas como Parque das Laranjeiras, Vitória Régia e Parque. S. Bento vão ditar, até os dias atuais, o maior vetor de crescimento urbano.

O *Cerrado* (Zona Oeste) será um dos setores que mais crescerá na Cidade - e ainda continua em expansão, embora com menor incidência que a Zona Norte. Seu crescimento é tímido até os anos cinqüenta; mas a partir de 1952 começam a surgir os bairros populares: Jardim Simus, São Paulo, Vera Cruz e Parque Manchester. Na década de 1960 aparece um dos mais populosos bairros da atualidade, o Central Parque, que surge quase como uma nova cidade.

O *Além Ponte*, como é conhecida a Zona Leste, mesmo já tendo sido uma região de intenso povoamento, hoje é uma região estagnada territorialmente. Desde os anos 20 ela se desenvolve entre dois vetores: as atuais av. S. Paulo e a av. Nogueira Padilha. Três bairros são referência ao se falar desta área: Vila Hortência e Barcelona, eminentemente conhecidos por acolherem os imigrantes espanhóis, e Vila Haro. Na década de 1930 eles conhecem um grande desenvolvimento; a partir daí apenas a Vila Haro saberá o que é crescimento em termos significativos. Nos anos 60, surgem algumas novas áreas, como Jardim Prestes de Barros, Saira e Barros França; na década de 1980 novos bairros aparecem como Jardim Bandeirantes e Ibiti do Paço, alguns até com configuração de extrema pobreza, como Vila Zacarias, João Romão e Sabiá.

A região Sul começa a crescer de modo significativo no final dos anos 50, com o aparecimento do Jardim Europa, Capitão e Santa Isabel.

1.2 Dados Populacionais

Crescimento da população sorocabana entre 1980 e 1997:

Ano	População
1980	269.880
1991	379.006
1996	431.561

Tabela 1 - Crescimento da População

Fontes: 1980: IBGE - CENSO 1980
1991: IBGE - CENSO 1991
1996: IBGE - CENSO 1996

Esta tabela, baseada em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístca (IBGE), demonstra um crescimento vertiginoso da população sorocabana a partir de 1980. Estes números apontam para um aumento populacional de aproximadamente 60% nos dezessete anos, configurando deste modo um *boom* demográfico entre 1980-1996.

População da cidade de Sorocaba

- **Ano:** 1991*

	Total	Homens	Mulheres
População	379.006	187.188	191.818
Urbana	373.191	184.278	188.913
Rural	5.815	2.910	2.905

Tabela 2 - População da Cidade - 1991

***Fonte:** IBGE - CENSO 1991

- **Ano:** 1996**

	Total	Homens	Mulheres
População	431.561	212.884	218.677
Urbana	428.153	211.117	217.036
Rural	3.408	1.761	1.641

Tabela 3 - População da cidade 1996

**Fonte: IBGE - CENSO 1996

Baseando-se nestes dados, verificamos um crescimento de 15% na população urbana e um decréscimo de 41% na população rural, entre os anos de 1991 e 1996

Sorocaba também tem uma população distribuída irregularmente, como se nota no quadro abaixo:

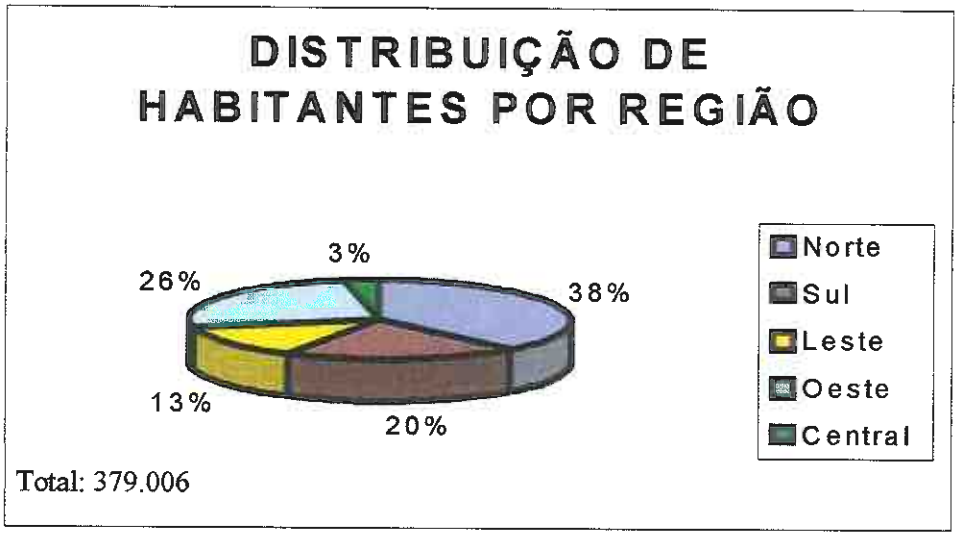


Gráfico 1

Fonte: IBGE - CENSO 1991

O crescimento populacional desenfreado que ocorreu nos últimos dezessete anos também acarretou, por sua vez, um aumento desordenado da rede urbana. Comparada à população computada no Censo 1980, Sorocaba aumentou em dois terços o seu contingente. Devido a este fator, promoveu uma expansão territorial urbana e também um intenso adensamento demográfico, fazendo com que algumas regiões "inchassem".

O sentido deste avanço territorial pode ser indicado pelo gráfico anterior: as regiões que mais concentram população são Norte e Oeste; elas se caracterizam por contemplarem habitações populares. São zonas de povoamento popular que mesclam áreas com infra-estrutura e áreas pobres. Estas informações foram recolhidas na Secretária de Edificações e Urbanismo (SEURB), Área de Planejamento e Pesquisa e na Secretaria de Cidadania, ambas pertencentes ao poder público municipal de Sorocaba.

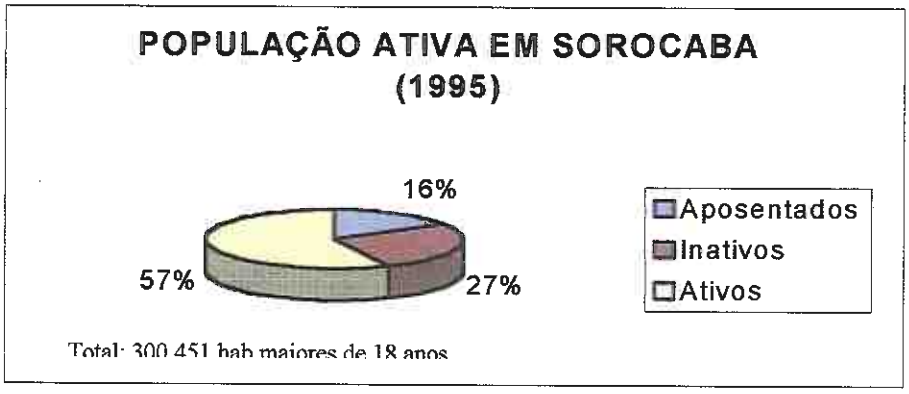
Nestas zonas Norte e Oeste, podemos encontrar desde conjuntos de prédios populares, bem urbanizados, servidos de uma rede de transporte urbano eficiente, até casas de madeirite à beira de esgotos, sem qualquer menção de infra-estrutura. A maior parte destas áreas pobres são chamadas pela Prefeitura Municipal de *áreas desafetadas*; são nestas duas zonas regionais que há o predomínio habitacional das mais de 20 mil famílias pobres de Sorocaba. Segundo dados da Secretária de Cidadania, há cerca de 20 a 25 mil famílias em estado de pobreza. Seriam famílias sem nenhuma forma de rendimento ou, quando muito, receberiam cerca de 1 salário mínimo por mês.

A zona Norte é formada em sua área mais periférica por bairros pobres, tais como o Parque das Laranjeiras, Vitória Régia e Parque S. Bento. Pode ser encontrada em seu perímetro alguma favela (como a do Pq. das Laranjeiras, que margeia um córrego), mas no geral é uma área de famílias pobres com certa estrutura básica para moradia.

Entretanto, a zona que encontra mais problemas com situações de extrema pobreza é a Oeste. Nela se situam os dois bairros mais pobres de Sorocaba: Jardim Lilu (com aproximadamente 1250 famílias) e o Jardim Nova Esperança. São favelas que alternam áreas com alguma urbanização (saneamento básico, energia elétrica,

transporte urbano) e outras sem nenhuma estrutura, algumas com risco de desabamento. Na zona Oeste também existem conjuntos populares organizados, como o Central Parque.

1.3 Aspectos de inserção no trabalho



Estimativa de População (1995): 472.143 hab

Gráfico 2

Fonte: Perfil do Trabalhador Sorocabano (1995).

Este quadro demonstra o percentual de pessoas em atividade em Sorocaba. No total, 43% da população acima de 18 anos encontra-se sem promover nenhuma atividade lucrativa (esta pesquisa considera apenas pessoas acima de 18 anos; pessoas entre 14 e 17anos estão excluídas). Quando conceitua-se a inatividade, se refere a pessoas que não trabalham há algum tempo, não procuram emprego há três meses e tampouco pretendem procurar.

Assalariados - 90% dos trabalhadores :

Áreas	N° de Trab.	%
Serviços	53356	34,8
Indústria	32504	21,2
Comércio	28671	18,7
Contr. Civil	12419	8,1
Serv. Domest.	10885	7,1

Tabela 4 - Divisão por área de atividade

Fonte: Perfil do Trabalhador Sorocabano (1994)

Analisando-se os dados da tabela, percebemos o predomínio do setor terciário sobre o secundário. Se somadas a área de serviços mais a comercial, se chegará a um percentual de 53,5%, quase três vezes maior que a área industrial.

Em pouco mais de uma década, Sorocaba voltou a ter como característica fundamental o que a fez impulsionar sua economia em seus primórdios: o comércio e os serviços. De certa forma, isso era o intuito da administração municipal, exposto no *Fórum Sorocaba 2000* (Bonadio, 1995).

1.4 Dados Financeiros do Município

É importante conhecer a receita do município porque a Constituição de 1988 prescreve que os municípios devem aplicar anualmente 25% "da receita resultante dos impostos, compreendida à proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino" (Art. 212).

E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 responsabiliza os municípios pela educação infantil em escolas e pré-escolas dando prioridade para o ensino fundamental (Art 11°., V). Existe também a possibilidade de complementação pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que estabeleceu, anualmente, um valor médio por aluno. Nota-se que, para 1998, não houve explicitação de maior valor para portadores de necessidades educativas especiais, mas só para os estabelecimentos de ensino especial (Lei 9.424 de 24/12/96, Art 2°., III)

1991	80.052.629,00
1992	61.526.613,00
1993	64.220.606,00
1994	82.311.575,00
1995	138.088.826,00
1996	148.518.578,27*
1997	172.945.327,65*

Tabela 5 - Receitas Municipais (US$)

*dados baseados em reais

Fonte: Secretaria de Finanças do Município de Sorocaba, Abril/1998. Dados obtidos na própria Secretaria.

Segundo classificação do governo do Estado de São Paulo, Sorocaba era a 11ª receita do estado em 1997.

Atualmente, com aproximadamente 500.000 habitantes, conta com uma legislação municipal que concede isenção de impostos e taxas municipais a indústrias que se instalarem no município. Possue mais de 1.200 indústrias de médio e grande porte, 8.000 estabelecimentos comerciais, e é sede de uma região que responde por 2,5% do Produto Interno Bruto brasileiro (Sandano, 1997:99).

1.5 Dados Educacionais

Índice de alfabetização :

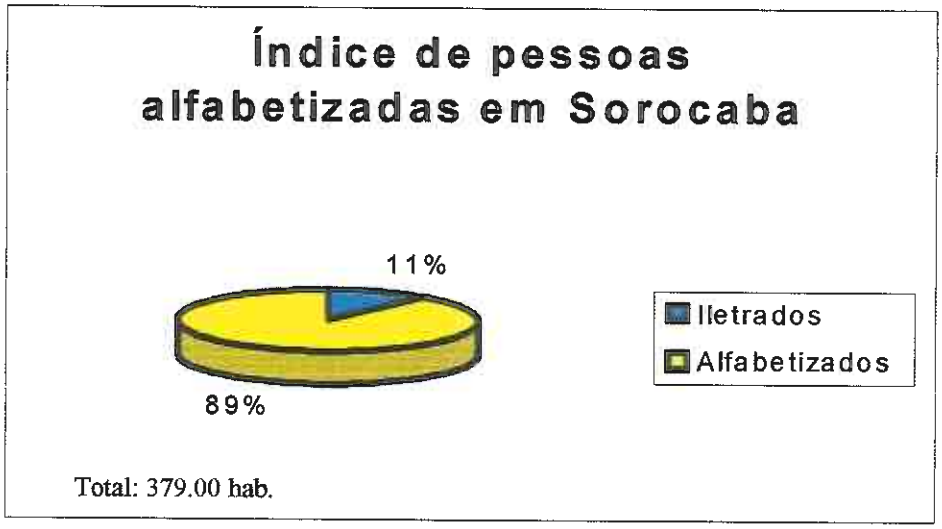


Gráfico 3

Fonte: IBGE - CENSO 1991

Quando comparada a cidades do mesmo porte educacional situadas no estado de S. Paulo, vê-se que Sorocaba possui um alto índice de analfabetismo. O caso mais próximo nestes termos é Ribeirão Preto: esta cidade, com 349.971 habitantes, tem cerca de 30 mil pessoas a menos que Sorocaba, que possue 379.006. Ribeirão Preto apresenta 7,3% de analfabetismo, muito inferior aos 11,18% sorocabanos (dados do Censo 1991, IBGE).

Ações contra o analfabetismo podem ser detectadas em projetos como o *Alfa-Vida*, da Secretaria de Educação e Cultura do Município e o projeto *100 Analfabetos*, da Campanha da Fraternidade, realizado em conjunto entre Igreja e Universidade de Sorocaba.

Número de alunos atendidos nas redes municipal, estadual e particular:

Rede municipal e estadual: atendimento entre 1994/5 (em total de alunos) :

	1994	1995
Ensino municipal	6.307	9.732*
Ensino estadual	90.492	93.311

Tabela 6

Fontes: Perfil do Município de Sorocaba (1995).
Perfil do Município de Sorocaba (1996).
*Neste ítem estão inclusos os alunos do Alfa- Vida, por ser um curso supletivo e excluídos os alunos dos Centros de Educação Infantil, não abarcados no levantamento de 1994.

Rede municipal, estadual e particular: n° de alunos atendidos até março de1998 :

	N° de alunos	%
Ensino municipal	32.470	23
Ensino estadual	93.558	66
Ensino particular	15.467	11

Tabela 7

Fontes: 1ª e 2ª Delegacias de Ensino, Abril/1998.
Secretaria de Educação do Município de Sorocaba, 1998. Dados obtidos na própria Secretaria.

Rede municipal, estadual e particular: n° de alunos atendidos em educação especial nos anos de 1994, 1995 e 1998 (não há precisão nas informações de outros anos) :

	1994	1995	1998
Ensino municipal	95	25**	10***
Ensino estadual	270	264	219
Ensino particular	*	*	202

Tabela 8

Fontes: 1ª e 2ª Delegacias de Ensino, abril/1998.

Perfil do Município de Sorocaba (1995).

Perfil do Município de Sorocaba (1996)

*Sem dados específicos

**Em 1995, deficientes físicos foram incorporados à rede de ensino regular no município, sendo beneficiários da ed. especial apenas os deficientes mentais.

***A partir de dezembro de 1997, os deficientes mentais também foram incorporados ao ensino regular no município, permanecendo apenas 1 classe para deficientes auditivos.

Classes especiais e salas de recurso na rede estadual de ensino:

Tipo de Deficiência	No. Classes	No. Salas de Recursos
Mental	13	_
Auditiva	7	1
Visual	_	2
Total	20	3

Tabela 9

Fonte: Oficina Pedagógica da Diretoria de Ensino de Sorocaba (1998)

Dados recolhidos na própria Oficina Pedagógica

Enquanto na rede estadual há 20 classes especiais, encontramos apenas 1 na rede municipal.

Número de alunos atendidos em classes especiais e salas de recursos na rede estadual de ensino:

Tipo de Deficiência	Em classes	Em salas de recurso	Total
Mental	147	_	147
Auditiva	49	7	56
Visual	_	16	16
Total	196	23	219

Tabela 10

Fonte: Oficina Pedagógica da Diretoria de Ensino de Sorocaba (1998)
Dados recolhidos na própria Oficina Pedagógica

Percebemos que, tanto nas classes especiais estaduais como nas municipais (a ser detalhado na pesquisa), há uma predominância da deficiência mental.

Verificamos que o número de alunos atendidos na rede estadual (66% do total de alunos atendidos na cidade de Sorocaba) é muito superior ao da rede municipal (23%) e ao da rede particular (11%) conforme a Tabela 7, porém esta diferença deve diminuir nos próximos anos, tendo em vista o projeto do município de expansão da sua rede de ensino. Esta expansão, já em andamento desde 1998, se efetua com repasse de verbas do Fundef, que estaremos detalhando a seguir, no Capítulo 2.

No que diz respeito ao nosso trabalho, a expansão da rede municipal nos leva a crer que o processo de colocação implantado pela Prefeitura Municipal de Sorocaba terá sua seqüência. Dizemos isso pois, uma outra opção para a utilização desta verba do Fundef seria a municipalização das escolas estaduais e sabemos que o procedimento adotado por nossas escolas estaduais era o de classes especiais e não a colocação dos alunos portadores de deficiência em classes regulares. Em 1998, havia 20 classes especiais e 3 salas de recursos na rede estadual e apenas 1, para deficientes auditivos com 10 alunos na rede municipal, conforme Tabelas 9 e 13.

Para Marilene Ribeiro dos Santos, Secretária de Educação Especial do Ministério de Educação e do Desporto, a educação para todos é um compromisso assumido no combate à exclusão de qualquer pessoa do sistema educacional. Para alcançar esta meta é fundamental enfrentar o desafio de tornar a escola um espaço aberto e adequado ao ensino de todo e qualquer aluno incluindo aqueles com deficiência, garantindo o direito à educação ao educando com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Para a secretária, o desconhecimento a respeito dos educandos com deficiência, seus direitos, suas potencialidades e necessidades aliados à insuficiência de professores capacitados e à escassez de serviços públicos são fatores que, entre outros, determinam baixos índices de atendimento educacional às pessoas com deficiência no Brasil. O MEC está realizando o programa de municipalização da educação especial, cujo primeiro passo é um amplo trabalho de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar e da sociedade em geral, em que procura modificar posturas e atitudes que dificultam a convivência com os portadores de deficiência, apresentando este indivíduo como um cidadão com os mesmos deveres e direitos, sobretudo à educação (MEC/SEE. Integração, 1997: 6).

Notamos reflexos desta política federal nas escolas estaduais em nosso município. Comparando-se os anos de 1994 e 1998, vemos que houve um decréscimo de 270 para 219 alunos em classes especiais, conforme Tabela 8.

2 DEFICIÊNCIA, ESCOLA, LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SOROCABA, 1998

Buscamos neste capítulo tecer considerações sobre concepções de deficiência, da escola, conhecer a legislação do país sobre este tema e explicitar a organização de educação especial aceita em Sorocaba.

2.1 Reflexões sobre concepções de deficiência

Como seres humanos, pertencemos todos à mesma espécie. Porém, de uma forma muito mais acentuada de que outras espécies, somos possuídores de características individuais notadamente marcantes. À medida que o indivíduo cresce e entra em contato com outros, vai aprendendo a distinguir comportamentos socialmente aprovados e outros não aceitos. Em cada nível do seu desenvolvimento social, espera-se que o indivíduo apresente um determinado padrão de comportamento. Tais padrões de comportamento esperado e aprovado são chamados normas. Através das normas, a sociedade assegura que a maioria das pessoas fará predominantemente o que se espera delas.

Na Idade Média, por exemplo, havia uma crença difundida de que os demônios e as feiticeiras causavam doenças físicas e mentais, colheitas más e má sorte em geral. As pessoas viam freqüentemente demônios, fantasmas e espíritos malignos. Essa crença gerava a norma para a época, portanto, tal comportamento era considerado normal.

As normas sobretudo representam normalidade social numa época e lugar. No processo de socialização as normas sociais passam de geração para geração, operando no sentido de garantir a conservação da sociedade. Assim sendo é comum a persistência de normas que as pessoas seguem, sem ao menos saberem por que.

As normas sociais variam de uma época para outra, como também de sociedade para sociedade. Observamos como diferentes sociedades resolvem

questões relativas à criação de si própria e do mundo, usando argumentações mágicas, políticas, religiosas, econômicas, etc..

Pensamentos e atitudes de pessoas numa determinada sociedade são fruto das relações sociais estabelecidas pelos homens nas diversas situações da vida, principalmente em função da forma como a sociedade se organiza para garantir sua subsistência material. Nesse relacionamento vão sendo estabelecidas formas de categorizar as pessoas de acordo com o total de atributos considerados como comuns e naturais, desejáveis para que seus membros desempenhem suas funções. Os ambientes sociais estabelecem expectativas, modelos, protótipos de pessoas socialmente desejáveis. Quando há diferenças em relação a tais expectativas, surge o estigma, a marca, o valor negativo atribuído a uma condição existencial. Desta forma, o estigma é gerado na trama de relações sociais, a partir do que é construído ideologicamente acerca do outro, estabelecendo-se o que deve ser normal e anormal, certo e errado, de acordo com a norma daquele tempo e lugar (Goffman,1988).

Em todos os tempos e épocas, pessoas nascem ou tornam-se portadoras de deficiência: cegas, surdas, com limitações intelectuais, físicas, etc. Por diversas causas sua posição social tem variado segundo normas aceitas que vão desde o banimento e morte, até a procura de meios de inseri-las na sociedade.

Entendemos que, atualmente, embora tenha havido evolução na forma de se conceber a deficiência e o indivíduo portador dela, as pessoas com deficiência ainda são identificadas e rotuladas socialmente; generalizamos suas limitações em prejuízo dos seus potenciais; a deficiência está sempre sendo enfatizada para o seu portador e para os que o cercam, justificando seus fracassos e sucessos.

Os preconceitos, as resistências, a inaceitação, as diferentes formas de discriminação que atualmente conhecemos têm raízes históricas e culturais.

Um estudo realizado por Enicéia Gonçalves Mendes, sobre Deficiência Mental : Da Ciência à Ideologia, apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) na cidade de Caxambú em Minas Gerais (21 a 25 de setembro de 1997), permite-nos visualizar a variabilidade de algumas das características e processos de aprendizagem dos indivíduos classificados nesta condição através do tempo.

Período Histórico Concepção	Antes de 1800	De 1800 a 1870	De 1870 a 1940	Após 1940
Caracterização	Não havia descrições diferenciadas da deficiência mental e de outras condições incapacitadoras.	Descrição baseada em atributos negativos e ameaçadores.	Descrição baseada em atributos negativos (habilidades deficitárias, ausentes, comportamentos aberrantes e anti-sociais).	Diferenciação entre os diferentes níveis (Leve, Moderado, Severo e Profundo) em termos de comportamento, desenvolvimento e aprendizagem.
Critérios de Definição	Não existia cientificamente.	Critérios Básicos: Incompetência intelectual, Inadequação social generalizada, Organicidade e irreversibilidade. Classificação: idiota e imbecilidade.	Critérios Básicos: Déficit intelectual, Organicidade e irreversidade Incompetência social. Classificação: idiota, imbecili-dade e debili-dade.	Critérios Básicos: Déficit intelectual, Déficit no comportamento adaptativo. Classificação: Leve, Moderada, Severa e Profunda.
Atribuição Causal	Fatores Sobrenaturais	Fatores orgânicos (hereditários e adquiridos).	Fatores orgânicos (hereditários).	Multi-determinação.
Propostas Educacionais	Inexistente	Instituições residenciais. Predominância do Modelo Médico.	Classes Especiais, Escolas Especiais, Predominância do Modelo Médico.	Normalização e Integração. Modelos Educacionais (Correntes Cognitivistas, Sociológicas e Comportamentais).

Tabela 11

A questão da deficiência passa por este processo de transformação de valores e superação das inúmeras barreiras vividas por seus portadores no cotidiano da nossa cultura.

Entendemos que a deficiência mental não pode ser algo inscrito só no sujeito. Trata-se de uma condição inferida a partir do funcionamento do sujeito na sociedade, ou que se encontra particularmente na relação entre o sujeito com suas características e o ambiente que lhe é peculiar, com suas demandas e as oportunidades de desenvolvimento que este ambiente lhe oferece.

Na classificação ratificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (BRASIL/MPAS, 1998), no que se refere aos tipos de deficiências, consideram-se as seguintes:

- física (tetraplegia, paraplegia, hemiplegia e outras);
- mental (leve, moderada, severa e profunda), aqui incluindo as que apresentam patologias neuropsiquiátricas;
- auditiva (total ou parcial);
- visual (cegueira total e visão reduzida);
- múltipla (duas ou mais deficiências associadas).

Esta classificação se completa por outra, introduzida igualmente pela OMS (1989), que estabelece distinção entre:

- Deficiência (impairment)...representa qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.
- Incapacidade (disability)...corresponde a qualquer redução ou falta (resultante de uma deficiência) de capacidades para exercer uma atividade de forma, ou dentro dos limites considerados normais para o ser humano.
- Desvantagem (handicap)...representa um impedimento sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade, que o limita ou impede o desempenho de uma atividade considerada normal para esse indivíduo, tendo em atenção a idade, o sexo e os fatores sócios-culturais.

Para a Associação Americana de Deficiência Mental (AAMD) (BRASIL/SEE, 1997: 27), o portador deficiente mental se caracteriza por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitantemente com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade dos aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho.

A definição da AAMD enfatiza que outros aspectos precisam coexistir, para que uma pessoa possa ser considerada como portadora de deficiência mental. Esses aspectos se referem a 10 (dez) áreas de habilidades adaptativas, acima mencionadas, sendo que, no mínimo 02 (duas) precisam estar defazadas para que o diagnóstico seja definido:

- Comunicação – habilidades para compreender e expressar informações por meio de palavras faladas ou escritas, linguagem gestual, digital e de sinais, toque, gestos, expressões corporais, etc. e para compreender as emoções e as mensagens de outras pessoas.
- Auto-cuidado – habilidades que asseguram a higiene pessoal, a alimentação, o vestuário, o uso do sanitário, etc..
- Vida familiar – habilidades necessárias para uma adequada funcionalidade no lar, no cuidado com os pertences, com o ambiente doméstico, os cuidados com os bens da família, a participação nos trabalhos domésticos, no convívio e nas relações familiares, dentre outros aspectos.
- Vida social – trocas sociais na comunidade, respeito às relações com vizinhos, colegas, amigos e membros da comunidade, compartilhar e cooperar, respeitar limites e normas, fazer escolhas, controlar impulsos, resistir às frustações, etc..
- Autonomia – habilidades para fazer escolhas, tomar iniciativa, cumprir planejamento, atender aos próprios interesses, cumprir tarefas, pedir ajuda, resolver problemas, defender-se, explicar-se, buscar ajuda quando necessária, etc..

- Saúde e segurança – habilidades para cuidar da saúde, evitar doenças, cuidar da segurança, evitar perigos, seguir leis de trânsito e outras que visem o bem-estar e a saúde, desenvolver hábitos adequados, comunicar necessidades, pedir ajuda, etc..
- Funcionalidade acadêmica – habilidades relacionadas à aprendizagem dos conteúdos curriculares propostos pela escola que têm relação com a qualidade de vida da pessoa, como ler, escrever, calcular, obter conhecimentos científicos, sociais, relativos à sexualidade e outros, que permitem maior funcionalidade na vida, independentemente do nível escolar alcançado.
- Lazer – habilidades para desenvolver interesses e participar de atividades de entretenimento individual e coletivo, de acordo com a idade e com o ambiente cultural e comunitário, comportar-se adequadamente, compartilhar, retomar, completar, pedir ajuda, cooperar, etc..
- Trabalho – habilidades para realizar um trabalho em tempo parcial ou total, comportando-se apropriadamente, cooperando, compartilhando, concluindo as tarefas, tomando iniciativas, administrando bem o salário, aceitando a hierarquia e as próprias limitações e dos demais, realizando atividades independentes, etc..

Observa-se na deficiência mental, segundo a AAMD uma substancial limitação da capacidade de aprendizagem do indivíduo, e de suas habilidades relativas à vida diária, apresentando portanto, déficit de inteligência conceitual, prática e social.

- Inteligência conceitual: refere-se às capacidades fundamentais da inteligência, envolvendo suas dimensões abstratas.
- Inteligência prática: refere-se à habilidade de se manter e de se sustentar como uma pessoa independente nas atividades ordinárias da vida diária. Inclui capacidades como habilidades sensório-motoras, de auto-cuidado e segurança, de desempenho na comunidade e na vida acadêmica, de trabalho e de lazer, autonomia.

- Inteligência social: refere-se à habilidade para compreender as expectativas sociais e o comportamento de outras pessoas e ao comportamento adequado em situações sociais.

Conforme o Decreto número 914, de 06/09/93, Artigo 3°., da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência: considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL/MPAS/SAS, 1998).

No Censo Demográfico de 1991, o IBGE realizou um inquérito amostral em 11% dos domicílios brasileiros, visando sistematizar alguns dados que poderão facilitar a percepção de algumas políticas públicas em relação ao deficiente. Metodologicamente o Censo considerou a seguinte classificação:

- Cegueira...pessoa totalmente cega desde o nascimento ou que tenha perdido a visão posteriormente por doença ou acidente.
- Surdez...pessoa que é totalmente surda desde o nascimento ou que tenha perdido a audição posteriormente por doença ou acidente.
- Paralisia de um dos lados...uma pessoa hemiplégica.
- Paralisia das pernas...uma pessoa paraplégica, ou seja, com os membros inferiores paralisados.
- Falta de membro(s) ou parte dele(s)...pessoa que não tenha um dos membros superiores ou inferiores, ou ambos, desde o nascimento ou por posterior amputação, devido a doença ou acidente.
- Deficiência mental...pessoa com retardamento mental resultado de lesão ou síndrome irreversível, que se manifesta durante a infância e se caracteriza por grande dificuldade de aprendizagem e adaptação social.
- Mais de uma...pessoa portadora de mais de uma das deficiências enumeradas.
- Nenhuma das enumeradas...pessoa que não tem nenhuma das deficiências enumeradas anteriormente ou para aquela que não é deficiente.

Há outras classificações de deficiência porém, esta foi a adotada e aplicada em todo o país para o Censo de 1991. Em complemento a estas acrescentamos, logo abaixo, os conceitos que aparecem na Política Nacional de Educação publicados pela Secretaria de Educação Especial em 1994, pois estes se referem especificamente aos portadores de necessidades educativas especiais, os quais são classificados em: **portadores de deficiências** (mental, visual, auditiva, física e múltipla), **de condutas típicas** (problemas de conduta) e **de altas habilidades** (superdotados).

- Deficiência mental: utiliza a mesma definição da AAMD, anteriormente citada.
- Deficiência visual: redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. Manifesta-se como
  - Cegueira: perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1, no olho melhor e após correção, ou um campo visual não excedente de 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes para correção. Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou resíduo mínimo de visão que leva o indivíduo a necessitar do Método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação.
  - Visão reduzida: acuidade visual entre 6/20 e 6/60, no melhor olho após correção máxima. Sob o enfoque educacional trata-se de resíduo visual tal que permite ao educando que o tem, ler impressos a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais, excetuando-se as lentes de óculos que facilmente corrigem algumas deficiências (miopia, hipermetropia, etc.).
- Deficiência auditiva: é a perda total ou parcial, congênita ou adquirida da capacidade de compreender a fala, através do ouvido. Manifesta-se como:
  - Surdez leve/moderada: é a perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de expressar-se oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo.

- Surdez severa/profunda: é a perda auditiva acima de 70 decibéis que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana através do ouvido, bem como de adquirir, naturalmente, o código de língua oral. Os alunos portadores de deficiência auditiva, necessitam métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para correção e desenvolvimento da fala e da linguagem.

- Deficiência física: é uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral e da fala, como decorrência de lesões, sejam neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou ainda, de mal formações congênitas ou adquiridas.
- Deficiência múltipla: é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física) com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.
- Condutas Típicas: manifestações comportamentais típicas de síndromes de quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos e que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social.
- Alta habilidade: notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados:
  - Capacidade intelectual geral.
  - Aptidão acadêmica específica.
  - Pensamento criador ou produtivo.
  - Capacidade de liderança.
  - Talento especial para artes.
  - Capacidade psicomotora.

Podemos perceber que o nível de detalhamento das definições usadas pelo IBGE é inferior ao utilizado pela Política Nacional de Educação Especial e este se aproxima ao utilizado pela OMS e AAMD. Quanto à conceituação do IBGE pode-se supor que, abrangendo todo o país, ainda no nosso meio, a organização social faz uma triagem, um "corte", que identifica provavelmente os mais lesados, talvez em

função de uma organização social onde junto com os meios mais sofisticados de produção coexistem polos onde a simplicidade de vida, de trabalho, permita que muitos ainda sejam integrados no cotidiano social sem o estigma da deficiência. Porém, não podemos discordar que qualquer classificação resulta em rotulação do indivíduo que por sua vez gera problemas de aceitação social.

Vygotsky (1989) considera o conceito de deficiência mental impreciso e difícil. É um conceito que se estende a um grupo heterogêneo. Encontramos deficientes mentais nos aspectos: patológico, fisicamente insuficientes, normais fisicamente e insuficientes devido às condições desfavoráveis e difíceis de vida e de educação.

De qualquer forma, a enunciação das diversas definições vai mostrando os parâmetros de normalidade e anormalidade, tomando como referência as exigências da organização social.

Em nosso município, 10% das vagas existentes nas escolas municipais são legalmente destinadas aos portadores de deficiência. Para fazer uso deste direito, é necessário que a família possua um laudo médico ou psicológico, que comprove a deficiência. Para portadores de deficiência auditiva, o laudo emitido baseia-se no nível de decibéis percebido pelo portador. No caso de deficiência visual, baseia-se na acuidade visual e, finalmente, para portadores de deficiência mental, o laudo quando emitido por psicológos, é feito atualmente conforme a Escala de Maturidade Mental Colúmbia e/ou Wisc, apontando o índice de maturidade intelectual do indivíduo. Este mesmo laudo, quando emitido por médicos, baseia-se no Código Internacional de Doenças.

2.2 A escola

As primeiras tentativas de escolarização dos portadores de deficiência surgiram de maneira oficial, em nosso país, no final do século XVIII e começo do XIX (Jannuzzi, 1985: 19).

Nestes anos, a economia do país se baseava predominantemente na agricultura, exercida de forma rudimentar, com instrumentos simples de trabalho

(enxada, arado manual, etc.) e este ambiente não propiciava a estimatização de uma criança como "deficiente", ou seja "incapaz", pois que havia sempre um trabalho ou tarefa simples que pudesse executar. Também a escola de ler, escrever e contar não era necessária para todos envolvidos nesse modo de organização social. Desta forma, entende-se que, primeiramente, tenham surgido escolas para os mais visivelmente deficientes (cegos, surdos, deficientes dos membros).

No final do século XVIII, os deficientes visuais e auditivos foram mais atendidos. No início do século XIX, esse predomínio vai diminuindo, passando ao equilíbrio com os deficientes mentais até atingir predomínio destes últimos após a década de 30 (Jannuzzi, 1985: 24).

Na década de 20, em alguns Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, intensifica-se a organização escolar primária e a organização de escolas para deficiente mental. Médicos, psicólogos e professores começam a atuar nessa área "criando um campo de reflexão à procura de um espaço efetivo para a concretização de sua ação pedagógica" (Jannuzzi, 1985: 29).

O país assiste ao crescimento da urbanização, da população nas cidades. A necessidade de aprendizagem da escrita, leitura, aritimética e portanto da escola, vai aumentando. No entanto, em alguns Estados como o de São Paulo, a própria legislação prevê a exclusão dos "anormais", como vemos no enunciado do Decreto-lei número 1.216, de 27 de Abril de 1904: Da matrícula: "Não serão matriculados, e portanto não entrarão no sorteio (Haveria sorteio caso ocorresse mais demanda do que vagas): a) As crianças com idade inferior a 6 anos incompletos (...) c) os que sofrerem de moléstias contagiosa e repugnante (...) e) os imbecis e os que por defeito orgânico forem incapazes de receber educação" (Jannuzzi, 1985: 41, nota de rodapé 33).

Vê-se assim, a fase capitalista por nós vivida ainda não requeria escolarização de todos, daí as restrições citadas em relação ao deficiente. Mesmo assim, vamos encontrar a escola com classes separadas, com professores especializados que devem preparar o anormal para que possa ser aproveitado pela sociedade.

Em 1935, vamos encontrar 22 locais de educação para deficientes mentais (classe comum de ensino, classes especiais na rede regular de ensino, instituições

especializadas públicas e privadas) (Jannuzzi, 1985: 99). (Entendemos por educacão pública aquela que é mantida e controlada pela União, estados ou municípios, e privada ou particular a administrada por pessoa física e ou jurídica.)

Após 1930, houve incentivo para a expansão da educação privada em nosso país devido principalmente a Reforma Francisco Campos, com a equiparação dos estabelecimentos privados com os públicos através da exigência do currículo mínimo em âmbito nacional. Assegurava-se o repasse de verbas públicas para organizações privadas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Assim sendo, vamos encontrar os portadores de deficiência sendo atendidos nestas organizações privadas; tanto nos setores da educação como no da saúde, espaço este que deveria ter sido preenchido pelo setor público, como direito de cidadãos brasileiros. Porém o que se vai notando é o preenchimento deste atendimento por entidades filantrópicas.

Em 1934, criaram-se as escolas da Sociedade Pestalozzi, em 1950 as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Jannuzzi, 1996: 184, 185).
Com a transferência de verba para o setor filantrópico, ocorre uma significativa proliferação da educação especial privada para essa população de deficientes que se encontrava excluída do sistema regular de ensino. Em 1959, vamos encontrar 25 instituições especializadas públicas contra 97 privadas e em 1989, 263 públicas e 1.019 privadas (Jannuzzi, 1996: 189).

De forma reduzida e citando Bueno (1996: 169, 173), a trajetória da educação especial brasileira passa por três momentos distintos, considerando o período pós-revolução industrial : 1) criação de instituições de internação, 2) disseminação do atendimento, com conflito entre as instituições de internação e a escola diária e 3) a integração do deficiente na rede regular de ensino.

Este terceiro momento, que se inicia na década de 50 e vem até os nossos dias, é marcado principalmente pelo desenvolvimento dos serviços de educação especial no nível do governo federal e de todos os estados da Federação.

Após esta explanação bem simplificada da trajetória da educação do deficiente, pretendemos agora refletir sobre algumas teorias educacionais que procuram explicar o problema da marginalidade, apoiando-nos principalmente em

Dermeval Saviani (1995) e José Luís Sanfelice (1985). Isto porque o problema desta dissertação é o estudo da inclusão escolar em escolas da rede pública de Sorocaba.

A palavra inclusão, segundo o dicionário Aurélio, significa: ato de compreender, de conter em si, de envolver, de implicar, de inserir, de pertencer, de fazer parte. Portanto, é este conceito que estamos usando para trabalhar com inclusão escolar: inserir na escola, para facilitar uma prática social dele (deficiente) e da sociedade, condizente com as potencialidades humanas.

A Teoria Tradicional de Escola, segundo Saviani, predominante em nosso país desde o seu descobrimento até o início do século XX, considera a educação como trabalho independente do contexto, isto é, absolutamente capaz de resolver o problema social. Surgiu depois da revolução francesa (século XVIII), quando já a sociedade questionava o domínio dos senhores feudais, incapazes de manter os seus feudos, as suas terras, devido ao empobrecimento que os obrigava a arrendá-los para os que habitavam os burgos, isto é as cidades (daí o nome de burgueses). Estes desenvolviam atividades de comércio, de industrialização elementar (fabricação de armas, de vestimentas guerreiras ou não, etc.) e passaram a considerar que para mudar de uma vez este sistema em que o poder, o domínio era da aristocracia de sangue, seria necessário, atingir a todos por meio da educação. Esta lhes deveria ensinar a viver nas novas condições sociais. Daí a criação dos Sistemas Nacionais de Ensino (princípios do século XX), dentro desta missão: se no regime antigo, só os nascidos na nobreza ou os destinados ao clero recebiam a educação, principalmente guerreira ou eclesiástica, ficando os demais à parte, portanto excluídos, marginalizados desta participação mais ativa, mais dirigente, mais comandante dos destinos dos feudos, porquanto eram estes senhores possuidores das técnicas de guerra (defesa e ataque) que determinavam o que e como proceder, seria necessário divulgar uma nova forma de educar que atingisse a todos. Na verdade não bastava mais apenas a arte guerreira, o cultivo da terra, mas o ensino dos novos elementos necessários para a vida. Era preciso tirar o povo da ignorância, preparando-o para a nova situação social. Eram movidos pela crença no poder absoluto da educação, como capaz de modo radical transformar a sociedade e garantir a cidadania, isto é, a

liberdade de comandar a própria vida, de decidir o seu destino; possuindo a instrução, deixariam de ser comandados.

Sob este pressuposto, organizam a escola: o que detém o saber, o professor, deve então divulgar o conhecimento que já foi produzido. Ele é o centro do trabalho pedagógico, no sentido de que, possuindo o saber, deve expô-lo aos alunos cuja função é assimilar o conhecimento divulgado e reproduzi-lo através dos exercícios. Terminada a ignorância, o aluno seria o dono de seu destino.

Só que, na verdade, embora não explicitassem, havia na organização social forças estruturais que não permitiam que todos freqüentassem a escola: havia muitos que deveriam desde crianças ficar atrelados ao serviço do campo, aos afazeres dos moinhos de grãos, às forjas de fabricação de instrumentos, etc. e não poderiam freqüentar escolas, para aprenderem as belezas contidas nos pergaminhos antigos, a poesia, a arte já desenvolvida, etc. Havia portanto uma organização social não condizente com a possibilidade de divulgação do saber para todos, embora eles não tivessem consciência disto, colocando só na escola a responsabilidade de superação da situação. Além do mais, o método (método significa caminho, meio, forma) de ensino, centrado no professor, considerando-o a chave do ensino, desconsiderando como o aluno aprende, enfatizando só a atuação do professor, ocasionava que muitos dos que podiam freqüentar a sala de aula não aprendessem, e mesmo muitos dos que conseguiam aprender, não invertiam sua posição de submissão pela de comando. O saber não rompia a marginalidade.

Não percebiam que havia também uma organização social que era excludente pela sua própria estrutura, à qual a escola também estava atrelada.

Justamente nos fins do século XIX, vamos encontrar o recrudescimento do interesse pelos "anormais", principalmente através de Itard na França, que ousa recusar o diagnóstico de Philipe Pinel, grande autoridade na época, sobre a ineducabilidade de Victor, menino selvagem encontrado nos Bosques de Aveiron. Itárd propõe–se a educar Victor e com a ajuda de Mme.Guerin consegue sucesso. Diga-se de passagem que, anteriormente, desde o século XVI, Cardano educara alguns surdos, o abade L'Épee também o fizera através da escrita. Louis Braille, também século XIX, o fizera com os cegos, criando o alfabeto do mesmo nome, etc..

Mas a educação do "deficiente mental", tem como grande propulsor, Itard, aplicando a teoria de aprendizagem da época, o sensorialismo de Condillac. Seu trabalho foi continuado por Seguin, Decroli e Montessori, estes dois últimos já no início do século XX. Esses educadores vão explicitando que existem diferenças individuais, algumas com base fisiológica, neurológicas, etc. mas que com métodos e técnicas adequadas, principalmente utilizando-se paciência, carinho, enfim a sensibilidade, é possível educá-los, com sucesso. Como lembra Dermeval Saviani, ressalta-se agora o fator emoção, a necessidade da sociabilidade na educação, a necessidade da aceitação das diferenças individuais, a importância do método, a ênfase no aluno mas, permanece a crença no valor, na força absoluta da educação como o único fator necessário a corrigir a marginalidade, a exclusão social. Essa pedagogia intitulou-se Nova e a escola, Nova. A forma de organização da sociedade, que depende em grande parte da maneira como ela se organiza para produzir os meios de subsistência, condiciona também os limites para a inserção, inclusão, aceitação de todos. Porém, isto não é levado em conta.

Assim sendo, essas duas teorias, pedagogia tradicional e pedagogia nova ou da escola nova, embora com as diferenças explicitadas, são consideradas não críticas, devido não só ao último fator que citamos, desconsideração pela forma de organização social, como também pela crença absoluta na onipotência da educação .

Nota-se nas propostas dos educadores citados, empenhados especificamente com o excepcional, também a preocupação predominante com o problema de fazer da educação um momento de ensinar os elementos básicos de comunicação para o ingresso num posto de trabalho simples. Geralmente preparação para o trabalho manual, mesmo para os cegos e surdos, que comumente não possuem limitações intelectuais (neste sentido consultar Soares, M.ª L. "A Educação do Surdo no Brasil", Campinas, Autores Associados, 1999). Visam inserir o deficiente para que ele desempenhe trabalho possível, sem cogitar das limitações, dos condicionantes da organização social. Itard constrói toda uma Instituição para Victor, emprega a teoria sensorialista e depois vendo que ele, não chegava no ponto em que Itard queria, deixa-o entregue a Madame Guerin, que o acolhe na própria casa até o fim da vida. Cardano e L'Épee preocupam-se com o trabalho manual para surdos. No Brasil, O

Instituto Nacional dos Surdos, até a década de 50 deste século, tinha oficinas de sapataria, encardenação para os alunos. É preciso considerar que há todo um potencial que faz parte da vida: a literatura, poesia, pintura, escultura, lazer, etc. que deve ser objeto da educação, principalmente para os que não podem ingressar no mercado de trabalho. São outras dimensões da cultura acumulada, do patrimônio de conhecimento que ajudam o indivíduo a descortinar novos horizontes, novas dimensões, novas alegrias.

Continuando com as teorias educacionais, encontramos que, com esta mesma preocupação da pedagogia nova e tradicional, agora já na década de 70 do nosso século, aparece a pedagogia Tecnicista. Para ela, a função, o objetivo da educação é só preparar o homem para a produção. Estão marginalizados, excluídos, os que não se adequam competentemente. Em Educação Especial, é a época do Grupo de Trabalho que vai elaborar as diretrizes do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que vai ditar a política do setor. Se se pegar o relatório do grupo, se verá que a defesa da Educação Especial é em função da lucratividade: é mais barato educar o excepcional para o trabalho, ele vai produzir mercadorias, e vai também permitir a produtividade da família que antes ficava fora do mercado de trabalho para dele cuidar. Porém, quem não se adequar a tal produtividade ficará excluído, marginalizado. A educação continua absolutizada, e o indivíduo marginalizado o é por incompetência dele, ou da educação ineficiente. A todas essas teorias de crença absoluta na educação como único móvel de modificação da sociedade, Saviani as intitula Não Críticas.

Porém, se a nossa sociedade está baseada numa organização em que só alguns se apropriam do lucro, porque detêm o capital e os intrumentos de produção, o que dita o seu funcionamento é isto - a possibilidade de alguns terem o lucro. E para que isto se dê, será preciso que os outros que só de seu, têm a força de trabalho, a terão aproveitada de modo a render o maior lucro possível de alguns. É cobrada a sua produtividade, isto significa que: descontado o seu salário, o desgaste e preço do maquinário, dos instrumentos de trabalho, deve haver lucro para os donos do capital. Tudo vai girar em torno dessa máxima: os postos de trabalho serão incrementados nos setores que dêm lucro, o trabalhador será medido pela quantidade de mercadorias

que produzir em menos tempo. Serão escolhidos os trabalhadores mais aptos a produzirem nessas condições; o mercado e a produção de mercadorias serão os que ditarão as maneiras de viver. Se for mais lucrativa a produção feita pela máquina, o homem será substituído, mesmo que tenha qualificações adequadas.

Em Educação Especial, ainda hoje vemos perpassarem essas Teorias Não Críticas. Acreditam que apenas tornando a educação eficiente através de métodos e técnicas de um bom professor, capaz de atender as diferenças individuais de cada aluno, inclusive as físicas, neurológicas, etc. numa educação de todos na mesma sala de aula, haverá automaticamente a correção da sociedade total. A adequação da escola a cada um, resolverá todos os problemas da marginalidade. Todos participarão da sociedade. Desconsideram a organização excludente de uma sociedade baseada no lucro, na não repartição de renda, na não geração de trabalho, que atualmente exclui até os que possuem graus universitários ou alguma qualificação, etc.

Entendemos que a escola é determinada socialmente, fundada em nosso modo de produção capitalista, dividida em classes com interesses distintos. A escola expressa este conflito de interesses que caracteriza nossa sociedade. Como não há interesse por parte da classe dominante na transformação histórica da escola, ela apenas acionará mecanismos de adaptação que evitarão a transformação efetiva.

Para que ocorra uma possível transformação, é necessário termos claro de que a educação não é o fator determinante principal das transformações sociais, mas sim um elemento determinado. Também não é determinada unidirecionalmente pela estrutura social; neste sentido, ainda que elemento determinado, não deixa de influenciar o determinante! Faz-se necessário superar tanto a crença na autonomia da educação como sua dependência absoluta das condições sociais vigentes. Colocarmos os portadores de deficiência no sistema escolar, mediante uma visão ingênua como já abordamos, significa que estes indivíduos podem estar no sistema, e ao mesmo tempo não fazerem parte dele ou serem atendidos adequadamente.

Nossa escola não é democrática e nossa grande tarefa é torná-la adequada a todos. A educação não se justifica em si, atua como fator de mediação no seio da prática social global, tem sua razão de ser nos efeitos que se prolongam além dela e que permanecem na sociedade quando essa mediação cessa. O desafio da escola é,

respeitando as individualidades com suas potencialidades e limitações, possibilitar às pessoas conhecimentos necessários para viver integralmente nesta sociedade, modificando-a quando possível.

Como professores, devemos compreender que a prática pedagógica contribui mui especificamente para a democratização da sociedade. Quanto mais formos capazes de entender os vínculos da nossa prática, independente da disciplina (História, Matemática, Geografia, etc.), com a prática social global, mais estaremos contribuindo à transformação estrutural de nossa sociedade .

Citando Barreto (1992: 55, 64), "excluem-se da escola os que não conseguem aprender, excluem-se do mercado de trabalho os que não têm capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler, escrever e contar e excluem-se, finalmente, do exercício de cidadania esses mesmos cidadãos porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa."

Retornamos à questão dos alunos portadores de deficiência colocados no ensino regular e não excluídos em classes especiais na própria escola ou fora dela em instiuições especializadas. Entendemos que a escola como um polo cultural onde o conhecimento já sistematizado pela humanidade é socializado, deve conhecer e respeitar as limitações e principalmente as potencialidades deste aluno "diferente", e a partir daí possibilitar-lhe conhecimentos necessários para estar integrado em sua sociedade, sociedade esta cada vez mais urbanizada, onde ler e escrever são imprescindíveis para as tarefas do cotidiano: usar os meios de transporte, manipular dinheiro, telefonar, etc.

Não se trata de adaptá-lo, mas sim permitir seu desenvolvimento pleno para que, nas possíveis oportunidades que ocorram socialmente, ele possa inferir como um cidadão que dentro de suas individualidades faz suas escolhas. Isto significa que o sistema educacional deve entender, equacionar o deficiente como um ser humano possuidor de um potencial de aprendizagem, de um perfil individual e de um repertório de comportamentos que tem que ser elevado ao máximo pelo próprio processo educacional.

2.3 Considerações sobre a legislação

Para termos uma visão mais ampla de todas as conquistas e progressos conseguidos ao longo do tempo, no campo educacional, vamos citar algumas referências aos portadores de deficiência em nossa legislação, partindo do âmbito federal, passando pelo estadual até chegar ao nível de nossa cidade. Chamamos a atenção para o fato de que muitas das Leis e Decretos citados a seguir não foram postos em prática, ou seja, não foram cumpridos.

De nossa primeira Constituição, de 1824, ressaltamos dois pontos importantes. Por um lado, relacionado ao aspecto educacional, citamos dentre os direitos civis e políticos dos cidadãos "a instrução primária e gratuita a todos" como um destes direitos. Por outro lado, relacionado ao aspecto social, a sociedade desta época já se protegia juridicamente do adulto deficiente privando do direito político o incapacitado físico ou moral (Jannuzzi, 1992: 21).

Apoiando-nos nos estudos de Jannuzzi (1996), Saviani (1997) e Mazzotta (1996), abordaremos conquistas no campo legislativo referentes ao nosso assunto pesquisado.

A Reforma Francisco Campos, de 1930 facilitou a equiparação dos estabelecimentos escolares privados com os públicos, regulamentando a distribuição de verbas públicas para organizações privadas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, que comprovassem finalidade não lucrativa. Notamos que a partir desta data vamos encontrar os portadores de deficiência sendo atendidos nas escolas e instituições privadas tanto no campo da educação como no da saúde, como já citamos anteriormente. O reflexo, de fato, vamos perceber com o passar dos anos; conforme Jannuzzi (1996:189) em 1989 o número de estabelecimentos especializados públicos para estes indivíduos era de 263, enquanto que o privado possuía 1019.

Vamos encontrar alguns avanços no legislativo, como por exemplo a garantia da educação ao portador de deficiência, sempre que possível no sistema geral de educação, na LDB de 1961(Artigo 88). Porém, na mesma LDB, a legislação prevê apoio à iniciativa privada por meio de bolsas de estudo, empréstimos e subvenções

pelos poderes públicos (Artigo 89). Reforçando o que já vinha ocorrendo desde 1930, o setor público não assume essa modalidade de ensino.

Estas instituições ou escolas privadas foram beneficiadas no Plano de Educação Especial de 1977/1979 com 58,7% da verba destinada contra 14,5% para o sistema estadual de ensino (Mazzotta, 1996).

O ensino privado para estes indivíduos é tão expressivo que em 1972, as ONG's pressionam o setor público em busca de subsídios, o que desencadeia a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973. Com essa atitude, além dos órgãos governamentais atenderem a esse expressivo movimento, reforçam mais uma vez sua parcial omissão com os portadores de deficiência.

Em 1977 é definida a clientela dos serviços especializados de natureza educacional prestados por órgãos ou entidades ligados ao CENESP/MEC, dos serviços especializados de reabilitação da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) e dos serviços de saúde da Previdência Social e dos serviços de reabilitação profissional do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

O atendimento educacional, como competência do MEC através do CENESP, em ação integrada com outros órgãos do setor da educação, é caracterizado como seguindo uma linha preventiva e corretiva (Mazzotta, 1996: 72). Para o encaminhamento aos serviços especializados de natureza educacional, é estabelecida a exigência de diagnóstico da excepcionalidade, a ser feito, sempre que possível, em serviços especializados da LBA. Onde não houver tais serviços, recomenda-se os serviços de natureza médico-psicossocial e educacional oferecidos pela comunidade.

A Portaria nº 186 de 10/03/1978, regulamentando o atendimento educacional, recomenda que, sempre que possível, as classes especiais deverão ser orientadas por professor especializado.

O diagnóstico da excepcionalidade "deverá ser feito o mais cedo possível, por equipe interprofissional especializada, que realizará avaliação global do excepcional utilizando procedimentos e instrumentos da área biomédica, psicossocial e pedagógica, que ofereçam garantias e rigor científico e adequabilidade" (Mazzotta, 1996:73).

Em 1986, pela Portaria no. 69 (Mazzotta, 1996: 75), o CENESP/MEC define normas para prestação de apoio técnico e/ou financeiro à Educação Especial nos sistemas de ensino público e particular. A Educação Especial é entendida como parte integrante da Educação visando o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando com necessidades especiais. Aparece pela primeira vez, esta expressão em substituição à expressão aluno excepcional. Também no presente ano, ocorre a transformação do CENESP na Secretária de Educação Especial (SESPE), órgão central de direção superior, do Ministério da Educação, pelo Decreto nº. 93.613 (Mazzotta, 1996: 76).

Até esta data (1986), estas foram as principais conquistas obtidas, em nível federal, antes da promulgação da Nova Constituição Brasileira, em 05/10/1988.

A partir desta nova constituição, vamos encontrar pontos favoráveis que reforçam as garantias dos portadores de deficiência, como por exemplo no Artigo 208: ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a este não tiveram acesso na idade própria e atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Seriam criados programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração do adolescente portador de deficiência mediante o treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos.

Chamamos a atenção para o fator idade abordado neste artigo, pois comumente o portador se apresenta defasado em relação à idade prevista para a série e, mais uma vez, se destaca a preferência de atendimento do portador na rede regular de ensino.

Normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais da pessoa portadora de deficiência e sua efetiva integração social são definidas em 1989. Neste ano, a Lei nº. 7853 define medidas a serem tomadas pelos órgãos da administração direta e indireta na área da educação, tais como: a inclusão no sistema educacional da educação especial como modalidade educativa; a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino, bem como de

programas em nível pré-escolar e escolar em unidades hospitalares e congêneres, nas quais estejam internadas portadores de deficiência por prazo igual ou superior a um ano; acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda e bolsas de estudo e por fim a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares destes indivíduos capazes de se integrarem no sistema regular de ensino. Ao menos legalmente, as escolas estavam obrigadas a receber matrículas destes alunos.

Outro ponto importante desta Lei nº. 7853 foi a reestruturação da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), com autonomia administrativa e recursos orçamentários específicos.

Terminando nossa análise em nível federal, comentamos a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20/12/1996 (Saviani, 1997: 217). O Capítulo V compõe-se de 3 artigos sobre Educação Especial. O Artigo 58 apresenta o entendimento dessa área como uma modalidade da educação escolar que deve situar-se preferencialmente na rede regular de ensino, determina a existência, quando necessário, de serviços de apoio especializado, prevê o recurso a classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração nas classes comuns e estabelece que sua oferta se dará a partir da educação infantil. O artigo 59 dispõe que os sistemas de ensino devem assegurar: adequada organização do trabalho pedagógico para atender às necessidades específicas; terminalidade específica para os que não possam chegar ao nível regular de conclusão do ensino fundamental e aceleração aos superdotados para que possam concluir em menor tempo o programa escolar; professores preparados para atendimento especializado assim como professores do ensino regular capacitados para integrar os educandos portadores de necessidades especiais nas classes comuns; educação especial para o trabalho; e igualdade de acesso aos programas sociais disponíveis no ensino regular. O Artigo 60 atribue aos órgãos normativos dos sistemas de ensino a definição dos critérios para apoio técnico e financeiro do Poder Público às entidades sem fins lucrativos exclusivamente dedicadas à educação especial, estabelecendo, porém, que, em qualquer caso, a alternativa preferencial será a ampliação do atendimento na própria rede regular de ensino.

Na década de 90, dentro de uma política mais democrática, os órgãos governamentais solicitam a participação das ONG's na definição da política educacional neste ramo de ensino. Levando-se em consideração os dois documentos mais importantes desta década, O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, notamos o ponto em comum que prevê o atendimento dos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.

Após esta visão abordando o âmbito federal, vamos analisar os aspectos legislativos que julgamos mais importantes em nosso Estado de São Paulo, nos últimos anos.

Com relação à capacitação de professores que trabalham com portadores de deficiência mental, o Decreto nº. 41.444, de 14/01/1963, cria na Secção de Higiene Mental Escolar (existente há 25 anos) da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar, da Secretária de Estado dos Negócios da Educação, o Setor Pedagógico Especializado no Ensino de Deficientes Mentais cujas atribuições iam desde as orientações das classes especiais até a responsabilidade pelo Curso de Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Especializado de Crianças Mentalmente Retardadas (Mazzotta, 1996: 145).

Ainda dentro da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, em 1966, o Decreto nº. 47.186 institui o Serviço de Educação Especial com a preocupação de regulamentar o cumprimento da LDB de 1961.

Este ano de 1966 marca o início de uma importante etapa da evolução da educação especial no estado de São Paulo. Além da criação do já citado Serviço de Educação Especial, vamos ter o Código de Educação do Estado (1968) afirmando, em seu Artigo 6º.: a educação é direito e dever de cada indivíduo e a todos será assegurada, na medida da respectiva capacidade, igual oportunidade de recebê-la.

Em 1969, pelo Decreto nº. 52.324 a Coordenadoria do Ensino Básico e Normal (CEBN) em seu Departamento de Ensino Básico (DEB) inclui uma Divisão de Orientação Técnica (DOT) constituída por 4 Serviços: de Ensino Pré-Primário, de Ensino Primário, de Educação Supletiva e de Educação Especial. Tal Decreto

revogou o Decreto nº. 47.186/66, dando nova estrutura ao Serviço de Educação Especial.

Alguns anos após, em 1973, o Conselho Estadual de Educação (CEE) fixa normas gerais para a educação dos excepcionais, definindo-os como sendo aqueles que, devido às condições físicas, mentais, emocionais ou sócio-culturais, necessitam de processos especiais de educação para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Ainda revela uma clara opção pelo atendimento integrado no regime comum de ensino.

Através da Resolução SE nº. 73, de 23/06/1978 e da deliberação CEE nº. 18/78, complementada pela Portaria conjunta (CEI/COGSP/CENP) de 11/12/1978, fica regulamentada a autorização e funcionamento de serviços e auxílios educacionais especiais em estabelecimentos municipais e particulares. Portanto, em 1978, fica regulamentada a educação especial em todo o sistema de ensino estadual (Mazzotta, 1996: 158).

Tais normas disciplinaram a organização e funcionamento das escolas, bem como confirmaram um posicionamento político em relação ao atendimento dos portadores de deficiência, situando este atendimento como educação escolar.

Dando continuidade às conquistas alcançadas na área, a Secretaria de Educação, em 1982, cria o Grupo de Trabalho de Educação Especial (GTESP) para propor medidas e conduzir os pedidos de autorização para funcionamento de escolas de educação especial (Mazzotta, 1996: 161). A criação do GTESP indica uma atenção da Secretaria da Educação para com a situação das instituições especializadas particulares que por não se caracterizarem como mantenedoras de escolas ou de serviços de educação escolar, continuavam à margem do sistema de ensino. Em 1984, pelo Decreto nº. 23.131 é criado o Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Deficiente junto à Secretaria de Estado do Governo. Dentre suas atribuições, destaca-se a de implantar e executar as diretrizes básicas da política estadual voltada para a integração social das pessoas deficientes.

Para termos uma visão global da situação atual do atendimento que efetivamente vem sendo praticado pelas Secretarias Estaduais e Municipais, apresentamos um levantamento realizado pela Secretaria de Educação Especial, em

1993, com o objetivo de coletar informações sobre a estrutura e o funcionamento da educação especial no Brasil (Brasil/MEC/SEE, 1994: 11). Vemos que, apesar de todo conjunto de leis e decretos existentes, o cumprimento destes não se efetiva na prática. Verificou-se que:

- 25 Secretarias Estaduais de Educação possuem em seus organogramas segmentos estruturados para cuidar do atendimento aos portadores de deficiência (departamentos, serviços, coordenações,etc.).
- Em 100% das Unidades da Federação é oferecido atendimento nas áreas de deficiência mental, visual e auditiva; 70% na área de deficiência física; 37% na área de condutas típicas; 63% na área de deficiência múltipla e 22% atendem a portadores de altas habilidades.
- Dos 5.000 municípios brasileiros, aproximadamente 1/3 oferece educação especial na rede governamental.

Os números acima apresentados demonstram algumas das várias diferenças educacionais existentes entres as regiões, estados e municípios, quanto ao atendimento dessa clientela no Sistema Brasileiro de Ensino. Decisões políticas se fazem necessárias para equalizar esse atendimento.

Finalmente, passamos a abordar os aspectos legislativos no nível municipal, salientando que nossa cidade de Sorocaba se encaixa dentro do 1/3 dos municípios brasileiros que oferecem educação especial na rede regular de ensino.

O município brasileiro, a partir da Constituição Federal de 1988, possui autonomia política, administrativa e financeira, isto é, pode se auto-organizar, ter administração própria, ordenar o território municipal, decretar tributos e aplicar as rendas municipais. Esta autonomia permite ao município aprovar a sua Constituição Municipal (Lei Orgânica). Pela atual Constituição, cabe aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local (Sandano,1997: 41e 42).

A Lei Orgânica do Município de Sorocaba foi promulgada em 05/04/1990. Conforme Sandano (1997: 130), encontramos no município, a preocupação com o atendimento aos portadores de deficiências físicas e mentais, atendimento este previsto como especializado no Título V, Capítulo II: Da educação, da cultura e do desporto, Artigo 140, Ítem II.

A partir de 1991, vamos encontrar as contribuições mais significativas, na forma de leis e decretos, obtidos na Câmara Municipal e voltados aos portadores de deficiência na âmbito educacional (todas as leis que contém os fatos citados a seguir estão em anexo neste trabalho). Em 1991, define-se a implantação de pelo menos uma classe de educação especial em cada escola municipal de 1°. e 2°. graus, de responsabilidade da Divisão de Educação. Em 1993, é firmado um convênio de cooperação técnico-científico com a Universidade Estadual de Campinas com a finalidade específica da execução do Projeto de Formação de Recursos Humanos para a Educação Especial de Deficientes Mentais (PROEDEM). Seria realizado para os professores da rede municipal, prioritariamente para aqueles que possuíssem alunos portadores de deficiência em suas salas de aula ou que manifestassem interesse por esta área. Salientamos que, com a criação deste convênio, inicia-se de fato o processo de colocação dos portadores de deficiência em classes regulares, na rede municipal de ensino.

Com o objetivo de suportar este processo, cria-se no mesmo ano de 1993, a Diretoria de Educação Especial, com as funções de implantar e executar as diretrizes básicas da política municipal voltada para a educação especial, bem como desenvolver, promover um plano educacional e pesquisas que visem a melhoria da educação nesta área. Ainda propõe formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos.

No ano de 1996, através do Regimento Interno das Escolas Municipais, destina-se 5% das vagas aos alunos portadores de deficiência. No ano seguinte, este percentual é aumentado para 10% das vagas existentes em cada escola da rede municipal de ensino.

Notamos, através das ações legislativas, uma preocupação do município em atender as necessidades educacionais dos portadores de deficiência, preocupação esta que se evidencia com a Lei Orgânica Municipal de 1990 e se extende até os nossos dias.

Entrevistamos o vereador Émerson Cañas, da Câmara Municipal de Sorocaba, portador de deficiência física há 11 anos e que está em seu segundo mandato. O vereador Émerson acompanha a aprovação de leis municipais relativas aos portadores

de deficiência desde 1991, na época como Diretor da Associação dos Deficientes da Região de Sorocaba (ADERES) e depois como vereador a partir de 1993.

Junto a ele, em seu primeiro mandato (1993/1996), também foram eleitos os vereadores Laércio Valone Neto Piantore, deficiente visual, e Ana Paula Eleutério, deficiente física. Destes 3, apenas Ana Paula não foi reeleita para o mandato atual.

Com a presença destes 3 vereadores, intensificou-se a atenção para o tema dos portadores de deficiência e uma série de leis e decretos foram apresentados e aprovados, como constatamos no texto acima descrito referente à legislação municipal.

Em sua entrevista, Émerson Cañas afirma que uma das grandes conquistas da Câmara foi ter conseguido a definição, por parte da Prefeitura Municipal, do transporte especial e a formação da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA). Esta Comissão se apresenta dividida em grupos de trabalho específicos: Grupo de Estudo sobre a Habitação (para verificação das condições de acessibilidade dos prédios públicos), Grupo de Transporte (que inclui o estudo de modificação das calçadas), Grupo de Lazer, Esporte, Comunicação e Educação e Grupo de Trabalho e Legislação. Fazem parte destas Comissões técnicos das Secretarias, Delegacia de Ensino, Universidade de Sorocaba (UNISO), Faculdade de Tecnologia (FATEC) e Associação dos Engenheiros e Arquitetos.

Outra constatação feita pelo vereador e que julgamos importante transcrever é a de que a inclusão escolar vem tendo ênfase relevante no ensino municipal, mas apenas isto não basta, e deveríamos nos ater também ao aspecto social, pensando em termos de esportes, lazer e outros. Por este pensamento é que se faz importante a criação e manutenção desta Comissão Permanente de Acessibilidade, que de uma forma ou outra mantém o foco para o assunto.

Para concluir, o fator mais importante, na opinião do vereador Émerson Cañas, para a continuidade deste trabalho de conscientização pública das necessidades e direitos dos portadores de deficiência é, sem dúvida, a presença dos mesmos nos órgãos de representação da comunidade, sejam eles públicos (como a Câmara Municipal) ou privados. Somente desta forma, podemos garantir a criação de Leis e Decretos e ainda mais vital, que os mesmos sejam regulamentados e cumpridos.

No município de Sorocaba, na área de educação, ocorreram modificações no ano de 1998 em decorrência da Emenda Constitucional 14 (Setembro de 1996). Esta, entre outras disposições, obriga Estados, Distrito Federal e Municípios a aplicarem, até 2006, pelo menos 15% da receita de impostos no ensino fundamental. Cria, no âmbito do Distrito Federal e de cada Estado, o Fundo de Manuntenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), com vigência obrigatória a partir de 1°. de Janeiro de 1998.

O critério de repasse de verba previsto pelo Fundef ou Fundão do ensino apóia-se basicamente no número de matrículas no ensino fundamental. Segundo Davies (1999: 13), o Fundef não traz dinheiro novo para o sistema educacional, uma vez que é apenas um mecanismo de redistribuição de recursos já vinculados à educação. Para o autor, ainda, esse repasse de recursos não garante o desenvolvimento nem a melhoria do ensino fundamental; pode contribuir para enfraquecer e desarticular o sistema de ensino, uma vez que as matrículas da educação infantil, de jovens e adultos e do ensino médio não são consideradas para efeito de redistribuição dos recursos. A educação deve ser vista como um todo e não de forma fragmentada, como se uma modalidade de ensino pudesse funcionar adequadamente sem a outra.

O Fundef, segundo seus defensores, deverá permitir maior eqüidade na distribuição de recursos e conseqüentemente um padrão mínimo de qualidade.

No município de Sorocaba, conforme nos informou a Sra. Valdelice Borghi Ferreira, Assesssora Técnica de Educação, o projeto do município é o de expansão da rede municipal de ensino em bairros periféricos para atender a demanda escolar.

Em 1998, com o repasse do Fundef, foram construídas 10 escolas para o ensino fundamental, 7 centros de educação infantil foram reformados para também atenderem aos alunos do ensino fundamental de 1ª. a 4ª. séries e 5 escolas do ensino fundamental que já existiam foram reformadas. Este projeto não inclui a incorporação das escolas estaduais, o que seria uma segunda opção de expansão.

Para o tema por nós estudado, a colocação das pessoas portadoras de deficiência no ensino municipal, se torna importante o fato de sabermos que a prefeitura continuará com o processo de colocação desses indivíduos e com uma

equipe de 8 professores apoiando e auxiliando as escolas com portadores de deficiência. As características desse trabalho de apoio será detalhado ao final deste capítulo.

As escolas estaduais em Sorocaba contém classes especiais e não alunos colocados em classes regulares (vide Tabela 10). Como podemos observar, considerando os aspectos legislativos do município, a rede municipal vem se mobilizando com relação à colocação de alunos portadores de deficiência em classes regulares desde 1993, quando o Decreto municipal nº. 8.482 assegurou o atendimento de portadores de deficiência física em classes regulares, inclusive adeqüando arquitetonicamente a Escola Municipal de Primeiro e Segundo Graus Dr. Achilles de Almeida para tornar possível esses atendimento.

A colocação dos portadores de deficiência no ensino regular não vai ocorrer apenas por decretos. Considerando as instâncias federal, estadual e municipal, observamos ao longo dos anos o quão constante tem sido as dificuldades dos legisladores em definir o atendimento educacional a estes indivíduos.

Em nosso município, área objeto de nosso estudo, constatamos que obrigar, através das leis, as escolas municipais a receberem os portadores de deficiência não significa que este fato se efetivará de forma adequada. Explicamos: temos leis que garantem o acesso às escolas, temos escolas adequadas arquitetonicamente, temos professores especializados, material didático e pedagógico disponível, porém os portadores chegam às escolas fazendo parte de uma minoria segregada socialmente. Os estigmas que carregam e que podem ser considerados modelos de identidade social virtual presente no subconsciente coletivo e fruto do senso comum (Goffmann, 1988: 12), os segregam, tal qual ocorre com outras minorias: homossexuais, índios...

Ainda segundo o autor, o estigma não está na pessoa ou na deficiência por ela apresentada; decorre das relações sociais como uma manifestação de rejeição àqueles que possuem uma marca ou uma situação que os distinguem das demais pessoas. Estamos, portanto, retomando a idéia de que os preconceitos, as resistências, a inaceitação, as diferentes formas de discriminação têm raízes históricas e culturais. Sendo assim, o tratamento dispensado aos portadores de deficiência vem variando de acordo com os padrões e normas vigentes na sociedade em que estão inseridos.

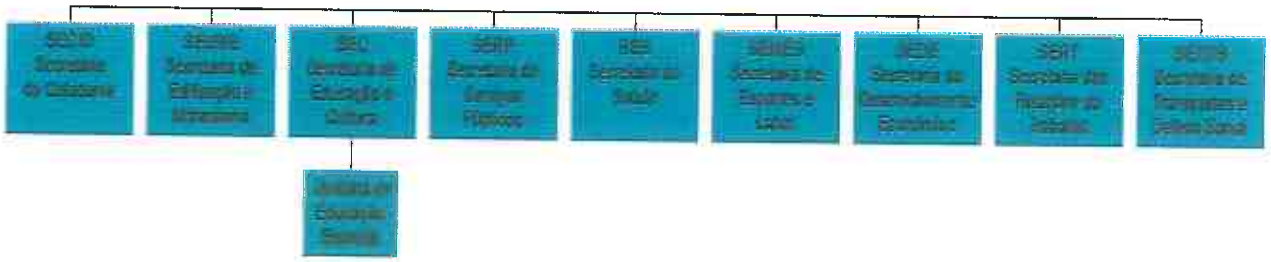
Sugestões para diminuir esses preconceitos e diferentes formas de discriminação citados são observadas em encontros mundiais como o de Salamanca em 1994, que recomenda mudanças no sistema de ensino, tais como: "... implementar, nos sistemas educacionais programas que levem em conta a diversidade de características individuais e as necessidades de cada aluno; criar comunidades acolhedoras, no seio de uma sociedade inclusiva, de modo a garantir a educação de boa qualidade para todos; encorajar e facilitar a participação dos pais, de representantes de organizações de pessoas portadoras de deficiência, no processo de tomada de decisões concernentes à provisão de serviços que atendam às necessidades; garantir, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como em sua formação, com a inclusão de informações e práticas de ensino na área da educação especial."

2.4 Educação Especial em Sorocaba: 1998

Organograma da Prefeitura de Sorocaba:

Atividades de suporte:

Atividades Fim:



Administração Indireta:

Diretoria de Educação Especial

A Secretaria de Educação e Cultura criou em sua estrutura a Diretoria de Educação Especial, através da Lei 4.433 em 16 de novembro de 1993, com as seguintes atribuições:

- Implantar e executar as diretrizes básicas da política municipal voltada para educação especial;
- Desenvolver um plano educacional que propicie aos portadores de deficiência o pleno desenvolvimento de suas potencialidades;
- Prover ou realizar pesquisas e experimentação que visem a melhoria da educação dos excepcionais;
- Manter uma rede integrada e atualizada de informações, na área da educação especial;
- Prover a formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, na área específica de educação especial;
- Analisar, avaliar e promover, em articulação com os orgãos competentes, a produção de material de apoio técnico à educação especial;
- Divulgar os trabalhos realizados sob sua responsabilidade, assim como de outras fontes, que contribuem para aprimoramento da educação especial.

A organização administrativa era composta pela Diretora, Profa. Regina Salmi de Andrade e das professoras: Adriana Gomes, Adriana Honofre, Alessandra Alves de Almeida Pontes, Eliana Cristina de Carvalho, Patrícia Lopes Ramos Publio, Paula Machado Pereira, Roseli Aparecida Santos e Valquiria Aparecida Nicolau Nobrega. As oito professoras citadas foram convidadas pela Diretora a fazer parte da equipe. As professoras ministram aulas em um período na rede municipal e no outro prestam serviços de apoio à Diretoria de Educação Especial, ficando divididas em quatro professoras no período matutino e quatro no período vespertino.

A equipe de trabalho então composta por nove profissionais era responsável pelo serviço de apoio a:

- 81 CEI (Centro de Educação Infantil) e funcionando neles há também 23 Classes de 1ª. série, que na pesquisa de campo foram incluídas com as classes do 1° grau.
- 10 Escolas Municipais de 1°. Grau
- Entidades que atendem portadores de deficiências conveniadas à Secretaria de Educação e Cultura.

Além da atribuições citadas a Diretora estipulou também como metas de trabalho para a equipe:

- Incluir os portadores de deficiência no Ensino Regular e na comunidade;
- Participação da equipe no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino para Deficientes (LEPED) – UNICAMP;
- Parceria com outras Secretarias para ampliar e divulgar a Inclusão.-
- Trabalho em conjunto com a Seção de Apoio Psicológico e Atendimento Terapêutico (SAPT) e Seção de Planejamento e Apoio Pedagógico (SPAP);
- Levantamento de Pesquisa e dados estatísticos de alunos deficientes;
- Ampliação e Garantia de número de vagas aos alunos deficientes na rede municipal;
- Intercâmbio com entidades que atendem portadores de deficiência para incluir os alunos junto a rede municipal;
- Atendimento ao munícipe;
- Esclarecimento do trabalho sobre Educação Inclusiva em outras cidades.

A SAPT trabalhava em parceria com a Diretoria, atendendo e avaliando os alunos encaminhados. Era formada por 3 psicólogos, 1 fonoaudióloga e 2 psicopedagogas.

Fez-se necessário um planejamento para que a diretoria conseguisse realizar suas funções propostas acima, como:

- Reuniões semanais de grupos de estudos.
- Elaboração e execução de cursos de "Formação Contínua" para professores e diretores da rede municipal.
- Estudo de critérios para promoção de alunos deficientes no Ensino Regular.

- Discussão dos "casos" junto à equipe de Educação Especial e SAPT
- Assessoria da Profa. Dra. Maria Tereza Egler Mantoan da Faculdade de Educação da UNICAMP.
- Reuniões Semanais de Planejamento.
- Preparação do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).

A professora Dra. Maria Tereza Egler Mantoan é assessora da Prefeitura de Sorocaba, desde 1993, quando foi celebrado um convênio entre a Prefeitura com a Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação. Esse convênio visava capacitar professores da rede municipal para integrarem alunos com deficiência mental em suas salas regulares de ensino.

Iniciou-se, através do convênio, o projeto PROEDEM.

A justificativa, segundo a Prof.ª Dra. Maria Tereza para o projeto, era a constatação de que a ação educativa empreendida junto a alunos deficientes mentais em Instituições de caráter público não correspondia às reais necessidades daquelas a que se destinava.

Baseando-se no seu trabalho profissional, decepcionou-se com os benefícios propiciados pela atuação da escola, no que diz respeito a:

- Integração dos egressos no meio familiar e nos ambientes de trabalho competitivo ou protegido.
- Prosseguimento do processo de escolarização regular, no supletivo ou mesmo especial.
- Capacidade de adaptação aos desafios da vida.
- Prevenção da excepcionalidade.

As razões científicas que levaram a professora a executar o PROEDEM:

- Similaridade entre os processos de construção de inteligência dos indivíduos normais e dos deficientes mentais, ao nível em que estes forem capazes de se desenvolver.

- Necessidade de se adotar um novo tipo de relação professor/aluno e uma dinâmica educativa, com base no respeito mútuo, para cooperação, na troca de pontos de vista e numa crescente autonomia moral e intelectual.
- Importância de se oferecer um ambiente sócio-afetivo em sala de aula que propicie a liberdade de expressão de idéias e sentimentos.
- Urgência no sentido de uma capacitação de pessoal docente especializado em educação de deficiente mental, que possibilite formar um elo de ligação entre o processo de escolarização e os demais aspectos e áreas do trabalho multidisciplinar de reabilitação.

As razões acima remetem à necessidade de se repensar e de por em prática uma educação que privilegie a compreensão, o conhecimento ao "saber fazer" mecânico, condicionado e reprodutivo, tão próprio do ensino destinado aos deficientes.

O curso do PROEDEM constava de 160 horas.

A proposta foi primeiramente para a educação infantil. A primeira turma (1993/1994), iniciou-se com 30 professoras das quais apenas 12 concluíram o curso.

Em 1995, uma segunda turma se formou com 20 professores, sendo 12 de Educação Infantil e 8 de 1°. Grau.

- Nesta segunda etapa, o projeto denominava-se Projeto de Capacitação de Professores para integração escolar de pessoas com déficit intelectual no ensino regular (aprofundamento). Tinha o objetivo de aprofundar conhecimentos e práticas referentes à integração escolar de alunos com déficits intelectuais na pré-escola e séries iniciais de 1°. grau do ensino regular. As metas seriam:
  - Complementar a capacitação de professores escolhidos na integração escolar de alunos com déficits intelectuais no ensino regular : pré-escola e 1°. grau (séries iniciais).
- Tornar referidos professores aptos a multiplicar o PROEDEM, para outros professores do ensino regular (pré-escola e séries iniciais do 1°. grau), que

pretendem participar do trabalho de integração escolar de pessoas com déficits intelectuais nas redes de educação locais.

Ano	Nº de Professores Que Iniciaram	Nº de Professores Que Terminaram
1993/1994	30	12
1995	20	8
Total	50	20

Tabela 12 - Realização do PROEDEM

Fonte: Seção de Educação Especial.

Percebemos um número significativo de professores que não concluíram o curso, isto é, 30 professores desistiram no decorrer da realização do mesmo, ou seja , 60%.

Essas desistências, segundo a Seção de Educação Especial, se devem ao fato dos professores terem tido dificuldades em cumprir com as exigências do curso, quanto ao planejamento, relatórios diários, número de horas/aulas (160 horas no total).

O principal objetivo proposto pela Seção ao capacitar os professores seria a efetivação da integração escolar, levá-los a refletir constantemente sobre sua prática escolar, compartilhar os conhecimentos com os colegas, na tentativa de romper com a visão individualista da formação e do exercício profissional.

A seguir, demonstramos como estavam distribuidos os alunos portadores de deficiência colocados e em classes especiais, na rede municipal de ensino.

Ano	Rede Regular	Classe Especial
1993	Não há Registros	15 DM
1994	80	15 DM
1995	160	25 DM/DA
1996	250	35 DM/DA
1997*	257	35 DM/DA
1998**	347	10 DA

Tabela 13 - Alunos portadores de deficiência atendidos na rede municipal

Fonte: Seção de Educação Especial.

*1997: 5% das vagas garantidas para portadores de deficiência, pelo Regimento Interno das Escolas Municipais de Sorocaba.

**1998: 10% das vagas garantidas para alunos portadores de deficiência pela Lei Municipal No. 5.413/97.

As siglas utilizadas na tabela acima:

DM – Deficiente mental

DM/DA – Deficiente mental/ deficiente auditivo.

Evidencia-se o fato de o número de alunos colocados aumentar ao longo dos anos e os em classes especiais manter-se praticamente constante, sendo que em 1998, as classes especiais são extintas, permanecendo apenas 1 para deficientes auditivos.

3 PESQUISA DE CAMPO

Nossa pesquisa foi realizada com total apoio da Diretoria de Educação Especial e teve por principal objetivo conhecer a população de portadores de deficiência colocados no sistema municipal de ensino.

Elaboramos gráficos para cada modalidade de ensino (Centros de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Projeto Alfa Vida) de forma individual e posteriormente em conjunto. A pesquisa apresenta dados, tanto da população atendida, como dos professores envolvidos.

A Prefeitura Municipal de Sorocaba, possui 81 Centros de Educação Infantil, 10 Escolas de Ensino de 1°. e 2°. Graus, totalizando 91 unidades de ensino.

Nos prédios dos Centros de Educação Infantil, no período noturno, funciona, ainda, um programa de alfabetização de jovens e adultos denominado Alfa Vida, com 61 salas de aula. Este programa também fez parte de nossa pesquisa.

Segundo informações da Chefe da Seção de Pesquisa e Estatística da Prefeitura Municipal, Sra. Soraia Aparecida Aprimo Ferreira Uno, a população atendida em 1998 compreendia 32.470 alunos, assim distribuidos:

Modalidade	**No. Alunos**
Educação Infantil	18.914
Ensino Fundamental	7.821
Ensino Médio	2.275
Alfabetização Jovens e Adultos	3.460
Total	32.470

Tabela 14 - População Atendida

Fonte: Seção de Pesquisa e Estatística

Dados obtidos na própria Secção

Os dados fornecidos pelos professores não indicam alunos portadores de deficiência no ensino médio e, portanto, esta modalidade não será contemplada na análise estatística que realizamos a seguir.

Atualmente a rede municipal conta com 860 professores assim distribuídos:

UNIDADES	Nº DE PROFESSORES
CEI	720
1º GRAU	79
ALFA VIDA (salas)	61
TOTAL	860

Tabela 15 - Distribuição de Professores

Com o apoio da Diretora de Educação Especial, Professora Maria Regina Salmi de Andrade, utilizamos as caixas de correspondência que as escolas possuem na Prefeitura, onde deixamos um questionário em Anexo aos cuidados dos diretores das unidades para que fossem entregues a todos os professores que tivessem portadores de deficiência em suas salas de aula.

Juntamente com o questionário, colocamos uma carta endereçada aos diretores, explicando que a pesquisa seria realizada com o apoio da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura - SEC, porém não estaria vinculada à mesma.

Para que os professores pudessem responder a pesquisa com fidelidade, decidiu-se que os envelopes poderiam ser lacrados, garantindo o sigilo das informações e ao mesmo tempo protegendo a imagem dos professores.

Obtivemos o retorno de 64 escolas (70%), dentre o total já citado de 91 unidades, assim distribuídas:

- CEI 57
- ENSINO FUNDAMENTAL 07

Não obtivemos o retorno de 27 escolas (30%).

Para não trabalharmos com dados provenientes de bases distintas, esclarecemos que recebemos retorno de 9 professores provenientes do projeto Alfa Vida.

Centralizamos a pesquisa, portanto, em 64 escolas e 96 professores (aqui já incluímos os 9 professores do projeto Alfa Vida).

Os dados referentes ao número de portadores de deficiência, idade e diagnóstico foram comparados com os dados da equipe de apoio de educação especial, que são as oito professoras que realizam visitas às unidades escolares. Os números reportados pelos professores estavam de acordo com os dados registrados pela equipe de apoio.

3.1 Centro de Educação Infantil (CEI)

Centro de Educação Infantil

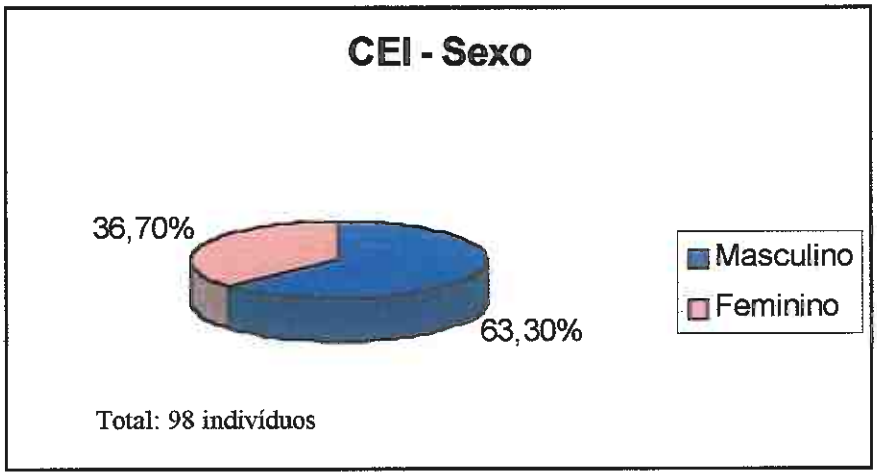


Gráfico 4

Fonte: Pesquisa de campo.

Encontramos um total de 98 indivíduos portadores de deficiências (0,5% em um universo de 18.914 alunos), distribuídos entre homens e mulheres nas porcentagens acima evidenciadas.

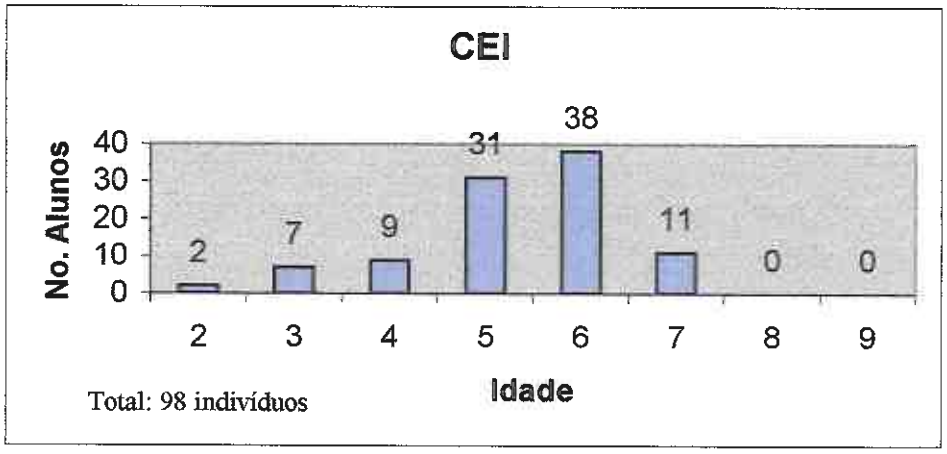


Gráfico 5

Fonte: Pesquisa de campo.

Podemos observar através do gráfico que os indivíduos colocados apresentam idade cronológica compatível com a idade esperada para creches e pré escolas, ou seja, 0 a 6 anos, sendo que, atualmente concentra-se entre 5 e 6 anos. Os indivíduos que estão com 7 anos completaram-nos no presente ano. Vemos também que a quantidade deles de 0 a 6 anos aumenta com a idade. Não verificamos se foram matriculados em anos anteriores.

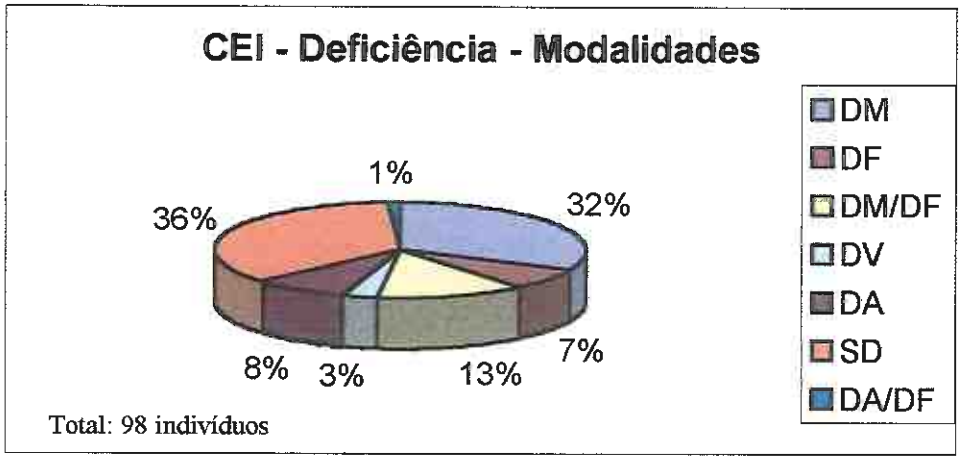


Gráfico 6

Fonte: Pesquisa de campo

Notamos que 36% dos indivíduos não possue diagnóstico (SD).

Consideramos:

DM	Deficiência Mental
DF	Deficiência Física
DM/DF	Deficiência Mental e Física
DV	Deficiência Visual
DA	Deficiência Auditiva
SD	Sem diagnóstico (em processo de avaliação ou aguardando o mesmo)
DA/DF	Deficiência Auditiva e Física.

A Deficiência Mental predomina entre os indivíduos na faixa etária de 0 a 6 anos quando excluímos os indivíduos que não apresentem diagnóstico preciso, os que estão em processo de avaliação ou aguardando o mesmo.

3.2 Ensino Fundamental

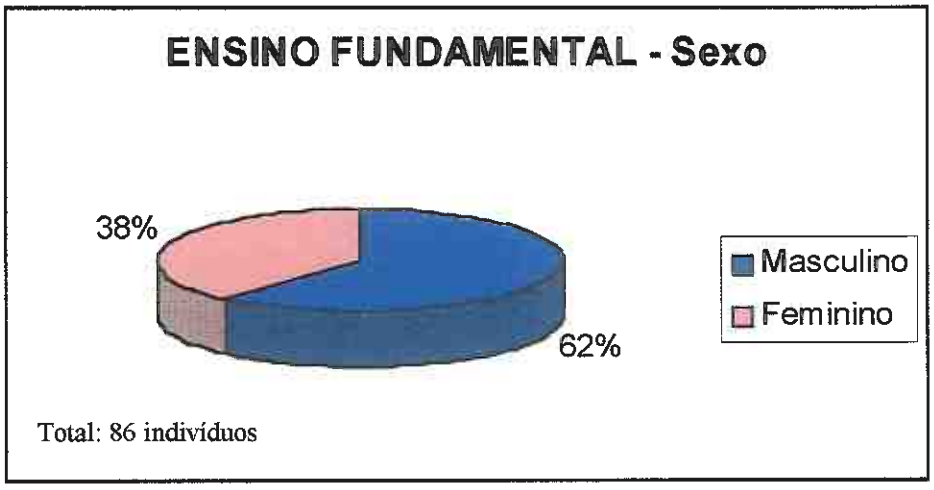


Gráfico 7

Fonte: Pesquisa de campo.

Encontramos no Ensino Fundamental 86 indivíduos portadores de deficiência (1,1% em universo de 7.821 alunos), com predominância do sexo masculino.

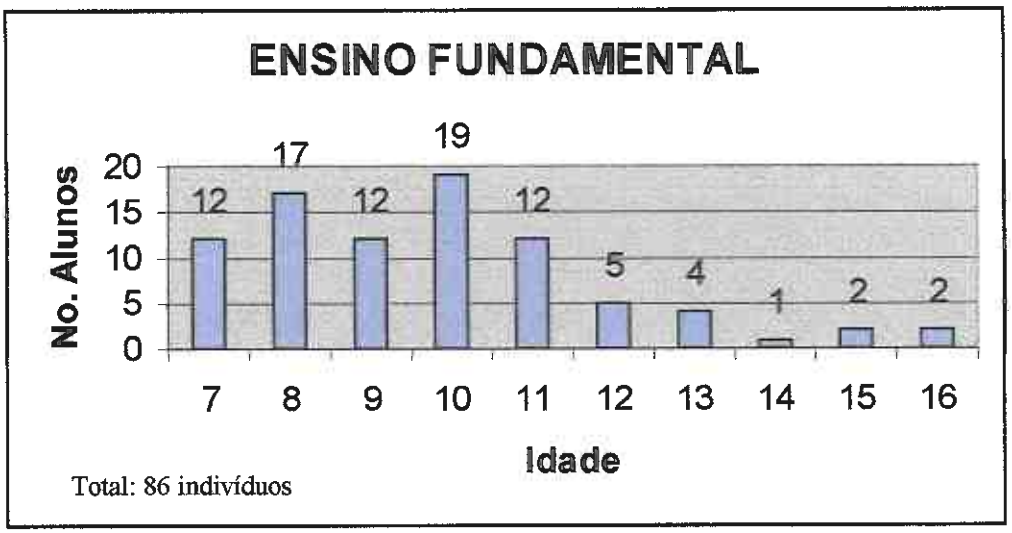


Gráfico 8
Fonte: Pesquisa de campo.

Observamos uma predominância da faixa etária de 7 a 10 anos o que se justifica pelo fato de o projeto da Diretoria de Educação Especial ser recente no município. Notamos que a faixa etária predominante coincide com a faixa etária da rede regular de ensino.

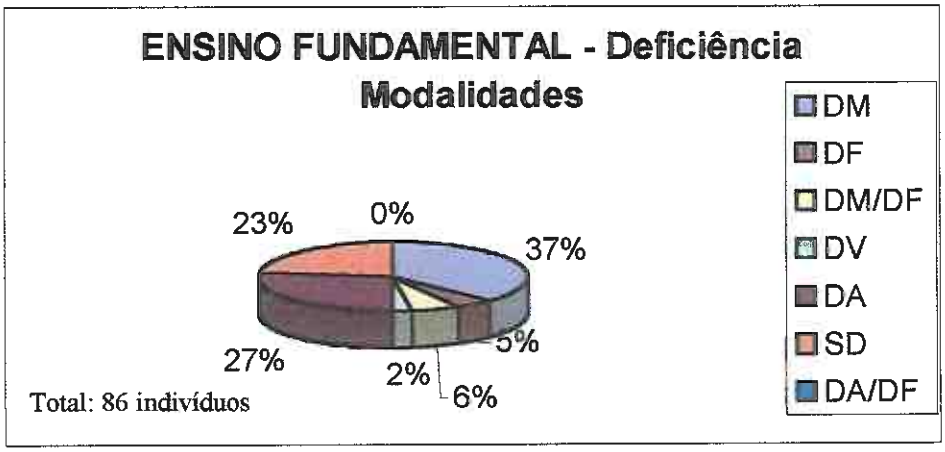


Gráfico 9

Fonte: Pesquisa de campo.

Num total de 86 alunos, 37% são portadores de deficiência mental. Os deficientes auditivos representam 27% e estão colocados nas classes regulares. Além destes 27% (22 alunos), há outros 10 alunos, não considerados nesta pesquisa e comentados na Tabela 13, que permanecem na única classe especial exclusiva para DA mantida pela Prefeitura Municipal.

Não podemos desconsiderar os 23% dos indivíduos que não apresentam diagnóstico concluído (SD), pois aí podem estar presentes, devido à falta de conhecimento, condições ou capacidade da escola para diagnosticá-los ou outras situações de vida, tais como: mudança de cidade, residências anteriores distantes de escolas, dificuldade de acesso a ela por falta de dinheiro para transporte, etc.

3.3 Alfa Vida

Um total de 22 indivíduos portadores de deficiência (0,6% em um universo de 3.460 alunos) estão freqüentando o programa de alfabetização de jovens e adultos em classes que estão locadas nos Centros de Educação Infantil, no período noturno, visto que os CEIs funcionam no período diurno atendendo crianças de 0 a 6 anos.

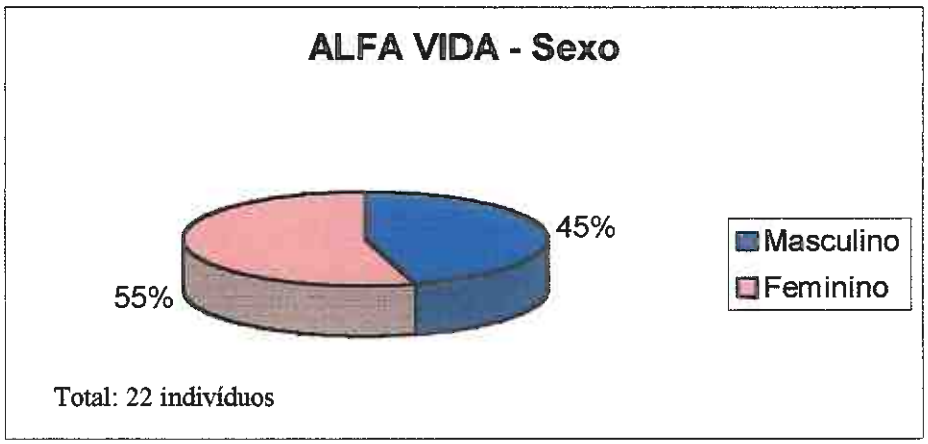


Gráfico 10

Fonte: Pesquisa de campo.

Das unidades pesquisadas, esta é a única que apresenta predominância do sexo feminino. Podemos levantar como hipótese a ascenção da valorização da mulher no

contexto atual, o que não acontecia anteriormente quando muitos acreditavam que ela não precisava ir à escola.

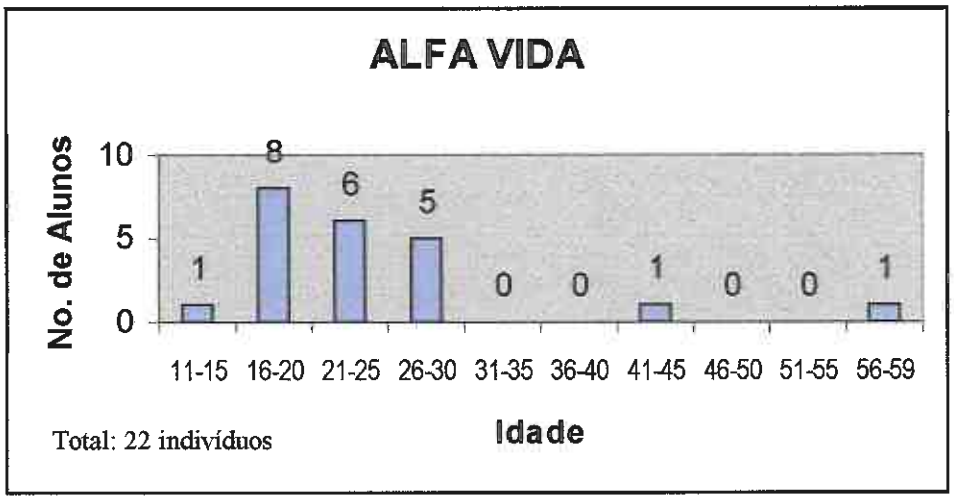


Gráfico 11

Fonte: Pesquisa de campo.

Observamos que estes portadores de deficiência são em sua maioria adultos, acima de 16 anos, e que a quantidade vai diminuindo com o aumento da idade provavelmente devido ao projeto deste atendimento ser recente.

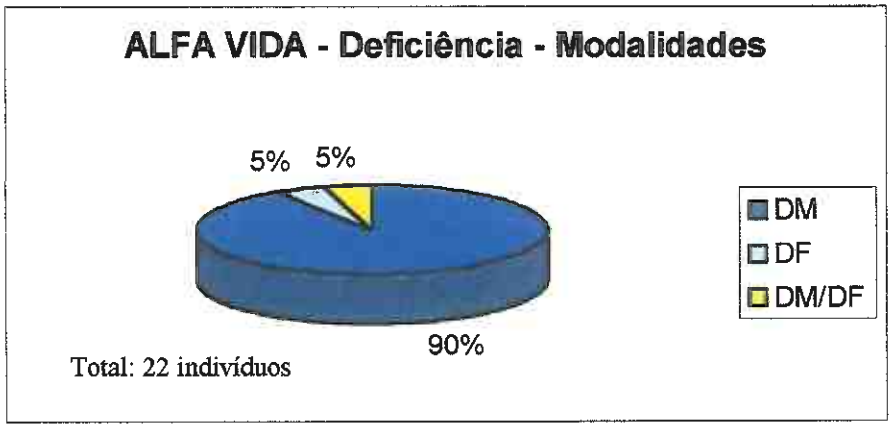


Gráfico 12

Fonte: Pesquisa de campo

Dos 22 indivíduos, notamos que 90% são portadores de deficiência mental. Acrescentando os 5% de portadores de deficiência mental e física, totalizaremos 95% de indivíduos com deficiência mental. Diversos fatores podem estar influindo neste diagnóstico de deficiência mental no adulto, tais como: falta de escolarização ou incompetência da própria escola, doenças degenerativas como artero esclerose, Mal de Parkinson, etc. Não encontramos indivíduos sem diagnóstico: das unidades observadas, somente no Alfa Vida este fato não ocorre, porque são adultos e diagnosticar um adulto é, talvez, mais fácil..

3.4 Análise de todas as unidades em conjunto: Outubro/1998

UNIDADES	Nº PORT. DE DEFICIÊNCIA COLOCADOS
CEI	98
ENSINO FUNDAMENTAL	86
ALFA VIDA	22
TOTAL	206

Tabela 16

Fonte: Pesquisa de campo.

O número de portadores de deficiência na rede regular de ensino apresentado pela Diretoria, no início de 1998 (Tabela 13) , difere dos dados da pesquisa realizada no mês de Outubro/98 (Tabela 16), em 141 alunos:

- Dados da Diretoria de Educação Especial (Março/98): 347
- Pesquisa (Outubro/98): 206

Os dados de Outubro de 1998 são mais precisos, segundo a Diretoria de Educação Especial, pois foram coletados após o início do trabalho da equipe de apoio de educação especial. Este trabalho de visitas, orientação e esclarecimento foi iniciado em Março de 1998 e claramente vemos seu reflexo nesta diferença de 141 alunos equivocadamente considerados portadores de deficiência.

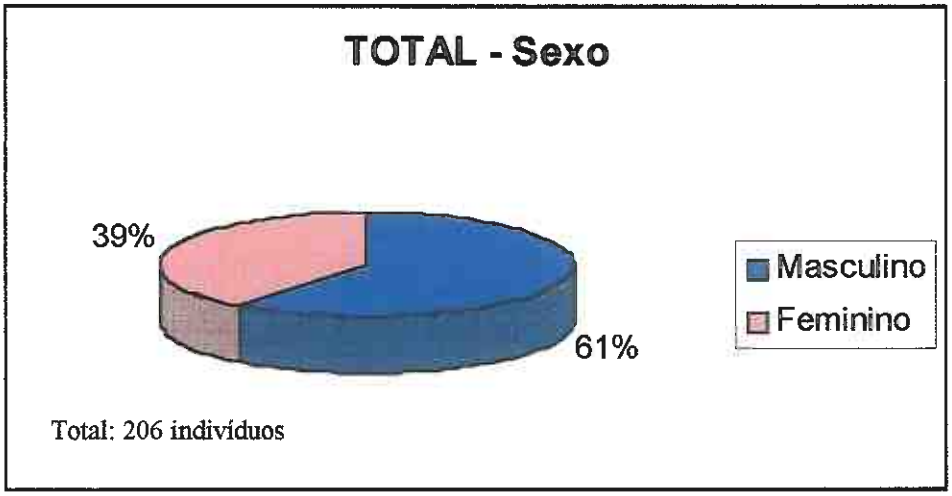


Gráfico 13

Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando de maneira conjunta, notamos a nítida predominância do sexo masculino, nos 206 alunos inclusos.

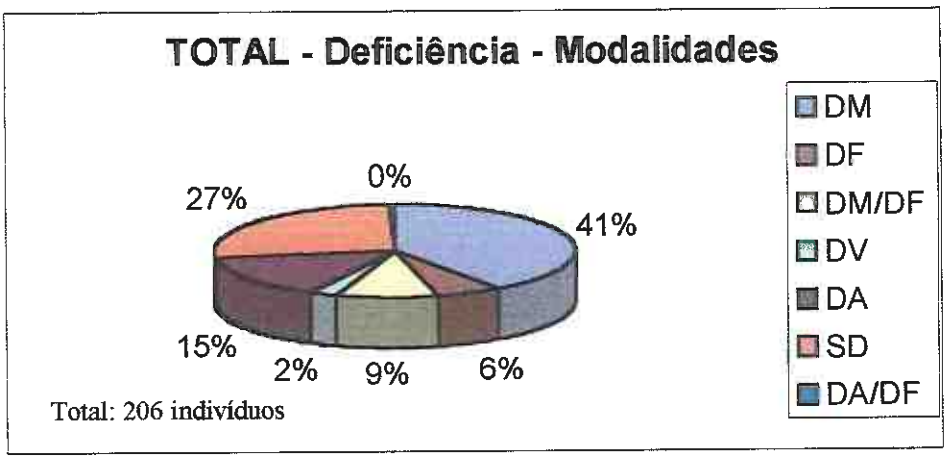


Gráfico 14

Fonte: Pesquisa de campo.

A deficiência mental predomina no total da pesquisa nas três unidades. Provavelmente o número expressivo de indivíduos sem diagnóstico deve-se ao fato de termos uma porcentagem significativa na faixa etária de 0 a 6 anos, onde o diagnóstico é mais difícil.

Em toda a rede municipal de ensino há 206 alunos colocados que representam apenas 0,6% do total de 32.470 alunos. Levando-se em consideração a garantia legal de 10% das vagas existentes para alunos portadores de necessidades educativas especiais, percebemos quão distantes estamos do aproveitamento desta disponibilidade.

Inicialmente, com relação à **idade**, vemos que tanto nos Centros de Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, os alunos apresentam idades compatíveis com as séries em que estão. Nos Centros de Educação, a maioria dos alunos está na faixa etária de 5 e 6 anos e no Ensino Fundamental de 7 a 10 anos. Este fato demonstra a preocupação da Prefeitura Municipal com a idade cronológica dos alunos, o que para nós representa um fator positivo, à medida que a convivência com crianças de mesma idade auxilia o aproveitamento acadêmico e social dos portadores de deficiência. Notamos que, em classes onde se apresentam disparidades significativas com respeito às idades, o aproveitamento acadêmico está sendo valorizado em detrimento ao social e ao emocional. Aqui, cabe uma pergunta: As idades cronológicas estão sendo

respeitadas nas séries iniciais da vida escolar dos alunos. Este fato se repetirá à medida que os alunos avançarem em suas idades, ou seja, permanecerão os adolescentes, por exemplo, convivendo com adolescentes não portadores de deficiência no ensino regular? Ou serão encaminhados para programas específicos para adultos como o Alfa Vida? Pesquisas futuras deverão esclarecer estes pontos!

Passando ao tema das diferentes **deficiências** apresentadas, chama-nos a atenção o alto percentual dos casos de indivíduos sem diagnóstico, 27%. Este fato aponta diretamente à importância do trabalho de profissionais de outras áreas em conjunto com a escola, garantindo o adequado desenvolvimento desses indivíduos. Outro dado importante é o percentual elevado (41%) de portadores de deficiência mental. Particularmente nestes casos, e como o próprio termo explica, estes alunos apresentam uma defasagem em termos de conhecimentos curriculares quando comparados com os alunos não portadores. Este fato em si acarreta um desafio ao professor que com os mesmos está trabalhando pois, nossa formação acadêmica nos prepara para trabalhar dentro de um contexto de "homogeneidade", isto é, mesmo ritmo de aprendizagem, mesma condição econômica, idades próximas e outros. Notamos uma busca constante, a nosso ver positiva e necessária, por métodos e técnicas especiais na tentativa de diminuir essa defasagem. Como conseqüência dessa busca, o professor se depara com métodos e técnicas que o auxiliarão a propiciar o desenvolvimento do portador de deficiência, levando-se em consideração suas especificidades.

Cumpre-nos também salientar, como já fizemos anteriormente (pag. 76), que podem estar sendo apontados como deficientes mentais, crianças apenas com defazagem de aprendizagem motivada, não por condições fisico-neurológicas, mas sim por incompetência da própria escola.

Ainda com relação às deficiências, se somarmos os percentuais de portadores de deficiência mental/física (DM/DF), 9%, com o percentual de portadores de deficiência física (DF), 6%, teremos um total de 15% para portadores com alguma deficiência física. Estes alunos necessitam de escolas e materiais adaptados. Em Sorocaba, encontramos apenas 2 escolas adaptadas para esses alunos. Aqui também se evidencia a importância do trabalho em conjunto que deve ser realizado pelas

secretarias municipais, e neste caso citamos as Secretaria de Edificação e Urbanismo e Secretaria de Transporte, para a adaptação de mais escolas e planejamento das futuras, com infraestrutura adequada para atender a esses alunos.

3.5 Análise dos dados dos Professores

Obtivemos um retorno das perguntas formuladas de 96 professores, com relação a: como os indivíduos foram encaminhados à unidade, tempo de formado, tempo de trabalho com portadores de deficiência, conhecimento da legislação específica, especialização, apoio da Diretoria e principais dificuldades.

Perguntamos aos professores como os portadores de deficiência chegaram às suas classes. Notamos que:

- 53% dos alunos foram matriculados pela família.
- 24% dos alunos foram encaminhados às unidades escolares através da Diretoria de Educação Especial da Prefeitura.
- 22% dos alunos foram re-matriculados pela escola ou transferidos de outras.

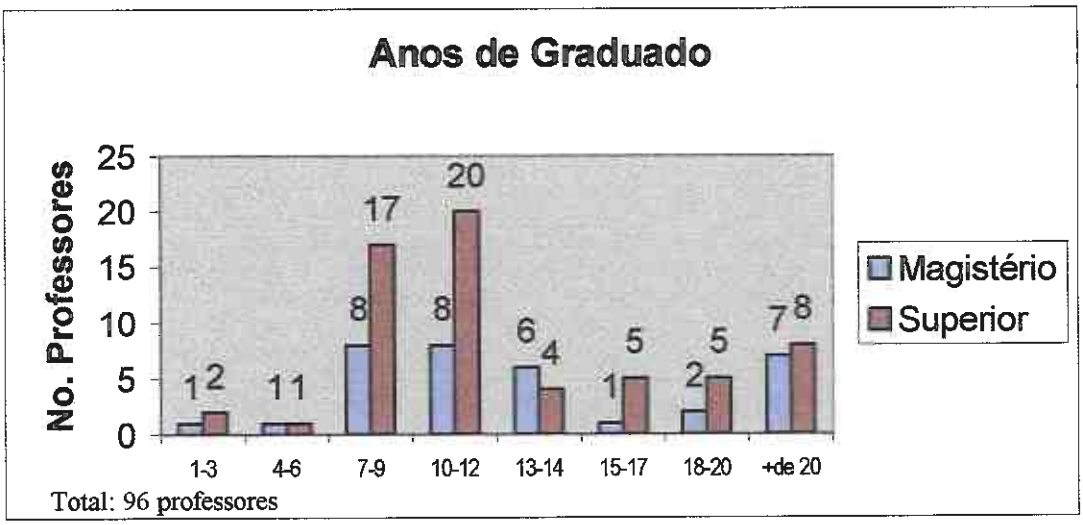


Gráfico 15

Fonte: Pesquisa de campo.

Podemos observar que, dos 96 professores que deram retorno, 91 estão formados há pelo menos 7 anos . O número de professores recém formados é

inexpressivo, apenas 3. Do total, notamos que 62 (65%) professores apresentam formação universitária e 34 (35%) formação de magistério.

Gráfico 16

Fonte: Pesquisa de campo.

Estamos considerando "com até um ano de experiência", os professores que estão trabalhando pela primeira vez, em sua carreira, com alunos portadores de deficiência no presente ano. Os professores com mais de um ano de experiência já haviam trabalhado anteriormente ao ano de 1998 com alunos portadores de deficiência.

Há uma predominância de professores "com até um ano de experiência": 60 professores (63%).

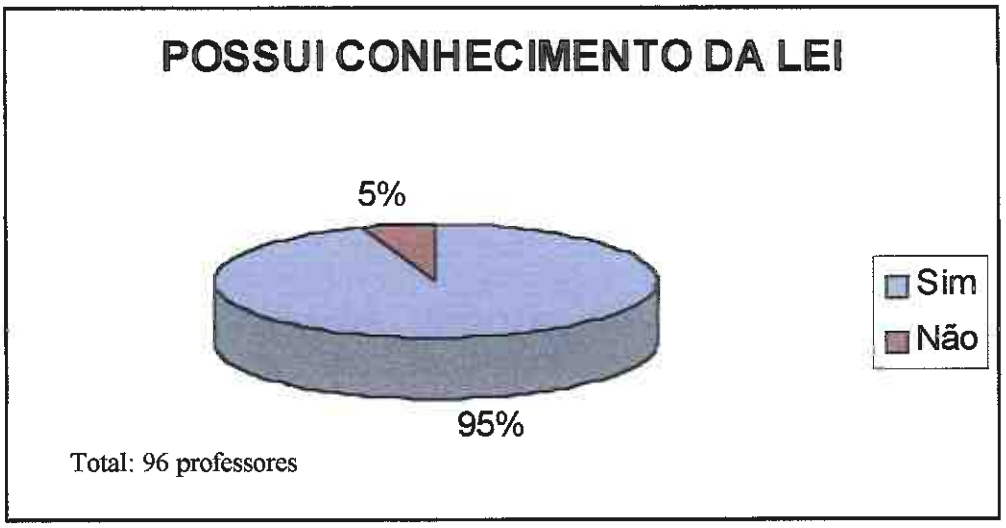


Gráfico 17

Fonte: Pesquisa de campo.

Os professores têm conhecimento da Lei Municipal no. 5.413/97, que destina 10% das vagas das escolas aos portadores de deficiência.

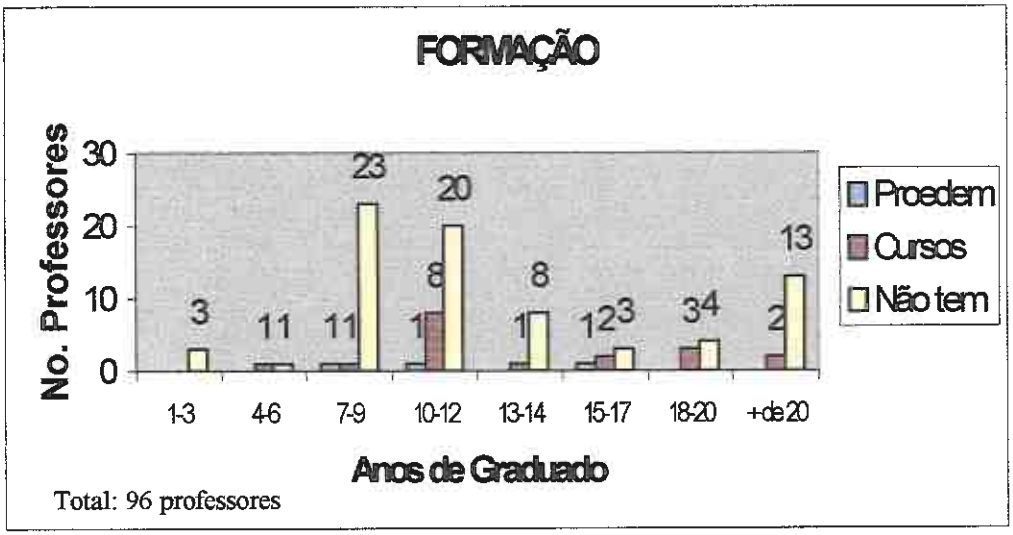


Gráfico 18

Fonte: Pesquisa de campo.

Ao verificarmos os dados sobre a formação dos professores com relação a alunos portadores de deficiência, notamos que:

- 75 (78%) professores responderam não ter especialização.
- 18 (19%) professores citaram cursos e palestras como conhecimentos específicos.
- 3 (3%) professores realizaram o curso do PROEDEM, curso de 160 horas realizado pela Prefeitura Municipal de Sorocaba.

Um número significativo de professores não citou os cursos e palestras promovidos pela Diretoria de Educação Especial como conhecimento específico, o que nos leva a acreditar que não os consideravam como tal, pois que a Diretoria de Educação Especial promoveu de Janeiro a Outubro do presente ano, os eventos:

MÊS	EVENTO
JANEIRO	Curso: Educação Inclusiva em Sorocaba (16/01). Encontro Motivacional com Pessoal Administrativo da Secretaria de Educação e Cultura (22 e 23/01).
FEVEREIRO	Curso: Temas Transversais (22 e 27/2).
ABRIL	Curso: Educação Física Adaptada (03 e 28/4). Encontro da Equipe Multiprofissional Rumo a Inclusão (29/04).
MAIO	Curso: I Ciclo de Estudos para Educação Inclusiva (22 e 30/4, 04, 12,13,14,e 18/5). Curso: Encontro sobre Alfabetização (22 e 28/4 e 05 e 11/05).
JUNHO	Curso: Encontro sobre Matemática (02, 03,16 e 19/6) Curso: I Oficina para Educação Inclusiva (08,09,15 e 18/06 e 19, 24, 26 e 29/06). Curso: I Ciclo de Estudos para Educação Inclusiva (15, 17, 22, 24,25, 26 e 29/06). Encontro: Equipe Multiprofissional Rumo a Inclusão. (04/06).
JULHO	Curso: Contando História (01, 27 e 28/07). Curso: Estimulando seus Três Cérebros (01,02,28 e 31/07). Curso: Atividades Práticas do Trabalho Coletivo (02, 07 e 29/07). Curso: Alfabetização com o Processo Cognitivo (07 e 28/07).
AGOSTO	Curso: I Oficina para Educação Inclusiva (19,21,24 e 27/08).

	Curso: Formação Continua para Ensino Fundamental: Desenvolvendo a afetividade através da História e do Desenho.
SETEMBRO	Curso: I Oficina para Educação Inclusiva (22,23,24, e 25/09). Curso: Formação Continua para Professores de Ensino Fundamental.(08 e 09/9). Curso: Educação Física Adaptada (14/09).
OUTUBRO	Encontro da Equipe Multiprofissional: Inclusão.(08/10). Curso: I Ciclo de Estudos e Formação Continua para "Educação Inclusiva" (18,19,22,26 e 27/10) .

Tabela 17

Outro aspecto a ser considerado é o fato de apenas 3 professores dos 96 pesquisados terem realizado o PROEDEM.

O PROEDEM formou 20 professores, sendo 12 professores em 1993/94 e 8 professores em 1995.

Entre as dificuldades descritas pelos professores, podemos destacar:

- **Falta de apoio.** Dos 96 professores pesquisados, 58 (60%) relataram não receber apoio da Diretoria de Educação Especial.
- **Falta de preparo profissional**. 35 (36%) atestaram não se sentirem preparados profissionalmente, não possuírem conhecimento específico sobre o portador de deficiência e que esse fato dificulta em muito o trabalho.
- **Trabalhar conteúdos**. Não conseguem progressos, ou melhor, não visualizam progresso de disciplinas pedagógicas específicas como: matemática e português. Esta dificuldade suscita nos 19% dos professores a necessidade de métodos e estratégias especiais para conseguirem avaliar pedagogicamente o portador de deficiência.
- **Entendimento do aluno.** 12 professores (12%) alegam que não conseguem "entender" o seu aluno portador de deficiência em sala de aula. Segundo os relatos, a deficiência dos alunos não permite que os mesmos se expressem claramente para se fazerem entender.

As dificuldades anteriores apresentadas pelos professores foram as mais significativas relatadas. A seguir listamos outras em ordem decrescente: Dificuldade em comunicar-se com o aluno (11%), nenhuma dificuldade (10%), excesso de alunos em sala de aula (5%), dificuldade em relacionar-se com a família do aluno (2%) e dificuldade em orientar o aluno, dificuldade em conhecer o potencial do aluno e falta de material pedagógico (1% cada uma destas).

Conforme informações dos professores, o número de alunos portadores de deficiência nas salas de aula em relação ao número total de alunos, está assim distribuído:

UNIDADE	No. TOTAL DE ALUNOS POR SALA DE AULA		No. DE DEFICIENTES POR SALA DE AULA	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
CEI	20	36	1	3
ENS. FUNDAMENTAL	34	38	1	4
ALFA VIDA	27	38	1	7

Tabela 18

Explica-se o número elevado (até 7) de alunos portadores de deficiência, em uma sala de aula, pelo fato de serem adultos.

Para melhor entendermos os dados coletados e como o processo de colocação dos alunos portadores de deficiência ocorreu na rede municipal se fazem necessários alguns comentários sobre o procedimento da Diretoria de Educação Especial .

No ano de 1998, as classes especiais existentes na rede municipal foram extintas, com exceção de uma classe para deficientes auditivos. Os deficientes mentais foram colocados na rede e a Lei municipal de garantia do acesso dos mesmos foi divulgada através das escolas e da imprensa, assim esses alunos foram colocados na rede regular de ensino com a orientação da Diretoria de Educação Especial.

Na rede municipal de ensino de Sorocaba, ocorre sorteio das vagas existentes devido ao número de alunos que a procuram ser excedente ao de vagas. A Lei

Municipal garante 10% das vagas nas escolas aos portadores de deficiência. Para fazer uso dessas vagas, a família deve apresentar um laudo médico ou psicológico, onde conste o tipo de deficiência que o aluno apresenta, no ato da inscrição. Porém, nada impede que a família do portador de deficiência o inscreva nas vagas disponíveis para a comunidade e ele participe do sorteio juntamente com os outros inscritos. Neste caso, a escola somente irá detectá-lo após o início das aulas. Desta forma, os portadores chegaram efetivamente à rede municipal de ensino. Conforme depoimento da Diretoria, não há nenhum critério outro que não seja um laudo emitido por um profissional da saúde.

Segundo informação dos professores, 24% dos alunos foram encaminhados diretamente pela Diretoria, sendo que 53% foram matriculados pelas famílias.

Na equipe de apoio da Diretoria de Educação Especial constam 8 professoras, como já citamos anteriormente, que trabalham como docentes em um período e visitam as escolas em outro (estão dividas em 4 professoras por período).

A formação escolar das 8 professoras da equipe de apoio é:

- 1 é formada em educação física e concluiu o PROEDEM
- 3 são psicopedagogas e concluiram o PROEDEM
- 1 é pedagoga e concluiu o PROEDEM
- 1 é psicopedagoga
- 1 é pedagoga com Pós Graduação em recreação
- 1 é pedagoga com especialização em educação especial

O trabalho dessa equipe consiste em orientar os professores com alunos portadores de deficiência, bem como, encaminhar os mesmos para diagnóstico ou atendimento sempre que necessário. A Diretoria trabalha em parceria com a SAPT (Seção de Apoio Psicológico e Terapêutico), onde esse atendimento é realizado, e que é composta por 3 psicólogas, 1 fonoaudióloga e 2 psicopedagogas.

Além das visitas às escolas, a equipe de apoio participa da elaboração dos eventos específicos para esse tema que são oferecidos aos diretores, coordenadores e professores da rede.

Ao nos depararmos com os dados da pesquisa e o trabalho da Diretoria de Educação Especial, percebemos que os alunos estão em sua maioria na fase de educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental (verificar as idades dos mesmos).

Ocorre a predominância da deficiência mental nos alunos inclusos na rede municipal e também nas classes especiais estaduais (Tabela 10), e 27% dos portadores não apresentavam diagnóstico conhecido pelo professor. Os alunos com diagnóstico preciso são os que concorreram às vagas a eles destinadas (10%), os demais podem ter chegado às escolas sem terem um diagnóstico. Compete, então, à equipe de apoio encaminhá-los, caso seja necessário.

Constatamos que 6 profissionais na SAPT é um núnero reduzido, considerando toda a rede municipal de ensino, o que ocasiona demora e esperas no atendimento. Isto se prova com o alto percentual de alunos sem diagnóstico (27%).

Podemos entender o motivo que levou 58 professores a relatarem que não possuem apoio por parte da Diretoria, que este apoio não chega às suas escolas ou que tiveram apenas uma visita no semestre. Lembramos que as 8 professoras são responsáveis por todas as unidades da rede: 81 Centros de Educação Infantil e 10 escolas de 1°. e 2°. Graus. O número de portadores de deficiência fornecido pelos professores através de relatórios à Diretoria, no início do ano de 1998, era de 347. Quando as professoras da equipe de apoio começaram as visitas às escolas, constataram 206 portadores. Em depoimento da equipe, afirmaram que essa diferença de 141 alunos se devia ao fato de terem sido citados pelos professores como portadores de deficiência equivocadamente. Não podemos desconsiderar o fato de que 63% dos professores estão trabalhando pela primeira vez com essa clientela, sem terem tido qualquer experiência anterior. Vimos que 65% apresentam formação universitária, os demais possuem somente o magistério, portando é esperado que esse contingente de 35% de professores se coloque como despreparado pedagogicamente para atender a esses alunos e mesmo os com nível universitário pouca informação receberam sobre o tema.

36% dos professores atestaram não se sentirem preparados profissionalmente, 19% apontaram a necessidade de conhecerem métodos e estratégias especiais para

conseguirem trabalhar conteúdos específicos como matemática e português com esses alunos.

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que somente 19% dos professores citaram os cursos e palestras oferecidos pela prefeitura, totalmente voltados para esse tema, como conhecimento específico. Os demais professores, ou não os consideraram como conhecimento específico, ou não participaram, visto que, eram em sua maioria convidados a participarem e não convocados.

Mudanças ocorreram na Secretaria de Educação Municipal no ano 1999. A principal e a mais importante foi a extinção da Diretoria de Educação Especial. No princípio de nossa pesquisa, questionávamos o fato de haver uma Diretoria específica para Educação Especial. A Educação Especial veicula a idéia da não pertinência dos problemas "especiais" ao ensino regular. Úrsula Jacinto Medeiros, atual Diretora de Área de Planejamento e Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Sorocaba, é responsável pelos alunos portadores de deficiência na rede municipal.

A nova proposta está apoiada em um projeto realizado em 1999, que aborda as diretrizes pedagógicas da Secretaria da Educação para a gestão democrática da escola. Baseadas nos Princípios e Fins da Educação Nacional, Lei 9394/96, visa oferecer "Educação de Qualidade para Todos". A Secretaria de Educação entende "Educação Inclusiva, como aquela que suscita uma reflexão total de quem somos, da nossa essência e do nosso propósito de vivermos plenamente com nossos semelhantes. Cada vez mais, os nossos profissionais em nossa rede municipal de ensino e na comunidade como um todo percebem, pela vivência, o quanto precisamos respeitar o SER, cada qual com suas características, valorizando e transformando o meio escolar para que este seja o mais favorável possível, nos tornando seres mais tolerantes e plenos . A Educação Inclusiva não se refere apenas aos alunos portadores de deficiências. É um conceito mais amplo que inclui o respeito às diferenças físicas, culturais, raciais, religiosas, políticas, sociais, vendo o indivíduo como um ser pleno com talentos a serem desenvolvidos... Quando se concretiza a gestão democrática, as respostas adequadas para lidar com as pessoas diferentes e idéias divergentes surgem

do cotidiano, da convivência. As respostas surgem porque o que fica no foco da atenção do grupo é um problema de todos...."

Em função desta proposta, algumas alterações foram realizadas. As 8 professoras da equipe de apoio foram deslocadas somente para o Ensino Fundamental (número aproximado de 3 escolas por professora) , as visitas não são mais realizadas na classe do professor que possue um aluno portador de deficiência, e sim na escola onde esse aluno se encontra. Estão realizando um trabalho de orientação direcionado aos dirigentes e professores da unidade, verificando as dificuldades e necessidades da siuação apresentada, considerando os aspectos pedagógicos.

As supervisoras de ensino foram deslocadas para os Centros de Educação Infantil, onde fornecem apoio, acompanhamento administrativo e pedagógico (número aproximado de 9 escolas por supervisora). Essas redivisões são significativas, considerando o número de escolas por profissional a orientá-las.

Conforme depoimento da Sra. Úrsula e da Chefe de Seção de Apoio Pedagógico da Secretaria de Educação, professora Elaine Cristina de Matos Fernandez Perez, houve uma expressiva melhora no atendimento às escolas. A formação continuada dos professores foi reestruturada; não se faz mais através da realização de cursos, pois constataram, assim como nós, que não estavam atingindo o objetivo esperado. A formação tem sido realizada através de reuniões sistemáticas, com temas propostos pela própria unidade escolar, objetivando atingir diretamente as dificuldades e necessidas emergentes.

A supervisão da professora Dra. Maria Tereza Egler Mantoan continua sendo realizada mensalmente. Seu enfoque atual é para a inclusão de todos e não mais especificamente de portadores de deficiência, como observamos no projeto acima citado.

Através de informações da Profa. Elaine a respeito dos portadores mais lesados, dependentes nos seus auto-cuidados, sem controle de esfíncter (urina e fezes), constatamos que aqueles que foram matriculados na escola permanecem sendo atendidos normalmente. Quando a unidade escolar necessita de orientações mais específicas, solicita o apoio de entidades que trabalham com a deficiência em

questão. Mesmo assim, o número de alunos mais lesados não ultrapassa a 4 em toda a rede.

CONCLUSÃO

Por um lado se apresenta a visão da equipe responsável pela efetivação do processo de colocação dos portadores de deficiência na rede municipal de ensino, que afirma que o mesmo está ocorrendo de forma progressiva e a qualidade de atendimento garantida. Por outro lado está o resultado de nossa pesquisa, onde 60% dos professores informaram não receberam apoio e 68% não conseguem trabalhar com seus alunos portadores de deficiência.

Os cursos foram substituídos por reuniões mais específicas, o apoio foi redistribuído de forma a atender um número de escolas possível de serem orientadas. Um projeto foi elaborado para que todos os profissionais da educação possam estar cientes da proposta de gestão democrática na escola.

Todas essas medidas tendem a trazer efetivas melhoras para o processo, porém podemos estar distantes de garantir atendimento adequado aos portadores colocados, porque em 1998, como constatamos, as dificuldades eram grandes. Como todo processo, demandará tempo, investimento significativo em recursos humanos e materiais. Principalmente para atender os mais lesados, uma vez que na ocasião da pesquisa, apenas 4 estavam colocados em sala de aula de ensino regular.

Reconhecemos a iniciativa da Prefeitura Municipal de Sorocaba ao principiar esse processo no município, enfatizando o trabalho das pessoas citadas ao longo deste estudo e que o tornaram possível. Esta iniciativa abalou todo o sistema educacional da cidade. As instituições, ainda que discretamente, estão participando desse processo, pois mantém convênio com a Prefeitura e esta pratica um policiamento das atividades realizadas por elas, influenciando suas ações através da política educacional do município.

A partir desta iniciativa, as instituições começaram a repensar seus objetivos.

Alguns movimentos são percebidos, por exemplo: a APAE de Sorocaba, instituição especializada que atende a 250 portadores de deficiência mental na faixa etária de 0 a 40 anos, encaminhou 17 crianças para serem colocadas no ensino regular entre as 40 que, em média, atende mensalmente no programa de Estimulação Precoce. No final de 1998, nenhuma criança deste programa havia sido encaminhada

para as classes da APAE, o que no passado, conforme depoimento da Sra. Maria Cecilia Dias Alcoléa, Diretora Técnica e de Saúde, era um procedimento padrão.Temos conhecimento de outras instituições em Sorocaba que também estão encaminhando seus atendidos para serem colocados na rede regular de ensino.

O sistema de educação especial em escolas especializadas, que havia sido desenvolvido para preparar os indivíduos para que fossem parte de sua comunidade e para eliminar a necessidade da institucionalização, foi , e é, com efeito, um método para preparar as pessoas para viverem em isolamento.

O deficiente é uma pessoa com direitos, pensa, sente, cria, existe. Possui uma limitação corporal ou mental que pode afetar aspectos comportamentais, dando-lhe um perfil próprio (Fonseca, 1995: 9). Isto implica em que facilidades especiais como rampas, espaços, material didático, inovações tecnológicas e pedagógicas, meios audio-visuais, centros de recursos, apoio de profissionais especializados são fundamentais para garantir a colocação dos deficientes com os não deficientes no sistema educacional. Os currículos, por sua vez, devem respeitar o ritmo de aprendizagem de cada aluno.

Quando falamos no processo de colocação, entendemos que o atendimento adequado se faz de forma a considerar as parcerias da Secretaria de Educação com as da Saúde, Edificação e Urbanismo, Transporte e Esportes e Lazer. Necessitamos ter um atendimento proporcional em número de profissionais e portadores de deficiência. Hoje no município, o processo de colocação destes alunos na escola está em evidência, mas não podemos desconsiderar a importância da saúde, lazer, esporte e atividades culturais que também devem ser garantidas. Devemos ter em mente também a importância da prevenção, que implica em saneamento básico, atendimento pré, peri e pós natal, alimentação adequada às diversas idades, etc. Vimos em tópicos anteriores que o município conta com zonas onde as condições de miséria imperam, daí acreditarmos na necessidade de todos os responsáveis pelas políticas públicas procurarem juntos a solução para estes problemas.

Relembrando alguns aspectos citados anteriormente: pensamentos e atitudes de pessoas numa determinada sociedade são fruto das relações sociais estabelecidas pelos homens nas diversas situações da vida, principalmente em função da forma

como a sociedade se organiza para garantir sua subsistência material. A exclusão social antecede a educacional e o professor e demais funcionários da escola estão inseridos nesse contexto social. Vemos assim que, apenas adequar a escola às diferenças individuais não resolverá os problemas dos excluídos, pois este sentimento de exclusão tem suas raízes nas relações sociais provenientes de uma sociedade classista, apoiada no modo de produção capitalista, onde a capacidade individual de gerar riqueza aparece como um dos fatores excludentes mais acentuados.

Concluindo, não pensamos que devemos esperar que as condições da escola sejam ideais para que os portadores de deficiência façam parte dela. Nossa argumentação teórica já demonstrou o quão ilusório é este pensamento. Porém, não apoiamos integralmente, neste momento, que todos os portadores de deficiência devam ser colocados no sistema educional regular. Ponderação, colocação gradual, adequação constante dos ambientes, materiais e de profissionais, concomitantemente ao ingresso dos alunos colocados parece ser o caminho para o êxito deste processo. Os portadores de deficiência mais lesados, dependentes em suas atividades de vida diária e os quadros neuropsiquiátricos severos como o autismo infantil podem necessitar de espaços estruturados e dirigidos exclusivamente a eles. Neste aspecto, acreditamos na importância e no valor das Instituições. Aliás, a própria LDB não termina com os serviços especializados (Art 58°. parágrafo segundo).

É grande a desinformação sobre as necessidades, possibilidades e direitos das pessoas portadoras de deficiência. A população em geral não dispõe de informações sobre as deficiências. Ao estarmos pesquisando, contribuimos, mesmo que discretamente, para um refazer de idéias, ações e objetivos, e, como profissionais da área, entendemos que mudanças conceituais advém de um árduo debruçar sobre novos estudos e teorias.

REFERÊNCIA

ALARCÃO, Isabel (org). Reflexões críticas sobre o pensamento de Schon e os programas de formação de professores. In: _____. *Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão*. Portugal, Porto, 1993.

ARAGÃO, R. M. R. Reflexões sobre ensino, aprendizagem e conhecimento. *Revista de Ciência e Tecnologia*, v.2, n.3, p.7-12, 1993.

BARCELLOS, Mílton. *Evolução Constitucional do Brasil: ensaio de história constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

BARRETO, Vicente. Educação e violência: reflexões preliminares. In: ZALUAR, Alba (org). // *Violência e educação*. São Paulo: Cortez, 1992

BONADIO, Geraldo. *Espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril.* Guarulhos, 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Guarulhos.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Expansão e melhoria da educação especial nos Municípios Brasileiros/MEC/SEESP*. Brasília: SEESP, 1994.

_____. *Deficiência mental.* Organizado por Erenice Natália Soares Carvalho. Brasília: SEESP, 1997.

_____. *Conjunto de materiais para a capacitação de professores: necessidades na sala de aula.* Tradução: Ana Maria Isabel Lopes da Silva. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

_____. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: área de deficiência mental/ Ministério da Educação e do Desporto.* Brasília: MEC/SEESP, 1995.

_____. *Encaminhamento de alunos do ensino regular para atendimento especializado/ Ministério da Educação e do Desporto.* Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. *O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro/ Minstério da Educação e do Desporto.* Brasília: SEESP, 1995.

_____. CORDE. *Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais.* Brasília: CORDE, 1994.

_____. MEC/SEE. *Educação Especial / Deficiência mental.* Brasília: SEESP, 1997.

_____. MEC/SEE. *Expansão e melhoria da educação especial nos municípios brasileiros.* Brasília: SEESP, 1994.

_____. MEC/SEE. *Integração – Educação especial chega aos municípios.* Brasília, SEE, n. 19, 1997.

_____. MPAS. *Uma nova concepção de proteção social às pessoas portadoras de deficiência.* São Paulo: IEE/PUC; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998.

_____. MPO/IBGE. *Contagem da população 1980.* Rio de Janeiro: IBGE, v.2, 1981.

_____. MPO/IBGE. *Contagem da população 1990.* Rio de Janeiro: IBGE, v.2, 1991.

_____. MPO/IBGE. *Contagem da população 1996.* Rio de Janeiro: IBGE, v.2, 1997.

BUENO, José Geraldo S. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, Marcos Cézar de (org). *História social da infância no Brasil.* São Paulo: Cortez, 1996.

CARVALHO, Rosita Édler. *Atendimento educacional especializado em Organizações Governamentais de Ensino para alunos que apresentam distúrbios de aprendizagem: discurso e prática.* Campinas, 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

CASANOVA, Maria Antonia. *Educacion especial: hacia la integración.* Madrid: Escuela Espanola, 1990.

CASTRO, M. A. Brito. *Inclusão escolar: das intenções à prática. Um estudo da implantação da proposta de ensino especial na rede municipal de ensino de Natal/RN.* Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.

CÓLL, C. Necessidades Educativas Permanentes. In: _____. *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educaticas especiais e aprendizagem escolar.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v. 3

COLL, C., EDWARDS, Derek (eds). *Enseñanza, aprendizaje e discurso en el aula - aproximaciones al estudios del discurso educacional.* Madrid, España: s/n, 1996.

COLL, Cezar (org). *O construtivismo em sala de aula.* São Paulo, Ática, 1997.

CONCEIÇÃO, Maria L.. O conceito de reflexão em J. Dewey. In: ALARCÃO, Isabel (org). *Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão*. Portugal: Porto, 1993.

DAVIES, Nicholas. *O FUNDEF e o Orçamento da Educação – desvendando a caixa preta.* Campinas: Autores Associados, 1999.

ENGUITA, M. F. . *O crepúsculo do mito educativo: da análise do discurso à análise das práticas escolares.* In: _____. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FONSECA, Vitor da. *Educação especial: programa de estimulação precoce – Uma introdução às idéias de Feuerstein.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos.* São Paulo: Perspectiva, 1988.

_____. *Estigma.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

IBGE. *Perfil do Município de Sorocaba.* Prefeitura Municipal de Sorocaba, 1995/1996.

KUHN, T. S. *Das estruturas das revoluções científicas.* São Paulo: Perspectiva,1991.

JANNUZZI, Gilberta. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.* 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

_____. As políticas e os espaços para a criança excepcional. In: FREITAS, Marcos Cézar de (org). *História social da infância no Brasil.* São Paulo: Cortez, 1996.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães. *Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais*. Campinas: Papirus, 1995.

LUDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.* São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Égler . *Compreendendo a deficiência mental - Novos caminhos educacionais.* Campinas: Scipione, 1989.

_____. *Projeto de capacitação de professores para integração escolar de pessoas com déficits intelectuais.* Sorocaba: PROEDEM, 1995. (Mimeo.)

_____. *Projeto de formação de recursos humanos para educação especial de deficientes mentais.* Sorocaba: PROEDEM, 1993. (Mimeo.)

MARCONDES, Maria I.. O papel político-social do professor: o papel pedagógico político do professor: dimensões de uma prática reflexiva. *Revista de Educação AEC*, nº 104, jul/set. 1974.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira.. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.* São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G.. *Deficiência mental: da ciência à ideologia.* In: Reunião da ANPED (20.: 1997: Caxias do Sul). (Mimeo).

MENON, Natal Og. *A Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema.* São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado) - Pontifície Universidade de São Paulo.

MRECH, L. M. . *Educação on-line - educação inclusiva*. Disponível em: www.regra.com.br/educaçao/inclusive, htm. Acesso em 28/10/97, 22:40 h.

NÓVOA, A. (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Romoaldo Portela de, CATANI, Mendes Afrânio. *Constituições Estaduais Brasileiras e Educação*. São Paulo: Cortez, 1993.

PADILHA, Ana Maria Lunardi. *Possibilidades de histórias ao contrário ou como desencaminhar o aluno da classe especial.* São Paulo: Plexus, 1997.

PEREZ, E. C. M. F. . *Experiências da educação inclusiva no ensino pré escolar 1º grau e supletivo: limites e perspectivas.* Campinas, 1996. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores - Saberes da docência e identidade do professor. *Revista de Educação AEC*, nº 104, jul/set. 1974.

RAMÍREZ, Antonio Fortes. *Teoria y práctica da la integración escolar: los límites de un éxito*. Granada: Ediciones Aljibe, 1994.

REIS FILHO, Casemiro dos. *Índice básico da Legislação do Ensino Paulista: 1890 - 1945.* Campinas: UNESP/FE - UNICAMP, 1998.

SANDANO, Wilson. *Lei Orgânica Municipal de 1990, Educação e Cidadania em Sorocaba*. Piracicaba, 1997. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba.

SANFELICE, José Luis. Escola pública e gratuita para todos: inclusive para os "deficientes mentais". *Cadernos Cedes*, n. 23, São Paulo, 1989.

SAVIANI, Demerval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.* Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. *Escola e democracia.* Campinas: Autores Associados, 1995.

SCHNITMAN, Dora F. (org). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SCHON, D. A. . *La formación de profesionales reflexivos - Hacia un nuevo diseño de la enseñanza y el aprendizaje en las profesiones.* Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

SEVERINO, A.J.. *Metodologia do trabalho científico.* São Paulo: Pioneira, 1997.

SILVA, M. C. F. . *Incidência de portadores de deficiência mental por sexo, idade e diagnóstico em instituições e escolas especializadas na cidade de Sorocaba.* Itú, 1996. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Sra.do Patrocínio.

_____. *Pesquisa de campo,* 1998.

SILVA, Shirley. *A deficiência mental, os espaços educacionais e o processo de integração.* Campinas, 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SOROCABA/INSTITUTO DE PESQUISA DE SOROCABA (IPESO). *Um retrato do migrante da região de Sorocaba.* Sorocaba: IPESO, 1997.

_____. *Perfil do trabalhador sorocabano.* Sorocaba: IPESO, 1994/1995.

_____. *Perfil do Município de Sorocaba.* Sorocaba: IPESO, 1995/1996

SOROCABA/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - *Resumo Histórico.* Sorocaba: Prefeitura Municipal de Sorocaba, sem data.

_____. *Documentos da Diretoria de Educação Especial da Secretaria de Educação e Cultura de Sorocaba.* Sorocaba: Prefeitura Municipal de Sorocaba, 1998.

Revista Brasileira de Educação Especial. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1995.

VYGOTSKY, L. S. *Fundamentos de defectologia.* Havana: Editoriel Pueblo y educación, 1989. T.5

VON ZUBEN, N. A.. A condição humana e a filosofia. *Proposições.* Campinas, nº 12, 1994.

ZEICHNER, K. M. . *A formação reflexiva de professores: idéias e práticas.* Lisboa: EDUCA, 1993.

Anexos

LEI Nº 3.601, de 14 de junho de 1991.

(Dispõe sobre atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências físicas e mentais).

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Nos termos do artigo 140, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, promoverá a Prefeitura Municipal a implantação de, pelo menos, uma Classe de Educação Especial em cada escola municipal de primeiro e segundo graus.

Artigo 2º - Na regulamentação a ser expedida no prazo de sessenta dias, a Prefeitura Municipal atenderá, no que for aplicável, às normas constantes da Resolução nº 247, de 20 de setembro de 1986, da Secretaria Estadual de Educação.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Tropeiros, em 14 de junho de 1991, 337º da fundação de Sorocaba.

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO
Prefeito Municipal

Clineu Ferreira
Secretário dos Negócios Jurídicos

Leuvigildo Gonzales Filho
Secretário de Governo

Célia Maria Vieira de Andrade Nardi
Secretária da Educação e Cultura

Publicada na Divisão de Comunicação e Arquivo, na data supra.

João Dias de Souza Filho
Chefe da Divisão de Comunicação e Arquivo

aca.
leidefi

(Processo nº 18.480/91)

DECRETO Nº 7.750, de 9 de outubro de 1 991.

(Regulamenta a implantação de classes de Educação Especial nas Escolas Municipais de 1º e 2º graus e dá outras providências).

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO, Prefeito do Município de Sorocaba, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Artigo 1º - A Educação Especial, nas Escolas Municipais de 1º e 2º graus, desenvolver-se-á nos moldes do ensino comum de 1º e 2º graus, observado o disposto no presente Decreto.

Artigo 2º - Só poderão ser atendidos pela Educação Especial os alunos caracterizados como excepcionais por profissionais credenciados.

§ 1º - O encaminhamento para avaliação específica de alunos de classe comum suspeitos de excepcionalidade deverá ser precedido de avaliação educacional de responsabilidade do(s) professor(es) e diretor da unidade escolar.

§ 2º - Reavaliações periódicas poderão indicar nova orientação para cada caso, inclusive retorno à classe comum.

Artigo 3º - Ao aluno excepcional será proporcionado atendimento em Classe Especial.

Parágrafo único - Classe especial é o atendimento na escola regular para educandos com necessidades especiais, em ambiente físico adequado com professor, equipamentos, métodos, técnicas e recursos pedagógicos especializados.

Artigo 4º - A Classe Especial proporcionará ensino comum mediante atendimento específico, correspondente à excepcionalidade do aluno, podendo atender o ensino fundamental de 1ª a 4ª séries.

Parágrafo único - Os alunos serão matriculados respeitando-se o nível de escolaridade em que se encontrem, desde que comprovado o atendimento ao disposto no artigo 2º.

Artigo 5º - A Classe Especial será regida por professor com habilitação específica.

Artigo 6º - Para a instalação da Classe Especial, a Unidade Escolar deverá ouvir a Divisão de Educação que decidirá subsidiada pelas informações dos demais níveis administrativos.

Artigo 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Decreto nº 7.750, de 9/10/91 - fls. 02.

Palácio dos Tropeiros, em 9 de outubro de 1 991, 338º da fundação de Sorocaba.

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO
Prefeito Municipal

Clineu Ferreira
Secretário dos Negócios Jurídicos

Leuvi ildo Gonzales Filho
Secretário de Governo

Célia Maria Vieira de Andrade Nardi
Secretária da Educação e Cultura

Publicado na Divisão de Comunicação e Arquivo, na data supra.

João Dias de Souza Filho
Chefe da Divisão de Comunicação e Arquivo

MIC/aca.-decedu

PREFEITURA MUNICIPAL - SOROCABA

DECRETO Nº 8.024, de 28 de abril de 1 992.

(Dispõe sobre a criação de uma classe Especial para atendimento a Deficientes Mentais Educáveis)

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO, Prefeito Municipal de Sorocaba, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 4º do Decreto nº 4.098, de 26 de novembro de 1 981,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica criada na EMPSG "Dr. Getúlio Vargas", no Bairro Centro, à Av. Eugênio Salerno nº 298, uma classe especial para o atendimento a Deficientes Mentais Educáveis.

Parágrafo único - A regulamentação deste Decreto será efetuada através de Resolução da Secretaria da Educação e Cultura.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Tropeiros, em 28 de abril de 1 992, 338º da fundação de Sorocaba.

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO
Prefeito Municipal

Clineu Ferreira
Secretário dos Negócios Jurídicos

Leuvijildo Gonzales Filho
Secretário de Governo

Célia Maria Vieira de Andrade Nardi
Secretária da Educação e Cultura

Publicado na Divisão de Comunicação e Arquivo, na data supra.

João Dias de Souza Filho
Chefe da Divisão de Comunicação e Arquivo

MPA/aca.-decmenta

PREFEITURA MUNICIPAL - SOROCABA -

DECRETO Nº 8.482, de 4 de maio de 1 993.

(Dispõe sobre o atendimento de portadores de deficiências na Rede Municipal de Ensino).

PAULO FRANCISCO MENDES, Prefeito Municipal de Sorocaba, no uso de suas atribuições legais, e em atenção ao que dispõe a Lei nº 3.601, de 14 de junho de 1 991,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica criada uma classe de atendimento de Deficiente Auditivo na EMPSG PROF. FLÁVIO DE SOUZA NOGUEIRA".

Artigo 2º - Os portadores de Deficiência Física serão atendidos em classes regulares, preferencialmente, na EMPSG DR. ACHILLES DE ALMEIDA, cujo prédio deverá ter condições físicas para tal atendimento.

Artigo 3º - A classe para atendimento de portadores de Deficiência Visual, vinculada a EMPSGES "Leonor Pinto Thomaz", passará a funcionar no prédio dessa unidade.

Artigo 4º - Os portadores de deficiências deverão ser encaminhados, sempre que possível, para classes regulares.

Artigo 5º - Eventual regulamentação deste Decreto será efetuada mediante resolução da Secretaria da Educação e Cultura.

Artigo 6º - As despesas com a execução deste Decreto correrão pelas verbas próprias consignadas em orçamento.

Artigo 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o artigo 2º do Decreto 8.203, de 28 de abril de 1 992.

Palácio dos Tropeiros, em 4 de maio de 1 993, 339º da fundação de Sorocaba.

PAULO FRANCISCO MENDES
Prefeito Municipal

Vicente de Oliveira Rosa
Secretário dos Negócios Jurídicos

PREFEITURA MUNICIPAL - SOROCABA

Decreto nº 8.482, de 04/05/93 - fls. 02.

Arthur Fonseca Filho
Secretário da Educação e Cultura

Publicado na Divisão de Comunicação e Arquivo, na data supra.

João Dias de Souza Filho
Chefe da Divisão de Comunicação e Arquivo

*/aca.-decrede

(Processo nº 4.227/93)

LEI Nº 4.233, de 24 de maio de 1 993.

(Dispõe sobre autorização para que a Prefeitura do Município celebre convênio com a Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e FUNCAMP e dá outras providências).

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura do Município autorizada a celebrar convênio de cooperação técnico-científica com a Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e FUNCAMP, para o fim específico de execução de Projeto de Formação de Recursos Humanos para a Educação Especial de Deficientes Mentais, conforme termo que acompanha esta Lei e passa a integrá-la.

Parágrafo único - O valor do convênio será estabelecido através de Decreto do Executivo, não podendo ultrapassar o equivalente a 13.000 (treze mil) UFMS ao mês.

Artigo 2º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de verba orçamentária própria, suplementada, se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Tropeiros, em 24 de maio de 1 993, 339º da fundação de Sorocaba.

PAULO FRANCISCO MENDES
Prefeito Municipal

Vicente de Oliveira Rosa
Secretário dos Negócios Jurídicos

Arthur Fonseca Filho
Secretário da Educação e Cultura

Victor Alfredo Franceschini
Secretário de Planejamento e Administração Financeira

Publicada na Divisão de Comunicação e Arquivo, na data supra.

João Dias de Souza Filho
Assessor Técnico
Divisão de Comunicação e Arquivo

*\aca.-leifuni

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA QUE ENTRE SI CELEBRAM ATRAVÉS E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, COM A INTERVENIÊNCIA ADMINISTRATIVA DA SUA FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Pelo presente instrumento, de um lado a Prefeitura do Município de Sorocaba, sito a Av. Engº Carlos Reinaldo Mendes, s/nº - Pq. Boa Vista, CGC. nº 46634044/0001-74, neste ato representada por seu Prefeito Municipal , doravante denominada Prefeitura, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº , de de , de 1 993 e a Universidade Estadual de Campinas, representada pelo seu Magnífico Reitor, , doravante denominada UNICAMP, com a interveniência da sua Fundação de Desenvolvimento, com sede na Cidade Universitária Zeferino Vaz - Campinas/SP, neste ato representada pelo seu Diretor Executivo, doravante denominada simplesmente FUNCAMP, acordam em celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições aqui estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a execução do Projeto de formação de Recursos Humanos para Educação Especial de Deficientes Mentais, sob a forma de aperfeiçoamento de pessoal em serviço, através do oferecimento de cursos de extensão, visando a implantação do Programa de Desenvolvimento do Deficiente Mental (PROEDEM).

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações da UNICAMP:

a - Oferecer o curso de extensão de que trata a Cláusula Primeira, observando as exigências regulamentadas. Tal curso será da responsabilidade do Departamento de Metodologia de Ensino da Faculdade de Educação da UNICAMP e terá a coordenação e o apoio da Escola de Extensão.

b - Aperfeiçoar pessoal docente, em serviço na Prefeitura Municipal de Sorocaba, através do curso de extensão mencionado na alínea a, anterior.

c - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Sorocaba, antes do início de cada etapa do curso, um exemplar do material bibliográfico necessário à realização dos trabalhos, para que seja providenciada a sua reprodução.

d - Estabelecer os critérios de aprovação para o curso.

e - Fornecer certificado aos aprovados, bem como passar para a Prefeitura Municipal de Sorocaba uma relação nominal dos mesmos.

f - Supervisionar a implantação do PROEDEM, de acordo com o Projeto de Formação de Recursos Humanos para Educação Especial de Deficientes Mentais e com o cronograma a ser estabelecido pelos partícipes.

Convênio - UNICAMP - fls. 02.

São obrigações da Prefeitura Municipal de Sorocaba:

a - Recrutar, selecionar e inscrever os participantes do Projeto a ser desenvolvido, conforme critérios estabelecidos de comum acordo com a UNICAMP.

b - Oferecer espaço físico adequado para a realização das etapas do curso, compreendendo salas menores para trabalho em grupo e sala maior para as aulas e reuniões plenárias, que envolvem todos os participantes.

c - Ceder o material pedagógico adequado ao desenvolvimento das atividades referentes ao curso.

d - Fornecer, a título de empréstimo, os equipamentos indispensáveis à realização do curso, tais como: projetor de slides, retroprojetor, vídeo-cassete, e outros, os quais serão devolvidos ao término da vigência deste convênio.

e - Providenciar a reprodução do material bibliográfico necessário aos estudos e trabalhos, de acordo com os modelos e originais fornecidos pela UNICAMP.

f - Oferecer refeições aos professores comprometidos com a execução do Projeto, bem como se responsabilizar pelo alojamento e transporte dos mesmos.

g - Repassar à FUNCAMP os recursos na forma e nos prazos pactuados.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ESTRUTURA

- O curso de extensão, nas suas diversas etapas, será ministrado para professores especialistas em educação, na área específica de deficiência mental, reunidos em uma turma, onde o número de participantes não deverá exceder de 30 (trinta).

- O curso terá a duração de 240 (duzentos e quarenta) horas, sendo 160 de aulas teóricas e práticas e 80 horas de supervisão direta às salas de aula do projeto. As horas aulas do curso de extensão serão distribuídas durante os anos letivos de e da seguinte forma:

a) 1. etapa:

b) 2. etapa:

c) 3. etapa:

Convênio - UNICAMP - fls. 03.

- Cabe aos partícipes, de comum acordo, organizar os calendários, estabelecer datas e, até, promover alterações nos mesmos, desde que o limite de horas previsto no Projeto seja respeitado.

- A supervisão da implantação do PROEDEM terá a duração de 80 (oitenta) horas a serem realizadas nos meses de / e / , em duas etapas de 40 horas cada uma.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

- A Prefeitura Municipal de Sorocaba pagará, pela execução do Projeto, à UNICAMP, através da FUNCAMP, a importância de Cr$ 13.000 UFMS/mês.

  A primeira parcela deverá ser paga na data da assinatura do presente termo, e as demais consecutivamente.

CLÁUSULA QUINTA: DOS ENCARGOS

São da inteira responsabilidade da UNICAMP todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras, decorrentes da relação empregatícia entre ela e seus prepostos ou empregados que forem designados para a execução de serviços referentes ao presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA: DAS PROIBIÇÕES

Fica proibida a transferência, no todo ou em parte, dos serviços relacionados com este Convênio a outras pessoas jurídicas sem que haja a devida aprovação dos convenentes.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA

O presente Convênio vigorará por 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, sendo prorrogável por igual período automaticamente.

CLÁUSULA OITAVA: DO ADITAMENTO

Este Convênio poderá ser aditado, a qualquer tempo, por acordo dos partícipes.

CLÁUSULA NONA: DA DENÚNCIA

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos convenentes, mediante notificado expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou, automaticamente, por inadimplemento de suas cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Sorocaba para dirimir qualsquer dúvidas oriundas deste Convênio.

Convênio - UNICAMP - fls. 04.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições aqui estabelecidas, firmam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que vai assinado pelos partícipes e testemunhas abaixo.

, de de de 1 99

Prefeitura Municipal de Sorocaba

Reitor - UNICAMP

Diretor Executivo - FUNCAMP

Testemunhas:

1 -

2 -

*/aca.-leifuni

(Processo nº 8.143/93)

LEI Nº 4.433, de 16 de novembro de 1.993.

(Dispõe sobre a criação da Diretoria de Educação Especial e dá outras providências).

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criada na estrutura da SEC a Diretoria de Educação Especial, com as seguintes atribuições:

I - Implantar e executar as diretrizes básicas da política municipal voltada para Educação Especial;

II - Desenvolver um plano educacional que propicie aos portadores de deficiência o pleno desenvolvimento de suas potencialidades;

III - Promover ou realizar pesquisas e experimentação que visem à melhoria da educação dos excepcionais;

IV - Manter uma rede integrada e atualizada de informações, na área da Educação Especial;

V - Propor a formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, na área específica de Educação Especial;

VI - Analisar, avaliar e promover, em articulação com os órgãos competentes, a produção de material de apoio técnico à Educação Especial;

VII - divulgar os trabalhos realizados sob sua responsabilidade, assim como de outras fontes, que contribuem para aprimoramento da Educação Especial.

Artigo 2º - A Diretoria de Educação Especial tem a seguinte estrutura:

1 - Diretoria Geral;

2 - Seção de Atendimento ao Educando;

3 - Seção de Acompanhamento do Processo Educativo.

Artigo 3º - Fica criado o cargo de Diretor de Educação Especial junto ao Gabinete do Secretário da Educação e Cultura para ser provido em comissão.

Lei nº 4.433, de 16/11/93 - fls. 02.

§ 1º - O Diretor de Educação Especial será nomeado em Comissão pelo Chefe do Poder Executivo, cuja escolha deverá recair em pessoa legalmente habilitada ou ainda detentora de nível universitário com reconhecimento em matéria de Educação Especial.

§ 2º - O Cargo de Diretor de Educação Especial equipara-se para todos os efeitos legais ao de Chefia de Divisão, não se lhe aplicando o disposto no artigo 26, § 1º, da Lei Municipal nº 3.134, de 27 de outubro de 1.989.

Artigo 4º - Os cargos de Chefia de Seção serão preenchidos atendendo-se o que dispõem os parágrafos 1º e 4º do Artigo 26 da Lei Municipal nº 3.134, de 27 de outubro de 1.989.

Artigo 5º - As atribuições relativas aos cargos ora criados serão definidas através de Decreto do Poder Executivo.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias, ou remanejadas ou suplementadas no necessário.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Tropeiros, em 16 de novembro de 1.993, 340º da fundação de Sorocaba.

PAULO FRANCISCO MENDES
Prefeito Municipal

Vicente de Oliveira Rosa
Secretário dos Negócios Jurídicos

Artur Fonseca Filho
Secretário da Educação e Cultura

José Henrique Zanela
Secretário da Administração

Publicada na Divisão de Comunicação e Arquivo, na data supra.

João Dias de Souza Filho
Assessor Técnico
Divisão de Comunicação e Arquivo

MPAC/aca.-leiseci

PREFEITURA MUNICIPAL - SOROCABA

(Processo nº 8.143/93)

DECRETO Nº 8.972, de 21 de julho de 1.994.

(Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 4.433, de 16 de novembro de 1993 e dá outras providências).

PAULO FRANCISCO MENDES, Prefeito do Município de Sorocaba, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º da Lei nº 4.433, de 16 de novembro de 1993;

CONSIDERANDO as atribuições genéricas comuns aos cargos de Chefes de Divisão e de Seção da Admninistração, nos termos da Lei nº 3134 de 27 de outubro de 1989, e,

CONSIDERANDO, finalmente, que ao lado dessas atividades genéricas faz-se necessário delinear as atribuições específicas a serem desenvolvidas pelos cargos criados pela Lei acima referida,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Atribui-se ao Diretor de Educação Especial, além de outras eventuais designações por parte do Sr. Secretário:

I - Organizar as atividades de planejamento no âmbito da Diretoria de Educação Especial:

a) Coordenando a elaboração do plano educacional de atendimento aos alunos portadores de deficiência;

b) Assegurando a compatibilização do plano educacional com as diretrizes básicas da política municipal voltada para a Educação Especial;

c) Promovendo o controle e a avaliação da execução do plano educacional.

II - Fornecer subsídios para o planejamento da Diretoria de Educação Especial:

a) Responsabilizando-se pela atualização, exatidão, sistematização e fluxo de informações na área da Educação Especial;

b) Prevendo os recursos físicos, materiais, humanos e financeiros para atender as nececssidades da Educação Especial;

Decreto nº 8.972, de 21/07/94 - fls. 02.

III - Propor diretrizes para a organização e funcionamento das unidades que oferecem educação especial;

IV - Elaborar e/ou participar da formulação de especificações relativas a construções, instalações, equipamentos e materiais didáticos destinados à Educação Especial;

V - Promover o contínuo aperfeiçoamento do pessoal técnico, administrativo e docente que atua na Educação Especial;

VI - Propor estudos e medidas referentes à habilitação, seleção e recrutamento de docentes e especialistas para a Educação Especial;

VII - Realizar estudos, pesquisas e avaliações referentes ao emprego de técnicas, processos, aparelhos e equipamentos especiais que possibilitem ao aluno portador de deficiência o melhor aproveitamento de suas capacidades;

VIII - Divulgar os trabalhos realizados sob sua responsabilidade bem como de outras fontes e promover o intercâmbio com entidades oficiais e particulares, nacionais ou internacionais voltadas para a Educação Especial;

IX - Promover e orientar a mobilização da comunidade, através da ação conjunta e coordenada dos órgãos técnicos do município e entidades especializadas para a melhoria dos padrões de atendimento na área;

Artigo 2º - As atribuições dos Chefes de Seções da Diretoria de Educação Especial são as fixadas nas alíneas "a" a "o" do artigo 18 da Lei nº 3.134 de 27/10/89.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Tropeiros, em 21 de julho de 1 994, 340º da fundação de Sorocaba.

PAULO FRANCISCO MENDES
Prefeito Municipal

Vicente de Oliveira Rosa
Secretário dos Negócios Jurídicos

Antônio Carlos Bramante
Secretário da Educação e Cultura

(Processo nº 15.712/95)

LEI Nº 5.057, de 26 de fevereiro de 1 996.

- Autoriza a Prefeitura Municipal de Sorocaba a firmar convênio e contrato de comodato oneroso com a FEPASA e dá outras providências -.

- Projeto de Lei nº 024/96 - autoria do - Executivo -.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Sorocaba autorizada a celebrar com a FEPASA - Ferrovia Paulista S.A. contrato de comodato oneroso, tendo por objeto o prédio, instalações, equipamentos e móveis onde funciona o Instituto Educacional Matheus Maylasky.

Artigo 2º - O comodato oneroso será pelo prazo de 30 (trinta) anos, renovável por igual período, ficando a comodatária obrigada a conservar e manter o prédio, instalações, equipamentos e móveis, objetos do comodato.

Artigo 3º - Celebrado o comodato, o Instituto Educacional Matheus Maylasky será denominado Escola Municipal de Primeiro Grau e de Ensino Supletivo "Matheus Maylasky".

Artigo 4º - Fica a Prefeitura Municipal de Sorocaba autorizada a firmar convênio com a FEPASA - Ferrovia Paulista S.A., visando a municipalização do Instituto Educacional Matheus Maylasky, transformando o mesmo em Escola Municipal de Primeiro Grau e de Ensino Supletivo.

Parágrafo Único - Quando da assinatura do convênio, serão definidas as obrigações recíprocas das partes conveniadas, bem assim os seus respectivos direitos.

Artigo 5º - A Escola Municipal de Primeiro Grau e de Ensino Supletivo "Matheus Maylasky" será administrada pela Secretaria da Educação e Cultura, que terá auxílio de um Conselho Consultivo, integrado por seis membros, sendo 2 (dois) indicados pelo Prefeito Municipal, 2 (dois) indicados pela FEPASA e 2 (dois) indicados pela Câmara Municipal de Vereadores, e será presidido pelo Secretário da Educação e Cultura.

Parágrafo Único - O Conselho consultivo além de acompanhar os trabalhos didáticos-pedagógicos da nova escola, assegurará também o vínculo cultural com a ferrovia.

Artigo 6º - A Prefeitura Municipal de Sorocaba deverá assegurar exclusivamente aos filhos de empregados da FEPASA o direito à matrícula na Escola Municipal de Primeiro Grau e de Ensino Supletivo- Matheus Maylasky, independentemente de vaga, satisfeitas as demais exigências legais.

Lei nº 5.057, de 26/02/96 - fls. 02.

Artigo 7º - Para o perfeito funcionamento da nova escola municipal, a Prefeitura Municipal de Sorocaba contratará quantos docentes forem necessários, em caráter temporário, nos termos do artigo 8º, inciso IV, da Lei Municipal nº 3.801, independentemente de prova seletiva, eis que não há tempo hábil para tanto, tendo em vista o início do calendário letivo previsto para a segunda quinzena de fevereiro do corrente.

§ 1º - As contratações, na forma da lei, serão para o período letivo de 1 996.

§ 2º - Quando das contratações temporárias acima mencionadas, a Administração Municipal deverá aproveitar inclusive o corpo docente já existente do Instituto Educacional Matheus Maylasky.

§ 3º - Os eventuais encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do vínculo existente entre docentes e a FEPASA, deverão ser suportados por esta última, e a municipalização do Instituto Educacional Matheus Maylasky não implica, em nenhuma hipótese, em sucessão. para fins trabalhistas.

§ 4º - Será garantido o livre acesso ao prédio da escola, através de todas as suas entradas.

Artigo 8º - Para dar suporte à nova escola municipal, ficam criados os cargos previstos no anexo I integrante desta Lei.

Artigo 9º - Os termos do convênio fazem parte integrante desta Lei.

Artigo 10 - As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessário.

Artigo 11 - A presente Lei será regulamentada pelo Executivo no prazo de 60 dias, especialmente no tocante à atribuições de classes e aulas, sorteio de vagas para matrículas de alunos, quadro curricular e política didático-pedagógica.

Artigo 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, ficando extinto, ipso facto, o convênio hoje existente entre a Prefeitura Municipal de Sorocaba e a FEPASA - Ferrovia Paulista S.A.

Palácio dos Tropeiros, em 26 de fevereiro de 1.996, 342º da fundação de Sorocaba.

PAULO FRANCISCO MENDES
Prefeito Municipal

Lei nº 5.057, de 26/02/96 - fls. 03

Vicente de Oliveira Rosa
Secretário dos Negócios Jurídicos

Antônio Carlos Bramante
Secretário da Educação e Cultura

Publicada na Divisão de Comunicação e Arquivo, na data supra.

João Dias de Souza Filho
Assessor Técnico
Divisão de Comunicação e Arquivo

ssr/leiyls.

Lei nº 5.057, de 26/02/96 - fls. 04.

ANEXO I

I - 1 (um) Cargo de Assistente de Direção com vencimento inicial correspondente à Referência "1", Nível III da Tabela E, do Anexo II da Lei nº 4.599, de 06 de setembro de 1.994, Jornada Semanal de 40 horas, com requisito mínimo de titulação e experiência, nos termos do inciso VIII do artigo 9º da Lei nº 4.599, de 06 de setembro de 1.994, e súmula de atribuições conforme Anexo III da Lei citada;

II - 1 (um) Cargo de Orientador Educacional com vencimento inicial correspondente à Referência "1", Nível III da Tabela E, do Anexo II da Lei nº 4.599, de 06 de setembro de 1.994, Jornada Semanal de 40 horas, com requisito mínimo de titulação e experiência, nos termos do inciso IX do artigo 9º da Lei nº 4.599, de 06 de setembro de 1.994, e súmula de atribuições conforme Anexo III da Lei citada;

III - 15 (quinze) Cargos de Professor I, com salário base ao valor da hora-aula/atividade correspondente à Referência "1", Nível I da Tabela A, do Anexo II da Lei nº 4.599, de 06 de setembro de 1.994, Jornada de Trabalho Semanal de 25 horas-aula e 10 horas-atividade semanais, com requisito mínimo de titulação nos termos do inciso II do artigo 9º da Lei nº 4.599, de 06 de setembro de 1.994 e súmula de atribuições conforme Anexo III da referida Lei;

IV - 16 (dezesseis) Cargos de Professor III, com salário base ao valor da hora-aula/atividade correspondente à Referência "1", Nível III da Tabela C, do Anexo II da Lei nº 4.599, de 06 de setembro de 1.994, Jornada de Trabalho Semanal de 16 horas-aula e 6 horas-atividade, com requisito mínimo de titulação, ser portador de habilitação específica de grau superior correspondente à Licenciatura Plena, súmula de atribuições conforme Anexo III da Lei nº 4.599, de 06 de setembro de 1.994.

V - 5 (cinco) Cargos de Servente, salário-base R$ 253,89 (mês janeiro/96), Jornada Semanal de 40 horas, requisito básico 1º grau incompleto, súmula de atribuição conforme Anexos das Leis nº 3.802/91 e 3.971/92.

VI - 5 (cinco) Cargos de Inspetor de alunos, salário-báse R$ 275,85 (mês janeiro/96), Jornada Semanal de 40 horas, requisito básico 1º grau incompleto, súmula de atribuições conforme Anexo da Lei nº 3.971/92.

VII - 2 (dois) Cargos de Zelador, salário-base R$ 253,89 (mês janeiro/96), Jornada Semanal de 40 horas, requisito básico 1º grau incompleto, súmula de atribuições conforme Anexos das Leis nº 3.802/91 e nº 3.971/92.

VIII - 3 (três) Cargos de Merendeira com salário-base R$ 285,85 (mês janeiro/96), Jornada Semanal de 40 horas, requisito básico 1º grau incompleto, súmula de atribuições conforme Anexos das Leis nº 3.802/91 e nº 3.971/92.

IX - 3 (três) Cargos de Oficial Administrativo I, salário-base R$ 445,95 (mês janeiro/96), Jornada Semanal de 40 horas, requisito básico 2º grau completo, súmula de atribuições conforme Anexos das Leis nº 3.802/91 e nº 3.971/92.

CONTRATO DE CESSÃO EM COMODATO QUE ENTRE SI FAZEM A FEPASA - FERROVIA PAULISTA S.A. E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA.

(Processo nº 15.712/95)

Por este instrumento particular, de um lado a FEPASA - FERROVIA PAULISTA S.A., concessionária de serviço público de transporte ferroviário, inscrita no CGC.MF sob nº 60.500.998/0001.15, com sede à Rua Mauá nº 51, Santa Efigênia - São Paulo, neste ato representado por seu Diretor Presidente, RENATO CASALI PAVAN e pelo Diretor Administrativo LUIZ CHRISTIANO LEITE DA SILVA ao final assinados, ora denominada simplesmente FEPASA, e de outro lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA, representada pelo Prefeito Municipal PAULO FRANCISCO MENDES, ao final assinado, ora denominada simplesmente PREFEITURA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

1 - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a cessão em comodato, pela FEPASA à PREFEITURA do prédio do Instituto Educacional Matheus Maylasky, localizado à Rua Hermelino Matarazzo, nº 22, município de Sorocaba.

1.2. Integram o comodato todas as instalações, equipamentos e dependências onde funciona o Instituto.

1.2.1. A FEPASA fornecerá à PREFEITURA um inventário completo desses equipamentos.

2 - DO PRAZO

2.1. O presente comodato tem prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

3 - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

3.1. Assumir integralmente a manutenção do Instituto.

3.2. Assumir o desenvolvimento do ensino didático-pedagógico do Instituto através da contratação de pessoal próprio podendo utilizar-se de mão-de-obra do corpo docente remanescente da FEPASA, mediante comissionamento, sem ressarcimento.

3.2.1. Fica ressalvado o direito da FEPASA em dispensar a qualquer tempo seus empregados.

3.3. Assegurar exclusivamente aos filhos dos empregados da FEPASA durante o prazo de comodato, direito à matrícula no Instituto, independentemente de vaga.

3.4. Utilizar o imóvel objeto do comodato unicamente ao fim a que se destina, responsabilizando-se a PREFEITURA pela sua conservação e bom uso.

3.5. Não ceder, emprestar, locar ou transferir a terceiros no todo ou em parte o imóvel objeto do comodato.

Contrato/Comodato - FEPASA e PMS - fls. 02.

3.6. Responder pelas exigências dos poderes públicos a que der causa em decorrência da utilização do imóvel.

3.7. Indenizar os prejuizos da FEPASA na hipótese de danos ou no caso de inutilização total ou parcial do imóvel objeto do comodato.

3.8. Assegurar no Instituto a todos os alunos já matriculados o direito à sua formação até a 8ª série.

4 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A PREFEITURA poderá às suas expensas, promover todas as adaptações que se fizerem necessárias, para atender a finalidade do comodato, desde que respeitadas as características originais do imóvel.

4.2. As benfeitorias que vierem a ser erigidas durante o prazo de vigência deste comodato integrarão o patrimônio da FEPASA sem direito à retenção ou indenização ao término antecipado ou não, do presente instrumento.

4.3. O presente contrato poderá ser resolvido por mútuo acordo, no caso de ficar demonstrada a inexequibilidade de quaisquer de suas cláusulas.

4.4. Será constituído um Conselho Consultivo com representação das partes, visando o acompanhamento da transição didático-pedagógica do Instituto.

4.5. A FEPASA autoriza a alteração pela PREFEITURA do nome do Instituto para Escola Municipal de Primeiro Grau e de Ensino Supletivo Matheus Maylasky.

4.6. A celebração do presente contrato por parte da PREFEITURA foi autorizada pela Lei Municipal nº 5.057 de 26 de fevereiro de 1 996 e pela FEPASA através da Resolução de Diretoria nº 015/96 de 12/02/96.

4.7. Para a solução de quaisquer pendências decorrentes do presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Sorocaba, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes de pleno acordo com as condições ora estabelecidas, assinam o presente em 03 (três) vias, de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

São Paulo,

RENATO CASALI PAVAN
Diretor Presidente - FEPASA

Contrato/Comodato - FEPASA e PMS - fls. 03.

LUIZ CHRISTIANO LEITE DA SILVA
Diretor Administrativo - FEPASA

PAULO FRANCISCO MENDES
Prefeito Municipal

Testemunhas:

1.

2.

ssr/conyls.

LEI Nº 5.413, de 02 de Julho de 1 997.

- Estabelece normas para o ingresso de pessoas portadoras de deficiência na rede municipal de ensino, e dá outras providências.-

- Projeto de Lei nº 53/97 - autoria Vereador Mário Marte Marinho Júnior.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam destinadas dez por cento das vagas existentes em cada escola da rede de ensino do município, às pessoas portadoras de deficiência que não necessitem de classes especiais.

Parágrafo Único - Os interessados deverão apresentar, além dos documentos exigidos, declaracão que comprove a deficiência.

Artigo 2º - As despesas com a execucão da presente Lei correrão por conta de verbas orcamentárias próprias.

Artigo 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicacão, revogadas as disposicões em contrário.

Palácio dos Tropeiros, em 02 de Julho de 1 997, 343º da fundação de Sorocaba.

RENATO FAUVEL AMARY
Prefeito Municipal

Haroldo Guilherme Vieira Fazano
Secretário dos Negócios Jurídicos

Sheila Katzer Bovo
Secretária da Educacão e Cultura

Publicada na Divisão de Comunicacão e Arquivo, na data supra.

Maria Aparecida Rodrigues
Chefe da Divisão de Comunicacão e Arquivo

mar1/leidef1

(Processo nº 10.431/97)

DECRETO Nº 10.327, de 20 de agosto de 1 997.

(Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.413, de 02 de Julho de 1997, que estabelece normas para o ingresso de pessoas portadoras de deficiência na rede municipal de ensino, e dá outras providências).

RENATO FAUVEL AMARY, Prefeito do Município de Sorocaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Artigo 1º - O procedimento de inscrição dos candidatos mencionados na Lei nº 5.413, de 02 de Julho de 1997, obedecerá, entre outras disposições legais, ao Edital, que deverá conter, no mínimo:

I - número de vagas para deficientes;

II - exigência de apresentação de atestado médico que comprove a deficiência;

III - local e prazo para a realização das inscrições.

Artigo 2º - Na hipótese de o número de candidatos exceder ao número de vagas, proceder-se-á sorteio.

Artigo 3º - Havendo vagas excedentes ao número de interessados, serão elas destinadas à comunidade.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão por conta de verba orçamentária própria, suplementada se necessário.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Tropeiros, em 20 de agosto de 1 997, 344º da fundação de Sorocaba.

RENATO FAUVEL AMARY
Prefeito Municipal

Decreto nº 10.327, de 20/08/97 - fls. 02.

Haroldo Guilherme Vieira Fazano
Secretário dos Negócios Jurídicos

Sheila Katzer Bovo
Secretária da Educação e Cultura
Publicado na Divisão de Protocolo Geral, na data supra.

Maria Aparecida Rodrigues
Chefe da Divisão de Protocolo Geral

sagl/decrede.

(Processo no 15.042/97)

LEI No 5.543, de 01 de dezembro de 1 997.

- Dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Sorocaba para o exercício financeiro de 1998 e dá outras providências.-

- Projeto de Lei no 220/97 - autoria do EXECUTIVO.-

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1o - Esta Lei aprova o Orçamento do Município para o exercício de 1998, a valores de julho de 1997, estimando as receitas em R$ 197.888.500,00 (cento e noventa e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e quinhentos reais) e fixando as despesas em igual valor, cujos saldos das dotações serão atualizados mensalmente através do IGP M/FGV.

§ 1o - A atualização far-se-á na data em que for divulgado o índice, pelos valores dos saldos no primeiro dia de cada mês.

§ 2o - O primeiro cálculo da atualização far-se-á tomando-se como mês base o de julho de 1997.

Artigo 2o - A receita, prevista em conformidade com os anexos a esta Lei, obedece à seguinte classificação econômica:

RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária	R$	54.560.000,00
Receita Patrimonial	R$	303.500,00
Transferências Correntes	R$	119.642.000,00
Outras Receitas Correntes	R$	10.412.000,00
	R$	184.992.500,00

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito	R$	4.000.000,00
Alienação de Bens	R$	80.000,00
Transferências de Capital	R$	7.300.000,00
Outras Receitas de Capital	R$	1.516.000,00
	R$	12.896.000,00

Lei nº 5.543, de 01/12/97 - fls. 02.

Artigo 3º - A despesa é fixada de conformidade com os anexos a esta Lei, observando a demonstração por órgãos e classificação econômica, a saber:

POR ÓRGÃO

Poder Legislativo	R$ 8.007.500,00
Chefia do Poder Executivo	R$ 763.050,00
Secretaria de Governo	R$ 968.151,00
Secretaria dos Negócios Jurídicos	R$ 2.428.186,00
Secretaria da Administração	R$ 11.525.960,00
Secretaria de Finanças	R$ 3.794.048,00
Secretaria da Cidadania	R$ 3.046.347,00
Secretaria de Edificações e Urbanismo	R$ 13.461.590,00
Secretaria de Serviços Públicos	R$ 19.501.325,00
Secretaria da Educação e Cultura	R$ 57.563.342,99
Secretaria da Saúde	R$ 30.807.134,76
Secretaria de Esportes e Lazer	R$ 3.178.543,00
Secretaria de Transportes e Defesa Social	R$ 8.959.741,00
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	R$ 420.341,00
Secretaria das Relações do Trabalho	R$ 617.819,00
Encargos Gerais do Município	R$ 32.545.421,25
TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO	R$ 197.888.500,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	
Despesas de Custeio	R$ 129.063.412,00
Transferências Correntes	R$ 43.262.288,00
	R$ 172.325.700,00
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	R$ 18.382.800,00
Inversões Financeiras	R$ 1.175.000,00
Transferências de Capital	R$ 6.005.000,00
	R$ 25.562.800,00
TOTAL DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	R$ 197.888.500,00

Artigo 4º - Os valores totais de receita e despesa dos órgãos da Administração indireta, a preços de julho de 1997, inclusive os valores das respectivas transferências do

Lei nº 5.543, de 01/12/97 - fls. 03.

	RECEITA	DESPESA
Servico Autônomo de Água e Esgoto	42.000.000,00	42.000.000,00
Fundação da Seguridade Soc. Serv. Municipais	20.320.000,00	14.740.000,00
TOTAL DA ADM. INDIRETA	63.320.000,00	56.740.000,00

Artigo 5º - Fica o Executivo autorizado a:

I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do valor estipulado no Artigo 1º, atualizado monetariamente pelo índice econômico ali determinado.

II - realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite permitido em resolução do Senado Federal.

Parágrafo Único - Na apuração mensal de que trata o inciso I deste Artigo, serão deduzidos os créditos anteriormente abertos, com seus valores monetariamente atualizados nos termos desta Lei.

Artigo 6º - Nas hipóteses de extinsão ou de não divulgação oportuna do IGP-M/FGV, as atualizações monetárias determinadas por esta Lei far-se-ão com base na variação do IPC/FIPE.

Artigo 7º - Fica o Executivo autorizado a adotar medidas para adequar os dispêndios dos órgãos e unidades orcamentárias constantes dos quadros que integram esta Lei ao efetivo comportamento da receita.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998.

Palácio dos Tropeiros, em 01 de dezembro de 1 997, 344º da fundação de Sorocaba.

RENATO FAUVEL AMARY
Prefeito Municipal

Lei nº 5.543, de 01/12/97 - fls. 04.

Marcelo Guilherme Vieira Fazano
Secretário dos Negócios Jurídicos

Carlos Roberto Levy Pinto
Secretário da Administração

Vitor Lippi
Secretário da Saúde

Geraldo de Moura Caiuby
Secretário de Edificações e Urbanismo

Luiz Antonio Gallerani Cuter
Secretário de Esportes e Lazer

Valter José Nunes de Campos
Secretário da Cidadania

Roberto Montgomery Soares
Secretário de Transportes e Defesa Social

Sheila Katzer Dovo
Secretária da Educação e Cultura

Carlos Alberto Maria
Secretário de Comu...

Lei nº 5.543, de 01/12/97 - fls. 05.

Alexandre Luiz Carli
Secretário das Relações do Trabalho

Milton Capellos Oliveira
Secretário de Serviços Públicos

Luis Antonio de Mello Awazu
Secretário do Desenvolvimento Econômico

Luiz Christiano Leite da Silva
Secretário de Finanças

Publicada na Divisão de Protocolo Geral, na data supra.

Maria Aparecida Rodrigues
Chefe da Divisão de Protocolo Geral

Prezada professora, pedimos a gentileza de responder as questões abaixo:

Nome da escola:_____

Nº da Escola_____

Endereço_____

Bairro_____C.E.P._____Telefone_____

Seu nome:(Professora)_____

Tempo de formada:_____Formação academica:_____

Total de alunos na classe:_____Nº de alunos portadores de deficiências:_____

Nome do aluno	Idade	Tipo de deficiencia
1-_____	____	_____
2-_____	____	_____
3-_____	____	_____
4-_____	____	_____
5-_____	____	_____

Há quanto tempo trabalha com portadores de deficiência inclusos?

_____

Possui alguma formação especifica? descrever:_____

_____

Como o (ou) os alunos chegaram até a sua sala de aula? (diretamente da familia, direção da escola, secão de educação especial):_____

_____

Foi informada do diagnóstico?_____

Recebeu alguma ficha ou documento descrevendo as dificuldades do aluno?_____

_____

Tem conhecimento da lei municipal que garante a presença do aluno na rede regular?_____

Quais são suas principais dificuldades?_____

_____

_____

Que tipo de suporte a Seção de Educação Especial lhe oferece? Com que frequencia?_____

_____

_____

Que tipo de dificuldade seu aluno apresenta?_____

_____

Como é o seu relacionamento com os colegas de classe?_____

_____

Como é seu relacionamento com os funcionários da escola?_____

_____

Como é seu relacionamento com ele?_____

_____

Realizou algum curso especifico para a situação que está vivenciando? Quando? Onde? Quantas horas de duração? Contribuiu para seu trabalho?_____

_____

Qual o lugar (local) na sala de aula que o aluno ocupa? (sozinho, com colegas, próximo a sua mesa?)_____

_____

_____

: APÓS RESPONDER, SE SENTIR NECESSÁRIO, PODERÁ LACRAR O ENVELOPE.